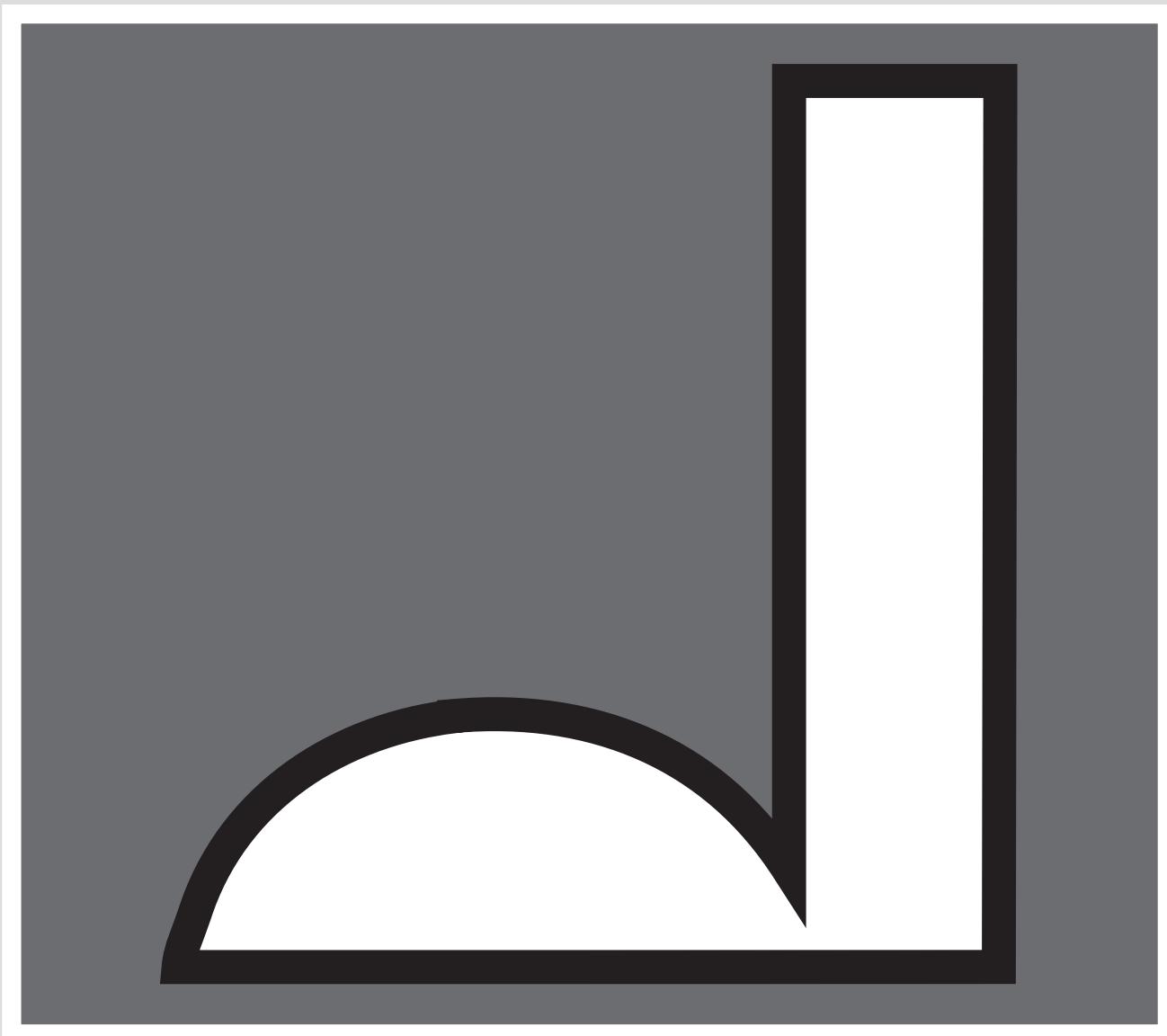




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 085 - QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

LEI N° 11.693, DE 11 DE JUNHO DE 2008.

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 419, de 2008, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Advogado-Geral da União, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Presidente do Banco Central do Brasil.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Fica criado, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, 1 (um) cargo de Secretário-Adjunto, código DAS 101.6.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

“Art. 4º-A Fica transformado o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.”

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 11 de junho de 2008. – 187º da Independência e 120º da República. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 100ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE JUNHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Anúncio de propostas em defesa do meio ambiente. O caos no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Registro do lançamento da Rota Turística Vales da Serra, no Rio Grande do Sul. 19484

SENADOR CARLOS DUNGA – Apelo no sentido de que seja recuperada a malha viária que liga os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110. Cobrança de investimentos e apelo no sentido da reativação da malha ferroviária nordestina. 19490

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da participação de S. Exa. na Conferência da FAO, em Roma. Alerta sobre a crise de alimentos como um dos temas mais polêmicos do momento, e defesa de marco regulatório para a produção de biocombustíveis. 19491

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Considerações sobre a questão ambiental, a propósito do transcurso do Dia Internacional do Meio Ambiente. 19493

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Gáribaldi Alves Filho)

Registro da presença em Plenário do indiano Dr. Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz de 2007. 19494

1.2.3 – Pronunciamentos

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Satisfação pela visita à Casa do Sr. Rajendra Pachauri, destacando o debate sobre o tema mudanças climáticas. 19495

SENADORA MARINA SILVA – Felicitação à presença do Sr. Rajendra Pachauri ao Senado, destacando o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas no planeta. 19496

DR. RAJENDRA PACHAURI (com tradução simultânea) – Manifestação de honra pela visita ao Senado. Considerações sobre a problemática dos

impactos da mudança do clima no mundo e expectativa do posicionamento do Brasil sobre o tema. 19497

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Comentários sobre matéria publicada em folheto da Secom da Presidência da República, intitulada “Brasil responde à crise mundial de alimentos com mais produção”. Sugestão da inclusão da produção de mel de abelha do semi-árido nordestino, no programa Mais Alimentos. 19499

SENADORA KÁTIA ABREU, – como Líder. Homenagem pela posse do Deputado tocantinense César Hanna Halum, na Presidência da União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE. 19503

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Presta esclarecimentos sobre o anúncio da instalação de uma refinaria da Petrobrás no Rio Grande do Norte. 19505

SENADOR ROMEU TUMA – Defesa da urgente aceleração do Programa Calha Norte. Considerações sobre questões atinentes à Amazônia. 19506

SENADOR EDUARDO AZEREDO, – como Líder. Reflexão sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Farc. Comemoração pela instalação em Itajubá-MG da nova fábrica de helicópteros da Helibráas, subsidiária do Grupo Eurocopter no Brasil. 19513

SENADOR VALTER PEREIRA – Destaque para a realização do Simpósio alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988, promovido pelas Mesas da Câmara e do Senado. Saudação pela aprovação do projeto que trata dos crimes eletrônicos pela CAE. 19514

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Encaminhamento de relatório sobre viagem feita por S. Exa. à Antártica. 19515

SENADOR JAYME CAMPOS – A questão da compra de terras nacionais por estrangeiros. Justificativas a apresentação de projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar a Agência Reguladora Territorial Rural. Apelo ao Governo no

sentido de que mande mais técnicos para que regularize a situação fundiária na Amazônia.....	19517
SENADOR GEOVANI BORGES – Cumprimentos ao Presidente Lula pela sanção de projetos que alteram o Código de Processo Penal.	19519
SENADOR AUGUSTO BOTELHO , como Líder – Referências ao aumento do teto de financiamento junto ao Pronaf. Reflexões sobre a questão da desigualdade salarial e o aumento da escolaridade.	19520
SENADOR TIÃO VIANA – A importância da Amazônia nos cenários nacional e internacional. Defesa de recursos para que se viabilizem as condições de estudo do potencial mineral, petrolífero e de gás do Estado do Acre.	19522
SENADOR RAIMUNDO COLOMBO – Manifestação sobre proposta de emenda à Constituição que diminui o percentual a ser repassado para as Câmaras de Vereadores e aumenta o número da representação. Posição contrária à aprovação da criação da CSS.....	19523
SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento de pronunciamentos sobre o exemplo da comunidade de Alto Alegre – RS na utilização de recursos públicos, e do Projeto de Decreto Legislativo que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	19526
SENADOR FLÁVIO ARNS – Comentário sobre reportagem da Folha de S. Paulo, tratando da constatação de uma distorção social quanto ao tema do trabalho infantil. Reflexão sobre o transcurso, amanhã, do Dia Nacional Contra o Trabalho Infantil.	19527
SENADOR EDUARDO SUPILY – Leitura de carta recebida do Presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, convidando S. Exa. a visitar aquele país, a fim de expor a proposta de uma renda básica de cidadania. Registro da participação de S. Exa. no 12º Congresso Internacional da Bien – Basic Income Earth Network , na Irlanda.	19529
SENADOR GILBERTO GOELLNER – Reflexão sobre os debates a respeito da crise ambiental e fundiária no Estado do Mato Grosso.	19531
1.2.5 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, aos Projetos de Decreto Legislativo n°s 435, 437, 452, 468, 471, 472, 473, 475, de 2007, 5, 9, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 40, 43, 46, 50 e 54, de 2008.	19532
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem).....	19534
Realização de sessão especial amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o centenário da imigração japonesa para o Brasil, nos termos dos Requerimentos n°s 377, 394 e 462, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.	19534

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 757, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 19 a 23 de junho corrente.....

19534

1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 22, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.

19534

1.2.8 – Ofício

Nº 149/2008, de 10 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 434, de 2008.

19538

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

19538

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, que autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.....

19547

1.2.10 – Parecer

Nº 533, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 328/2008, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades. (Projeto de Resolução nº 30, de 2008).....

19551

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis perante a Mesa para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 30, de 2008, resultante de parecer lido anteriormente.....

19553

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para próxima sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 12 de junho, quinta-feira, em virtude de não haver acordo das Lideranças para sua apreciação:.....

19557

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Finan-

ceiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.....	19557	Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.....	19558
Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Item 10	
Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.....	19557	Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).....	19558
Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Item 11	
Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinqüenta e dois mil, e cinqüenta e sete reais, para os fins que especifica.....	19557	Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	19558
Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)		Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).....	19557	Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	19559
Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)		Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.....	19557	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....	19559
Item 6		Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....	19558	Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....	19559
Item 7		Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.	19558	Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...	19559
Item 8		Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.	19558	Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos	19559
Item 9			
Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador			

que tenham praticado crimes definidos como hediondos.....	19559	Item 24 Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras provisões.....	19560
Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003) Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....	19559	Item 25 Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.....	19561
Item 18 Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.....	19559	Item 26 Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....	19561
Item 19 Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.....	19560	Item 27 Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras provisões.....	19561
Item 20 Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.....	19560	Item 28 Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).....	19561
Item 21 Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).....	19560	Item 29 Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do caput , do art. 5º e aos incisos I e III do caput , do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (iguala a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).....	19561
Item 22 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.....	19560	Item 30 Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.	19561
Item 23 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras provisões, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.....	19560	Item 31 Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.	19562
		Item 32 Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica	

o inciso II do caput, do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....	19562
Item 33	
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).....	19562
Item 34	
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput, do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....	19562
Item 35	
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....	19562
Item 36	
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	19562
Item 37	
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.	19562
Item 38	
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....	19563
Item 39	
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	19563

Item 40

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

19563

Item 41

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

19563

Item 42

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

19563

Item 43

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça.....

19563

Item 44 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.....

19563

Item 45 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

19563

Item 46 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

19564

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

19564

Item 48 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

19564

Item 49

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.....

19564

Item 50 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinqüenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

19564

Item 51

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

19564

Item 52

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)....

19565

Item 53

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural....

19565

Item 54

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

19565

Item 55

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

19565

Item 56

Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

19565

Item 57

Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

19565

Item 58

Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

19565

Item 59

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Se-

nado Federal, a Semana de Ciéncia e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no més de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciéncia no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importânci a para a saúde e o desenvolvimento do País.....	19566
Item 60 Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	19566
Item 61 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.....	19566
Item 62 Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	19566
Item 63 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbuléncia: aventuras em um mundo novo".	19566
Item 64 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.....	19566
Item 65 Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....	19566
Item 66 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.....	19567

Item 67

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....

19567

Item 68

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria...

19567

Item 69

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....

19567

Item 70

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.....

19567

Item 71

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....

19567

Item 72

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

19567

Item 73

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....

19567

Item 74	Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.)	19568	Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.....	19568	
Item 75	Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....	19568	Item 82 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.....	19568
Item 76	Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014)..	19568	Item 83	Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática.).....	19569
Item 77	Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.).....	19568	Item 84	Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento.).....	19569
Item 78	Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)	19568	Item 85	Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento.).....	19569
Item 79	Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV.)	19568	Item 86	Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais.)	19569
Item 80	Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.....	19568	Item 87	Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.)	19569
Item 81 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação	19568	Item 88 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra	

Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.....	19569	da Amazônia Legal”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 15 de maio último.....	19597
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia			
SENADOR <i>GILBERTO GOELLNER</i> – Continuação de seu Pronunciamento do Expediente. .	19569	SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro da matéria intitulada “Política indigenista é incoerente’, diz governador de RR”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 30 de maio último.	19598
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Defesa do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Considerações sobre as palavras do Ministro Carlos Minc a respeito de projeto de lei de autoria de S. Ex ^a , que trata da Amazônia. Registro do artigo “Indústria madeireira fecha as portas”, publicado no jornal O Liberal , de 10 do corrente.	19570	SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Registro da matéria intitulada “No Governo não tem caos aéreo”, publicada na revista IstoÉ , edição de 12 de março último.....	19599
1.3.2 – Apreciação de matéria		SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro da matéria intitulada “Palocci é acusado de fraudar licitação do ‘molho de tomate’”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 15 de fevereiro último.....	19604
Votação do Requerimento nº 757, de 2008, lido no Expediente. Aprovado.	19577	1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)		Realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quinta-feira, dia 12, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	19605
SENADOR <i>PAULO DUQUE</i> – Registro do artigo intitulado “ Royalties , o futuro do Rio está em jogo”, de autoria de Marcel Pereira, publicado no jornal O Globo , edição de 5 de junho do corrente.	19577	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR <i>EXPEDITO JÚNIOR</i> – Apresentação de denúncia do site “rondoniaovivo” em matéria intitulada “Caso Beron – uma corrupção generalizada”.	19580	SENADO FEDERAL	
SENADOR <i>JOSÉ NERY</i> – Comunicação de que o PSOL protocolou pedido de impeachment contra a Governadora Yeda Crusius. Registro do lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Considerações sobre as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente. Manifestação de solidariedade ao professor e ambientalista João Alfredo Telles de Melo.....	19587	2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR <i>INÁCIO ARRUDA</i> – Considerações sobre reportagem veiculada no programa “Fantástico” da Rede Globo, contra a administração do município de Santana do Acaraú-CE.	19591	– 53^a LEGISLATURA	
SENADOR <i>LEOMAR QUINTANILHA</i> – Reconhecimento pelas manifestações de solidariedade recebidas por S. Exa., por ocasião do falecimento de sua genitora, dona Lili Quintanilha. Registro das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente.	19596	3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação		4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
SENADOR <i>MARCONI PERILLO</i> – Registro da matéria intitulada “Stephanes critica conceito		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		10 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 100^a Sessão Deliberativa Ordinária, 11 de junho de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, da Sra. Rosalba Ciarlini, e dos Srs. Raimundo Colombo, Romeu Tuma e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos e encerra-se às 20 horas e 36 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/6/2008 07:36:00 até 11/6/2008 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYMÉ CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PÉRILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEÚ TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Paulo Paim. A seguir, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu estava inscrito para falar na sessão que homenageou o Dia Nacional e Internacional do Meio Ambiente. Como o tempo não permitiu, Sr. Presidente, já que a sessão do Senado tinha de iniciar-se às 14 horas, como primeiro orador inscrito, começo falando também da questão do meio ambiente. De forma muito objetiva, Sr. Presidente, vou falar de uma PEC e de um projeto de lei. Na verdade, ambos, eu diria, embalam, acariciam o pronunciamento feito aqui pela ampla maioria dos Senadores e das Senadoras na defesa da Amazônia, na defesa da vida, na defesa do meio ambiente.

Apresentei um projeto, Sr. Presidente, que já tem parecer favorável, exigindo que todos os órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário dêem, inclusive, o exemplo e só usem papel reciclado. A Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional, enfim, todos os órgãos do Executivo, do Judiciário e do Legislativo teriam de operar com papel reciclado.

A outra matéria, Sr. Presidente, refere-se a uma emenda à Constituição em que venho trabalhando já há algum tempo, e resolvi apresentá-la exatamente no dia de hoje. Já consta um número suficiente de assinaturas, mas tenho certeza de que 90% dos Senadores ainda vão pedir para assinar essa Proposta de Emenda à Constituição.

Senador Augusto Botelho, a Proposta de Emenda à Constituição que apresento hoje, para muitos, pode dar a impressão de ser uma proposta ousada. Para mim, não. Toda proposta de defesa da vida, para mim, tem de ser acolhida e aprovada pelo Congresso Nacional.

O que diz a emenda, Sr. Presidente?

“As Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso XVI:

“Art. 52. (...)

XVI – aprovar, por maioria absoluta, as operações de compra e arrendamento, por

pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal. (...)

Já existe, Sr. Presidente, uma lei – fiz toda uma análise – muito duvidosa, muito frágil, que tem esse objetivo. Mas a lei não é clara. E fiz consultas não somente à nossa Casa, à Consultoria do Senado, mas também ao Advogado-Geral da União.

Depois, o que digo ainda, Sr. Presidente? Modifico o art. 52 da nossa Constituição e vou para o art. 243: Art. 243 (...)

§ 1º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime do tráfico dessas substâncias.”

“§ 2º Confiscar-se-ão, sem indenização alguma ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções já previstas em lei, as glebas localizadas na Amazônia Legal onde se verifique o desmatamento ilegal, bem como os bens de valor econômico apreendidos na mesma ocasião, os quais reverterão em benefício da recuperação e reflorestamento das áreas dessas glebas e do aparelhamento e custeio da atividade de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao desmatamento ilegal.”

Ou seja, Sr. Presidente, quando for comprovado que houve o desmatamento ilegal criminoso, o dono da terra perderá a terra. Por isso, essa emenda à Constituição vem com esse objetivo.

Quero alertar, Sr. Presidente, que, antes de 1988, o conceito de empresa brasileira ou de sociedade nacional constava exclusivamente de diplomas de cunho infraconstitucional. Entretanto, segundo a AGU, a partir do advento da Carta Magna, restrições a empresas que, de acordo com o art. 171, inciso I da nossa Constituição Federal, fossem tidas como brasileiras só poderiam existir nos casos expressamente previstos no próprio Texto Constitucional.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que, por fim, com o objetivo de aumentar o controle do Poder Público sobre aquela região, alvitramos o acréscimo de um §2º ao art. 243 da Constituição Federal, de modo a determinar o confisco de glebas rurais situadas na Amazônia nas quais se constate o desmatamento ilegal.

Dessa forma, buscamos coibir essa gradual e alarmante extinção da mais rica biodiversidade do Planeta, que vem sendo perpetrada de modo afrontoso aos olhos lastimosos de todos os brasileiros.

Pelas razões expendidas, queremos poder contar com o amplo apoio de todos os Senadores e Senadoras pela aprovação dessa emenda à Constituição.

Sr. Presidente, ainda tratando de meio ambiente, quero falar um pouquinho do meu Rio Grande. Senador Papaléo, no dia de ontem, falei aqui das minhas preocupações com a crise econômica.

E quero falar da crise do aeroporto. Estamos praticamente sitiados no Rio Grande do Sul, devido ao caos no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Só para dar um exemplo, na semana retrasada, quando fui ao Rio Grande, tive de descer em Curitiba. Foram 12 horas de ônibus, de Curitiba a Porto Alegre. Estava com problema numa perna. Enfim, fiquei quatro dias no hospital pela posição incômoda nessa viagem, devido a uma pancada que levei, infelizmente, ao cair em uma das pernas.

Mas para não falar somente das situações tristes do meu Rio Grande, quero abordar hoje uma coisa que entendo exemplar. Quem já visitou meu Estado, o Rio Grande do Sul, sabe que quando se trata da beleza das nossas paisagens, sem falsa modéstia todos os elogios são poucos.

É uma terra, como digo lá sempre, pra lá de bonita.

O Rio Grande do Sul soma as suas atrações turísticas mais uma, chamada Rota Vales da Serra.

É uma nova atração turística para pessoas que apreciam lindas paisagens, farta gastronomia, excelentes vinhos e sucos, música típica, gente hospitaleira, lugares encantadores, tudo isso acompanhado do nosso mate e do nosso churrasco.

Recebi convite para participar, ontem, do lançamento dessa rota magnífica. Infelizmente, não pude estar presente. Mas sei, com toda certeza, que vai ser uma atração turística de muito sucesso, porque leva em consideração, em primeiro lugar, a beleza da natureza. Sr. Presidente, é uma região belíssima!

Vales da Serra é uma rota e dentro dela está inserido, Sr. Presidente, o Roteiro Integrado Experiência Viva, que abrange Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua e São Marcos, apresentando o que há de melhor em cada um desses prósperos municípios.

Tudo começou com o objetivo de desenvolver o turismo regional, quando a Micro Região 4 da Atuaserra iniciou esse planejamento estratégico e formatou a rota turística e um primeiro roteiro integrado, em parceria

com o Sebrae, sempre buscando trabalhar a questão regional, que é uma tendência para o setor.

Os municípios que compõem a Micro Região 4, seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo, estão promovendo a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos, como poder público e privado, organizações da sociedade civil, terceiro setor, instituições de ensino e turísticas, buscando atingir objetivos comuns para desenvolver do turismo regional integrado.

Patrimônio histórico e artístico nacional, Antônio Prado é a cidade mais italiana do Brasil. Nós podemos dizer que conhecer a cidade é fazer uma viagem no tempo e poder se deslumbrar com o maior acervo de casas tombadas em área urbana do nosso País. Esse acervo, Sr. Presidente, é um registro da história da imigração italiana.

Caxias do Sul é a minha cidade natal e é também encantadora. É um lugar onde o progresso chegou e as coisas boas do passado permaneceram! É uma das cidades que mais cresce no meu Rio Grande e, por que não dizer, no Brasil, mas mantém as tradições. É cidade de gente hospitaleira, comida exemplar, uma cidade moderna com uma rede hoteleira da melhor qualidade, facilidade de acesso e o encanto de uma metrópole que preserva a cultura dos tempos da imigração. Caxias é a terra da Festa da Uva, do turismo, da indústria, da cultura e das emoções de um povo que venceu trabalhando e nunca perdeu a alegria de viver!

Flores da Cunha é uma cidade mais do que simpática, cercada por exuberantes paisagens naturais, vales cobertos de parreiras e diversas culturas hortifrutigranjeiras. Canyons dos rios das Antas e São Marcos atravessam toda a região, dando ao lugar ares europeus. Segundo polo moveleiro e maior produtor de vinhos do País, Flores da Cunha é sinônimo de qualidade de vida.

Nova Pádua é considerada *La piccola Itália*. É entre os vales cobertos por extensos parreirais que se pode apreciar casas e construções antigas que ajudam a manter viva a memória da migração italiana no município. A cidade também é rica em matas, trilhas ecológicas que levam a cascatas e cavernas, constituindo-se em cenário perfeito para quem curte a natureza e o mistério dela.

São Marcos é a mescla de dialetos italianos e sotaques gauchescos. Cidade e campo estão juntos na miscigenação de italianos, poloneses, negros, portugueses e nativos, formando um povo forte e acolhedor. Terra de caminhoneiros, São Marcos é famosa por seus rodeios e festas do interior, misturando a alma gaúcha aos costumes dos nossos antepassados.

Sei que não seria necessário, mas faço questão de declarar mais uma vez a minha paixão pelo meu

Estado do Rio Grande e pelo povo gaúcho. Nossas cidades têm mesmo um encanto todo especial, têm algo de sublime, que toca todos os corações.

Sr. Presidente, faço um apelo para dispor de um pouco mais de tempo, porque o Rio Grande vive um momento muito triste. Com escândalos acontecendo, eu quis falar de coisas boas, não só falar dos erros cometido por alguns, que eu classifico como ervas daninhas, mas que não vão prejudicar as plantações dos campos, das serras do meu Rio Grande.

Nossas cidades, repito, têm mesmo um encanto todo especial, têm algo de sublime, que toca todos os corações. Nossa gente gaúcha gosta de receber visita e todos vocês que me escutam neste momento estão convidados a conhecer o meu Estado. Visitem o Rio Grande, conheçam essa nova rota. Vocês se sentirão presenteados, estarão em casa.

Para encerrar, independentemente da questão partidária, faço questão de deixar meu forte abraço aos Prefeitos das cidades de Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua e São Marcos e também a todos os seus moradores.

Sem dúvida, Sr. Presidente, essa rota é mais uma das grandes belezas da nossa terra. Fica aqui um abraço de quatro costados a todo o povo gaúcho.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ontem estive aqui para lamentar o que acontece no meu estado: a crise no Detran.

Hoje volto a falar de um tema que tem incomodado os gaúchos. Trata-se do caos no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Tenho recebido de gaúchos e gaúchas muitos telefonemas, cartas e e-mails, reclamando dos consecutivos problemas no aeroporto.

No dia de hoje foi anunciado que os vôos voltaram a ser feitos.

Mas, em razão das condições climáticas e da troca de equipamentos do Sistema de Pouso por Instrumentos, o aeroporto tem ficado fechado por dias e dias seguidos.

Isso cria uma grande insegurança para quem depende do meio de transporte. Não se sabe mais se vamos conseguir chegar ao nosso destino.

Isso tanto para quem sai de Porto Alegre como para quem se dirige à capital.

Além disso, essa situação é extremamente prejudicial para a economia e o turismo do nosso estado.

Ressalto que essas ocorrências não são isoladas.

As pessoas acabam se vendo obrigadas em optar por transporte terrestre porque não há infra-estrutura para realização dos vôos.

Sabemos que isso não é um fato restrito ao Rio Grande do Sul. Não é de hoje que o Brasil enfrenta o caos aéreo.

Sr's e Srs. Senadores, no dia 29 de maio eu fui para o estado a fim de realizar uma série de agendas por lá. Porém, em razão do mau tempo e da falta de infra-estrutura, meu vôo parou em Curitiba.

Lá ficamos por horas até que nos foi dito que teríamos de seguir em um ônibus. Foram 12 horas na estrada e, no meu caso, o resultado foi transformado em dores na perna e três dias internado em um hospital.

A situação é um descaso com os consumidores, com os brasileiros.

Há quem diga que com mau tempo a realização dos vôos fica dificultada ou mesmo impossibilitada.

Concordamos que não se pode pôr vidas em risco. Mas sabemos que nem sempre o mau tempo é a causa dos problemas.

Na maioria dos casos o caos se dá em razão do sucateamento de nossos aeroportos. Daí a importância de investimentos em logística, em infra-estrutura.

Sr. Presidente, é por tudo isso que registro aqui minha indignação. Ninguém quer ouvir sobre novos desastres, sobre novos transtornos.

Vamos mais além, os passageiros precisam ter seus direitos respeitados. Existe a necessidade de informação correta.

Todos preferimos escutar uma verdade, mesmo que ela não satisfaça nossas expectativas, a ter de ouvir diversas informações desencontradas.

Fato comum nos aeroportos quando acontecem esses problemas.

Voltando a lembrar meu caso, no dia em que fiquei em Curitiba, a companhia aérea não nos dava explicações coerentes e o vôo que iria para Porto Alegre nem esperou, foi diretamente a Buenos Aires.

Nós, brasileiros, exigimos mudanças. Mudanças estruturais e comportamentais.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.)



Minuta

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE
2008**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“**Art.52.**

.....

XVI – aprovar, por maioria absoluta, as operações de compra e arrendamento, por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal.

”

Art. 2º O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 243.**

.....

§ 1º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime de tráfico dessas substâncias.

§ 2º Confiscar-se-ão, sem indenização alguma ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, as glebas localizadas na Amazônia Legal onde se verifique o desmatamento ilegal, bem como os bens de valor econômico apreendidos na mesma ocasião, os quais reverterão em benefício

da recuperação e reflorestamento de áreas dessas glebas e do aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao desmatamento ilegal.”

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Até 1994, o Poder Executivo Federal não sabia ao certo se a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que *regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências*, havia sido integralmente recepcionada pela Constituição Federal (CF) de 1988.

Com o propósito de eliminar essa dúvida, a Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou sobre a matéria, negando que tenha ocorrido a recepção do § 1º do art. 1º da mencionada lei, o qual determina que “fica (...) sujeita ao regime estabelecido [pela Lei nº 5.709, de 1971,] a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior”.

Antes de 1988, o conceito de empresa brasileira ou de sociedade nacional constava exclusivamente de diplomas de cunho infraconstitucional. Entretanto, segundo a AGU, a partir do advento da Carta Magna, restrições a empresas que, de acordo com o art. 171, inciso I, da CF, fossem tidas como brasileiras só poderiam existir nos casos expressamente previstos no próprio texto constitucional.

Com a revogação do art. 171 da Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995, a AGU foi compelida a rever aquele seu entendimento, concluindo que tal revogação não poderia, de qualquer modo, reprimir o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1991, especialmente em face do art. 2º, § 3º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil). Nessa revisão, a AGU expressou, ainda, o entendimento de que o conceito de empresa brasileira teria sido “desconstitucionalizado”.

O que importa, aqui, é perceber que, a despeito da revogação de seu art. 171, a Carta Magna mantém vários dispositivos que versam sobre a participação de estrangeiros ou de capital estrangeiro na atividade econômica, a exemplo do § 4º do art. 222, o § 3º do art. 199 e o art. 192.

Ora, considerando-se as relevantes modificações que ultimamente têm ocorrido no cenário econômico nacional e internacional – em especial a crescente importância dos biocombustíveis e o consequente aumento do interesse mundial na exploração agrícola de terras brasileiras –, bem como as recentes notícias acerca da compra em grande escala, por estrangeiros, de propriedades rurais situadas na Amazônia, parece-nos oportuno estabelecer algumas restrições ao capital estrangeiro, no que concerne ao acesso à terra.

Na verdade, menos que a imposição de restrições, o que ora propomos é um simples incremento, pelo Estado brasileiro, da fiscalização sobre os atos de aquisição de terras levados a cabo, por estrangeiros, na Amazônia Legal, que passam a ficar subordinados à aprovação pelo Senado Federal.

Por fim, com o mesmo objetivo de aumentar o controle do Poder Público sobre aquela região, alvitramos o acréscimo de um § 2º ao art. 243 da Constituição, de modo a determinar o confisco das glebas rurais situadas na Amazônia nas quais se constate o desmatamento ilegal. Dessa forma, buscamos coibir essa gradual e alarmante extinção da mais rica biodiversidade do planeta, que vem sido perpetrada, de modo afrontoso, aos olhos lastimosos dos brasileiros.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição, mediante a qual estaremos promovendo, em outros termos, a criação de um eficiente mecanismo de defesa da Amazônia e da soberania nacional.

Sala das Sessões,


Senador PAULO PAIM

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Senador João Tenório, eu já havia anunciado o Senador Carlos Dunga antes de V. Ex^a chegar, mas em seguida passarei a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a mesma emoção com que o Senador Paulo Paim fala sobre seu Estado, sobre a sua região, chego à tribuna desta Casa para colocar assuntos de uma região pobre, de uma região que não é como a dele, uma região que não tem a mesma estrutura que o Sul, mas que também é uma região hospitaleira, que receberá não só o Senador Paulo Paim, como também todos os Senadores desta Casa. Principalmente agora, nos festejos juninos, sintam-se todos convidados.

Sr. Presidente, no final da última semana, estive visitando o interior do meu Estado, a Paraíba, principalmente as cidades de Pombal, Serra Negra – cidade do vizinho Estado do Rio Grande do Norte, aqui representado por S. Ex^a o Presidente desta Casa, Senador Garibaldi, e os demais Senadores do Rio Grande –, a cidade de Patos, Malta e Condado. Percebi a necessidade premente da recuperação das estradas que ligam os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, a BR-427 e a BR-110. Esta é conhecida como a estrada do sal, uma estrada que permite o escoamento da produção do sal da cidade de Mossoró para todo este País. Faz-se a ligação Norte-Nordeste e Nordeste-Sul-Sudeste pela BR-110 e pela BR-427. Essas duas estradas se encontram em total abandono.

Quero aqui fazer um apelo ao Dnit, ao Ministério dos Transportes, para que se recupere urgentemente a BR-427 e se faça uma vistoria na BR-110, na qual há menos de um ano foram feitos serviços de recuperação no Município de São José de Espinharas, mas já se faz necessária uma nova recuperação.

Em seguida, Sr. Presidente, vi, no final de semana, o interesse dos Governadores da Paraíba e de Pernambuco, o Governador Cássio Cunha Lima e o Governador Eduardo Campos, no sentido de que os dois Estados façam as suas comunicações rodoviárias, ligando o Estado de Pernambuco ao nosso Cariri ocidental, desde Caruaru até Sumé, por meio de estrada, levando à cidade do Congo. E a interligação da duplicação da BR-104, ligando Caruaru a Campina Grande, dando oportunidade a que o semi-árido tenha uma estrada que venha a fazer todo o escoamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, das riquezas de Pernambuco, com o seu pólo de artesanato nas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, a própria Caruaru e também a cidade de Campina Grande, que

apresenta, na sua pujança, a riqueza da Paraíba, com o seu pólo courreiro.

Veja, Sr. Presidente, que é uma necessidade econômica, é a necessidade de uma região pobre, visto que a ligação da BR-101 iria interligar vários Estados com um único objetivo: o escoamento da produção.

E deduzi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o porquê desta preocupação de nós, políticos do Nordeste, com as estradas, quando sabemos que temos a maior malha ferroviária em total abandono. Temos uma malha ferroviária ligando Recife a Fortaleza, que iria se interligar à Transnordestina.

Portanto, é preciso que nós todos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Pernambuco e do Ceará cuidemos – e cuidemos com muita atenção – da cobrança e façamos pronunciamento nesta Casa, para que essa malha ferroviária, lá do Estado da Paraíba, desses Estados citados, venha a ser aproveitada novamente pela interligação da Transnordestina.

A malha ferroviária apresenta-se com quase mil quilômetros, uma estrada que, no passado, foi a redenção do Nordeste, foi a via de escoamento de todo o sertão, do sertão do Ceará, do sertão do Rio Grande do Norte, no entroncamento Sousa/Mossoró, servindo a todo o escoamento do sal, por intermédio da rede ferroviária. E essa rede ferroviária foi desmantelada, seus trilhos foram arrancados, bem como os seus dormentes, ficando o destino à mercê do tempo, mostrando a necessidade que temos de recuperação e de reativação dessa malha ferroviária nordestina.

Por isso, Sr. Presidente, na tarde de hoje, preferi falar às autoridades do País, pedindo a urgência para o meu Estado da Paraíba, que tem vários componentes industriais e tem necessidade dessa interligação com o Sul, já que existe a mineração não só da bentonita, como de outros tipos de minérios do semi-árido que precisam ser colocados para o interior do nosso País por meio da malha ferroviária. E agora que a Transnordestina está sendo construída pelo nosso Governo, ligando o centro-sul do País ao Nordeste, não podemos deixar de cobrar, de pedir, de reivindicar a reativação da malha ferroviária para que venha atender à necessidade da malha rodoviária que liga, com muita propriedade, essa região que acabo de citar.

Estou certo de que os companheiros do Rio Grande do Norte, os companheiros do Ceará, os companheiros Senadores de Pernambuco, Senadoras e Senadores que sabem muito bem, como sabe Sua Excelência o Senhor Presidente da República, da necessidade que temos da reativação da malha ferroviária do Nordeste, principalmente dos Estados que acabo de citar: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará...

Outro com atenção V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, gostaria de me manifestar realmente só para reforçar. V. Ex^a está fazendo um apelo mais do que meritório, justo para com os nossos Estados, porque a reativação da linha férrea, que foi quem promoveu o desenvolvimento, engrandeceu, interligou Mossoró até Sousa... Nós que somos da região, assim como V. Ex^a, que conhecemos essa realidade, sabemos o quanto é importante o transporte, a linha férrea, o trem, para a nossa região. Há muito tempo fazemos esses apelos. Eu era Prefeita e fiquei indignada quando os trilhos foram arrancados. Foi tirado algo que já havia nos dado tanto. Com a reativação, com mais cuidados, com a interligação, deveria crescer, mas estava acabando. Então, a linha férrea é de uma importância muito grande. Quero me somar às suas palavras, parabenizá-lo por estar na defesa daquilo que é melhor para o seu Estado e para a nossa região, e também com relação à rodovia, que não pode continuar nessa situação. As águas já secaram, já vamos começar a rezar, daqui a pouco, pelo próximo inverno, se vamos ter ou não. Infelizmente, agora, as pessoas ficaram isoladas, porque os buracos são tantos que impedem que possamos trafegar com tranquilidade, com segurança – segurança que não é somente no tráfego, porque, com aqueles buracos, V. Ex^a sabe muito bem que acidentes acontecem, o custo é mais alto, há depreciação do carro, mas também há a questão da segurança, o risco maior para os assaltos, para a violência. Portanto, deixo aqui minhas congratulações em nome do nosso sofrido Nordeste, do nosso semi-árido, uma região tão difícil, mas de um povo tão bom e forte, como é o povo nordestino, o povo do nosso querido Estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Tenho um carinho muito especial pela Paraíba, não somente porque somos vizinhos, porque temos toda uma história de vida, muitas lutas em comum, mas também porque tive a oportunidade de morar três anos naquele Estado, em João Pessoa, como estudante de medicina. Aquele povo me cativou pela forma como eles sabem bem receber e como eles nos abraçam. Obrigada, Senador, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba Ciarlini e as incorporo ao meu discurso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Carlos Dunga, vou-lhe pedir um aparte no momento em que V. Ex^a entender mais adequado.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Concedo, com muita alegria, o aparte a V. Ex^a, ligando o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Carlos Dunga, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo primeiro pronunciamento de V. Ex^a na tribuna do Senado. Como fui seu companheiro como Deputado Federal, conheço a sua história, a sua vida, a forma correta e adequada de um excelente Parlamentar. Por isso, quero cumprimentar a Paraíba e o Senador Cícero Lucena, que era o meu vice na Comissão de Direitos Humanos, e até convidar V. Ex^a para assumir também neste período. V. Ex^a tem compromisso com esta causa dos pobres, dos negros, dos índios, dos idosos, das crianças e dos adolescentes. Enfim, vi a sua história na Câmara dos Deputados, convivi com ela e, por isso, fiz este aparte. E quero cumprimentá-lo, inclusive, pelo voto no dia de ontem. V. Ex^a foi fundamental para que tivéssemos mais um Ministério na luta contra todo tipo de preconceito. Por isso, Senador Carlos Dunga, seja muito bem-vindo. Paraíba está de parabéns pelo brilhante Parlamentar que V. Ex^a é.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e digo que, na verdade, o nosso compromisso com as causas sociais, externei ontem com o voto que dei ao projeto de V. Ex^a. Temos, na verdade, esse interesse de que todas as classes sociais do nosso País vivam bem. Essa é a esperança do índio, do negro, de todos nós e também lá, do nosso Nordeste, que precisa, e muito, do interesse social do Governo para com a região.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras e agradeço os apartes que aqui recebi e a V. Ex^a pela tolerância para com este nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Carlos Dunga.

Com a palavra o Senador João Tenório e, a seguir, o Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a crise dos alimentos, que vem assustando o mundo todo e que pode empurrar mais cem milhões de pessoas para a miséria, é um dos temas mais polêmicos do momento.

Como o debate sobre as causas dessa crise se deslocou para uma possível concorrência entre a produção de bioenergia e de alimentos, tive, como Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis deste Senado, a oportunidade de fazer parte da delegação brasileira na Conferência da FAO, em Roma, na semana passada.

A FAO, como todos sabem, é o braço da ONU responsável pela agricultura e pela alimentação. E a Conferência de Roma, marcada para debater a questão da segurança alimentar, das mudanças climáticas

e da bioenergia, deu bem a dimensão da importância do assunto atualmente.

Estavam representados na FAO nada mais nada menos que 180 países. Mais de 50 chefes de Estado e de Governo participaram pessoalmente das discussões. Entre eles, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que – devo reconhecer – foi particularmente feliz ao defender, de forma vigorosa, os biocombustíveis, sobretudo a alternativa brasileira, como contribuição importante na solução de outra questão relevante, a segurança energética.

Na verdade, Sr's e Srs. Senadores, o Presidente Lula foi, seguramente, a presença mais firme em Roma na defesa da tese de que não há conflito entre alimento e energia renovável de origem vegetal.

Parte da comunidade internacional, sobretudo os países europeus que vinham posicionando-se de forma contundente pela ferida tese, teve seu discurso sensivelmente atenuado. Esse recuo nas críticas aos biocombustíveis, antes apontados como vilões maiores da atual crise dos alimentos, foi um recuo ainda tímido, mas já marca uma primeira vitória da Força Tarefa Pró-Etanol brasileira, que se tem esforçado para ganhar uma guerra fundamental: a guerra da informação.

É a falta de informação aos países ricos, é a visão distorcida de quem já tem suas áreas agrícolas praticamente esgotadas, que vêm alimentando interpretações de que a bioenergia pode comprometer a produção de alimentos.

Se o encontro de Roma, aliás, se toda essa crise de alimentos tem um mérito, esse mérito é recolocar a questão agrícola no centro das atenções da comunidade internacional, questão essa que tinha sido retirada da agenda dos governantes, talvez porque esquecida, eu diria quase abandonada, mesmo assim vinha conseguindo, de certa forma, cumprir sua função maior: alimentar os povos.

Com a atual crise, o mundo parece, finalmente, ter despertado para a importância da agricultura no desenvolvimento econômico e na própria sustentabilidade do planeta.

Infelizmente, o resultado final da Conferência não conseguiu mais claramente estabelecer um bom diagnóstico e, muito menos, sugerir uma adequada terapia para a atual crise. O maior compromisso assinado pelos representantes dos cento e oitenta países e da Comunidade Européia foi a criação de um fundo para solucionar, de forma emergencial, o problema da fome nos países mais pobres. Ou seja, atua-se sobre o efeito, tentando atenuá-lo, enquanto sobre as causas, a gênese, manifestam-se mais intenções do que ações.

Não se está aqui negando a importância e a urgência da compra e doação humanitária de alimentos, mas doações acabam sendo apenas paliativos; não resolvem o desequilíbrio entre oferta e demanda de comida.

Para evitar que os preços dos alimentos continuem subindo, não há outro caminho senão aumentar a oferta de produtos agrícolas. Para isso, é preciso uma decisão firme no sentido de derrubar os obstáculos que emperram o aumento da produção mundial. Obstáculos representados, entre outros, pelas políticas protecionistas dos países mais ricos.

Não que não tenha havido críticas em Roma ao protecionismo agrícola que distorce o mercado e desestimula a produção dos países menos desenvolvidos, mas a declaração final da Conferência não deu o devido peso à questão do protecionismo, nem fixou metas claras para o incentivo da produção agrícola nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento com valores ou prazos.

A atual postura dos países ricos em relação à atividade agrícola está repleta de equívocos.

Com a proteção à sua agricultura por meio de políticas de subsídios, tais países estimulam a atividade onde não se pode mais incrementar a produção e inibem iniciativas nos países pobres, que ainda dispõem, estes sim, de grandes áreas para incrementar suas safras. Só não o fazem pelas limitações imposta aos mercados pelos ricos autoprotegidos.

O efeito prático dessa política, as suas consequências, são facilmente percebidos. De 1961 a 2003, a área cultivada no mundo subiu de 4,5 para apenas 5 bilhões de hectares – um crescimento de apenas 9% –, enquanto, no mesmo período, a população mundial passou de 3 para 6 bilhões de pessoas, ou seja, dobrou de tamanho.

Também não dá para minimizar o impacto da escalada do preço do petróleo no desestímulo à produção e no consequente aumento dos preços dos alimentos.

O barril, que custava US\$30,00 há oito anos, hoje já beira os US\$138,00. Com isso, não apenas o frete e os custos de mecanização aumentaram. O preço dos fertilizantes também disparou – de fevereiro de 2007 a abril de 2008, a tonelada de fertilizante média, o mix de fertilizante, passou de US\$200,00 para mais de US\$800,00.

Enquanto isso, algo pouco perceptível: soja, milho, trigo e arroz, principais *commodities* agrícolas, mantiveram seus preços estáveis de 2000 a 2006.

Diante desse cenário, era absolutamente previsível o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, com o consequente encarecimento dos produtos agrícolas.

Sr's e Srs. Senadores, não fosse uma excepcional evolução da produtividade agrícola, essa crise alimentar já teria se dado há muito tempo.

Incompreensível é que o mundo não venha se preparando para isso, não venha agindo de forma orquestrada para aumentar a oferta de alimentos e equilibrar o comércio internacional.

Assim como é incompreensível que o mundo não venha se preparando para enfrentar as mudanças climáticas que também ameaçam a produção agrícola, o que passa também pela aposta em fontes de energia mais limpas diante da nova realidade ambiental.

No Brasil, temos terra à vontade, para alimentos e para biocombustíveis. Longe de ser uma ameaça, nosso etanol de cana-de-açúcar pode ser uma excelente alternativa diante da dependência insustentável do petróleo. Pode gerar renda e emprego não apenas aqui, como na África, na América Central e em outros países da América do Sul.

Sr's e Srs. Senadores, convém destacar a eficiente atuação da delegação brasileira presente na Conferência de Alto Nível da FAO, em Roma, em especial do Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty. Além de responder com fundamentos cada uma das acusações infundadas feitas aos biocombustíveis, o Ministro registrou a nossa discordância quanto às políticas protecionistas, identificando, assim, as reais causas que afetam o mercado mundial de alimentos.

Neste momento, quando se busca melhor entender e bem decidir sobre o destino de nossas iniciativas nesse campo, temos, aqui, no Legislativo, um desafio que é nosso: traçar um marco regulatório claro para os biocombustíveis. Um marco capaz de equilibrar a convivência entre alimentos e bioenergia; de assegurar, de um lado, nossa contribuição na alimentação dos brasileiros e demais povos e, de outro, estimular a produção e reduzir as barreiras e incompreensões internacionais contra os biocombustíveis brasileiros. Um marco que garanta a sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor.

É nesse marco regulatório que pretendemos trabalhar de agora para frente, Sr's e Srs. Senadores, na Subcomissão de Biocombustíveis. Material para isso não nos falta, depois de um ano de trabalho cuidadoso, ouvindo depoimentos de todos os envolvidos com o setor, participando de uma série de reuniões e encontros internacionais sobre energia renovável.

Também não nos faltarão, tenho certeza, o apoio e as sugestões imprescindíveis de cada um dos representantes desta Casa.

É essa lei maior dos biocombustíveis que haverá de traçar o caminho do Brasil como um dos maiores

líderes no novo cenário energético mundial. Sem, repto, constranger, por pouco que seja, o fundamental direito à alimentação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, como Líder, ao Senador Valdir Raupp por cinco minutos. É o tempo que o Regimento estabelece para V. Ex^a, com a tolerância de mais dois minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão ao nosso líder gaúcho, Senador Valdir Raupp, apenas para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, eu só queira registrar que tomei a liberdade de trazer à tribuna de honra – e ele tem mesmo de estar na tribuna de honra – o Sr. Adelar Bertussi.

O Sr. Adelar Bertussi é convidado do Senador Sérgio Zambiasi. Com 75 anos, é um ícone da música do Rio Grande. Ele foi convidado para o Festival Internacional em Nova Jersey e representará, nesse evento internacional, a música do meu Rio Grande.

Sr. Presidente, o companheiro Adelar Bertussi é um ícone, é uma lenda viva. Ao homenageá-lo, quero homenagear também seu irmão, Oneide Bertussi, falecido há dez anos.

Adelar, como disse, tem 75 anos e é um dos símbolos do nosso Rio Grande. Inclusive, quando me disseram, Senador Valdir Raupp, que ele não estava de terno, respondi que ele está de terno; ele está fardado com a roupa típica do povo gaúcho.

Faço este registro agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, já fui a muitas festas animadas pelos irmãos Bertussi, por Adelar Bertussi e por toda a equipe.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o ser humano sempre se considerou o mestre e o senhor da

natureza. Sei, Sr. Presidente, que homenagens foram prestadas na parte da manhã, mas se estendeu até a tarde a comemoração pelo Dia Internacional do Meio Ambiente. Eu queria, ainda neste momento, fazer um breve pronunciamento sobre esse tema.

O mundo natural não era muito mais do que um vasto palco, criado para abrigar o drama humano. Hoje, temos a percepção de quão é extensa nossa dependência do meio natural e procuramos incorporar esse conhecimento em nossas ações. Falta muito para se compreender a fragilidade de nosso planeta, as complexas inter-relações entre ecossistemas e o delicado equilíbrio que se estabeleceu, ao longo de milhares de anos, entre as espécies animais e vegetais que hoje habitam a Terra.

Sabemos, agora, que a natureza não é apenas um belo palco ou um generoso suprimento. Sabemos, Sr. Presidente, que não reinamos sobre a natureza como se não fizéssemos parte dela. Nós, *homo sapiens*, somos uma entre outras inúmeras espécies, todas, da mesma forma, dependentes de um meio que, no limite, nos iguala, ainda que algumas espécies, como a nossa, destaquem-se pela incrível capacidade de adaptação às mudanças ambientais. Mas toda adaptação tem limites, e, quando uma espécie encontrar esse seu limite, talvez já seja tarde demais.

Hoje, a questão ambiental, portanto, diz respeito à nossa própria sobrevivência como espécie. Mas ela envolve também, e de forma importante, questões de justiça que ainda lutamos para equacionar adequadamente.

Há, antes de mais nada – e ligada diretamente ao problema da sobrevivência de nossa espécie e ao futuro de nosso planeta –, a questão de que nós, da presente geração, devemos às gerações futuras. Nossos antepassados, que abusaram, muitas vezes, da generosidade da natureza, já nos legaram um planeta, em muitos aspectos, doente e cansado. Não sabiam, porém, o que sabemos, Sr. Presidente. Nossa responsabilidade com as futuras gerações é tanto maior quanto mais amplo é nosso conhecimento dos efeitos de nossos atos sobre o meio ambiente. Perdemos o álibi da ingenuidade e da inocência, infelizmente, e nosso conhecimento nos impõe uma responsabilidade, diante das próximas gerações, que as gerações passadas não tinham conosco na mesma medida.

Há, depois, a dimensão, eu diria, geopolítica desse mesmo problema de justiça que estou associando ao problema ambiental. Hoje, há uma clara divisão, na comunidade internacional, entre países ricos e pobres: os ricos do Hemisfério Norte e os pobres do Hemisfério Sul.

Séculos de exploração intensiva e de grande liberalidade com os recursos naturais foram, sem dúvida alguma, pré-requisitos essenciais do atual estágio de prosperidade das economias mais desenvolvidas do planeta. Essa via, no entanto, Sr. Presidente, não está mais aberta. Não podemos cometer os erros que já foram cometidos por outros. Portanto, minhas senhoras e meus senhores, é preciso que os mais ricos ajudem efetivamente os mais pobres a conquistar a prosperidade que desejam e que merecem sem pôr em risco toda a humanidade.

Não temos escolha, Sr. Presidente, no que se refere ao meio ambiente, senão colaborar e trabalhar conjuntamente, afinal, apesar da distância que separa ricos e pobres, estamos todos envolvidos pelo mesmo meio ambiente, somos todos habitantes do mesmo planeta. Precisamos nos unir para encontrarmos meios de garantir o desenvolvimento econômico, base para o desenvolvimento humano e social que os países mais pobres desejam e de que necessitam, em harmonia com a preservação das condições naturais, que é pré-requisito da nossa própria sobrevivência como espécie.

A oportunidade que uma comemoração como esta nos oferece, de levantar esses temas para a reflexão, em nível mundial, é preciosa.

Mas, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço permissão ao Senador e Líder Valdir Raupp para interrompê-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Gostaria de anunciar que, acompanhando o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, e sua comitiva, encontra-se neste plenário o indiano Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano passado. Ele está integrando comitiva que participa das comemorações da III Semana do Meio Ambiente, iniciativa que será marcada por exposições e debates sobre questões ambientais.

O Dr. Rajendra Pachauri ocupará a Mesa neste instante, com os cumprimentos do Senado Federal, ao lado do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, que assumirá os trabalhos.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com o registro já feito pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontrava na Presidência desta sessão, temos a honra de receber o indiano Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz ano passado.

Pediria ao Senador Renato Casagrande que fizesse a saudação ao nosso visitante.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senador Valdir Raupp, que teve seu discurso interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, peço desculpas ao Senador Valdir Raupp, que se encontra na tribuna. Que S. Ex^a possa concluir seu pronunciamento após as saudações ao Sr. Rajendra Pachauri! Depois, darei todo o tempo a S. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, falta pouco para eu concluir meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua com a palavra o Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço apenas um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Também manifesto as boas-vindas ao nosso ilustre visitante, que se tem destacado, juntamente com seus parceiros, nesse trabalho tão importante sobre os impactos ambientais.

Sr. Presidente, eu falava exatamente a respeito do meio ambiente. A Amazônia tem sido palco de muitas discussões, de muitas cobiças internacionais. E é o nosso Brasil e a nossa querida Amazônia que devemos homenagear neste dia.

Sr. Presidente, tenho trazido a este Plenário, além da minha preocupação, a proposta de desmatamento zero. Ao encerrar meu pronunciamento, lanço, mais uma vez, esse desafio ao novo Ministro do Meio Ambiente e a todas as autoridades federais. Que tenhamos a ousadia de, neste momento, lançar o desafio, no nosso Brasil, do desmatamento zero, evidentemente com melhores tecnologias, com financiamento, aproveitando melhor nossas áreas já desmatadas! Que, daqui para frente, apenas exploremos com planos de manejo sustentável, não mais com corte raso, nem com queima de nossas florestas!

Espero, Sr. Presidente, que tenhamos a sabedoria de aproveitar esses momentos, de multiplicá-los, para que a próxima geração tenha a possibilidade de resolver o problema, minimizando as consequências nefastas de séculos de incônia com o meio ambiente do nosso planeta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Peço ao Senador Renato Casagrande que faça a saudação ao ilustre visitante, o Prêmio Nobel da Paz, que se faz acompanhar do ex-Vice-Presidente norte-americano Al Gore.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao Presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Sr. Rajendra Pachauri, a quem dou as boas-vindas, e aos meus nobres Pares!

Quero lhes dizer que já tivemos a oportunidade de, na sala do Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, manifestar nossa alegria e nossa satisfação pela visita do Sr. Rajendra Pachauri, por tudo o que ele representa para o tema “Mudanças Climáticas”, que ganhou corpo e debates em todos os países do mundo. Inclusive, nós, no Senado, formamos um grupo de Parlamentares que trabalha e debate muito essa questão. Além disso, temos a alegria de contar com a Ministra Marina Silva, hoje Senadora da República. S. Ex^a, quando Ministra, deu total apoio a esse tema no Governo Federal e se tornou referência no debate internacional, especialmente nas Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas. Então, hoje, no Senado da República, temos a oportunidade de travar um grande debate sobre o tema.

É importante que o Presidente Rajendra saiba que o grande debate que se dá hoje é devido ao trabalho do IPCC. Os relatórios do IPCC servem de base para nossos estudos, para nossas pesquisas, mas causaram grande impacto político na sociedade. Principalmente nesta hora, em que se reúnem muitos pesquisadores para tratar do mesmo assunto, apontando para o mesmo local, dizendo das nossas preocupações, dizendo daquilo que tem de ser feito para que possamos mitigar esse problema e para que possamos adaptar nossa realidade, o cidadão comum, que não trabalha e não milita na área, passou a ter uma preocupação com o tema e a pressionar os governantes, os acadêmicos, quem tem a capacidade de implementar uma política nessa área. Tanto é assim, que, agora, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas.

A presença do Presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, permite-nos pontuar os avanços conquistados e também levar-lhe, dada a sua importância internacional, a necessidade de um bom protocolo, de um bom acordo entre as partes após 2012. Há a necessi-

dade de que os países ricos tenham a oportunidade e a responsabilidade de uma contribuição mais real na redução das emissões de gases, na transferência de tecnologias. É preciso que os países ricos saiam do discurso e caminhem para a prática na implementação de políticas. E V. S^a tem debatido isso com muita responsabilidade.

Os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da Índia, que é o País de V. S^a, precisam, efetivamente, adotar políticas públicas, como foi acordado na última Conferência, em Bali, na Indonésia, políticas aferidas, acompanhadas internacionalmente. Penso que esse é um ponto importante. Mesmo que não tenhamos meta de redução de gás carbônico ou de gases de efeito estufa, deve haver políticas, como é o caso nosso aqui, de combate ao desmatamento, acompanhadas internacionalmente.

Queremos que V. S^a faça o debate e nos ajude a debater, para que possamos sair do interesse comercial em direção ao interesse de novas fontes de energia. Temos, aqui, uma oportunidade grande – o Brasil e a Índia a têm –, uma grande chance de sermos grandes colaboradores em nível internacional de fontes alternativas de energia, na área de eletricidade e de combustível, e o interesse comercial, muitas vezes, impede que possamos avançar com esse tipo de proposta em nível internacional.

Temos muito o que debater.

Sr. Presidente, concluo, agradecendo imensamente ao Sr. Rajendra Pachauri a visita ao Senado, o que, neste momento, fortalece muito nossas convicções, dando sustentação ao trabalho que hoje é desenvolvido no Senado e na Câmara, no Brasil como um todo. A visita de V. S^a nos permitirá dar sequência a esse trabalho, envolvendo cada vez mais Parlamentares.

Seja bem-vindo! Falo em nome do Senado. Naturalmente o Presidente já se pronunciou ou vai se pronunciar – outros Parlamentares também poderão fazê-lo –, mas, como o Presidente me concedeu a alegria de saudar V. S^a em nome do Senado, agradeço-lhe a visita à nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, eu vou chamá-lo de amigo do planeta, Rajendra Pachauri. Tenho a felicidade de já tê-lo encontrado em outras oportunidades, mas me sinto inteiramente feliz em tê-

lo aqui, no Congresso Nacional, um espaço em que se debate, democraticamente, os diferentes olhares da sociedade brasileira para um problema da magnitude da questão da mudança do clima, do aquecimento global, sobretudo no contexto de negociações que precisam ser cada vez mais ampliadas para dar conta daquilo que a ciência já nos deu a conhecer: que já estamos vivendo sob os efeitos das mudanças climáticas, mudanças que ocorreram em função da nossa ação sobre o planeta, e que medidas urgentes têm que ser tomadas para mitigarmos todos esses efeitos negativos.

Mas combater os efeitos e as razões que levam à mudança do clima não é fácil. Eu sempre digo que, se é difícil para os países desenvolvidos mudarem as suas matrizes energéticas, de fóssil para limpa, também é difícil para os países em desenvolvimento mudarem o modelo de desenvolvimento. E essa é a realidade do Brasil, da Índia, da China, do México, da África do Sul e de vários países.

É difícil, mas não é impossível. E nós, países em desenvolvimento, sabemos que já somos grandes emissores na atualidade. Ainda que, historicamente, a nossa contribuição tenha sido pequena; na atualidade, ela é significativa e nós não temos o direito de não darmos a nossa contribuição. Todavia, para darmos a nossa contribuição, é necessário que tenhamos também aquilo que está previsto no âmbito da convenção: que tenhamos o cumprimento dos preceitos da convenção que estabelecem que os países desenvolvidos devem fazer transferência de tecnologia, de conhecimento, para que países em desenvolvimento, com tecnologia, conhecimento e adição de novos recursos, possam efetivamente continuar seu caminho de desenvolvimento, mas sustentável, ao tempo em que reduzem suas emissões.

Países ricos já estabilizaram suas economias, resolveram problemas básicos de saúde, de habitação, de moradia, enfim, e países em desenvolvimento sequer conseguiram o atendimento de necessidades básicas. É um direito, de acordo com as metas do milênio, de uma imensa quantidade de pessoas em todo o planeta verem atendidas essas necessidades. Para que isso aconteça, já que os benefícios da redução das emissões acontecerá para todos, que os esforços também sejam de todos.

Para concluir, sem querer me estender, agradecendo a deferência do nosso Presidente, devo dizer que os países em desenvolvimento, juntamente com os países ricos, precisam trabalhar para o compromisso pós-2012, a segunda fase de compromisso: uma estrutura que seja capaz de viabilizar que os países desenvolvidos ampliem suas contribuições e os paí-

ses em desenvolvimento possam, efetivamente, ainda que a partir de metas internas, ampliar também suas contribuições. Essa ampliação, com certeza, deve ser mediante um mecanismo semelhante ao que o Brasil apresentou em Nairóbi, de um fundo voluntário, por exemplo, como um incentivo positivo pela redução das emissões em função da diminuição do desmatamento, mas que possa ser acompanhado de forma independente, no âmbito da convenção, a partir de compromissos internos, reportáveis e verificáveis, para que a opinião pública internacional possa de fato ter a certeza de que essas reduções estão acontecendo.

Quero, mais uma vez, agradecer o grande trabalho que tem sido feito no âmbito do IPCC. A presença de V. S^a tem sido um elemento de aglutinação, de coordenação e, sobretudo, de incentivo para todos nós. De sorte que o Brasil o acolhe com um sentimento de gratidão e um sentimento de um imenso desafio, de que devemos lançar mão de todo esse conhecimento não apenas para corrigir o erro, não apenas no sentido de não repetir os erros cometidos historicamente, mas principalmente de prevenir os erros, lançando mão do que há de melhor na tecnologia para podermos fazer frente aos efeitos das mudanças do clima, adaptando, mitigando e enfrentando as vulnerabilidades sem que tenhamos os efeitos indesejáveis da redução das emissões, porque os efeitos indesejáveis podem ser o desemprego e uma série de desequilíbrios nas economias dos países em todo o planeta, o que não desejamos. Todavia, não devemos subordinar a nossa ação em função dessas questões, porque não podemos nos tornar reféns de algo que, se não fizermos, comprometerá certamente o futuro da vida no planeta.

Quero cumprimentar a presidência desta Casa, na pessoa do Senador Garibaldi Alves, por essa iniciativa, o Senador Casagrande, a Senadora Serys Sthessarenko e, principalmente, V. S^a, pela grande contribuição que tem dado ao planeta, coordenando esse processo. Tive a felicidade de ter uma das minhas Secretárias, a Secretária de Mudanças Climáticas, do Ministério do Meio Ambiente, durante a minha gestão, Dr^a Thelma Krug – que V. S^a com certeza conhece das reuniões do IPCC –, coordenando toda a política de mudanças climáticas, que estará sendo aprovada nesta Casa, e também o inventário brasileiro sobre a questão das mudanças climáticas, que, inclusive, está sendo atualizado neste momento.

Parabéns! Muito obrigada e que possamos alcançar o desafio de não apenas identificar o erro, não apenas corrigir o erro, mas, principalmente, prevenirmos os erros. A prevenção do erro é mudar o modelo de desenvolvimento, é mudar a matriz energética,

é sairmos de uma matriz energética que é fóssil, de economias carbonizadas, para economias limpas, e o Brasil, ainda bem, tem 45% da sua matriz energética limpa e pode perseguir o objetivo de ser uma economia não carbonizada, exatamente porque temos um grande potencial em relação aos biocombustíveis, tanto o uso dos nossos recursos naturais, como a energia solar e eólica, e o potencial de hidroeletricidade.

Por último, Sr. Presidente, o Brasil tem uma grande oportunidade em relação aos biocombustíveis, mas precisa ter, cada vez mais, a clareza de que eles não podem ser produzidos comprometendo o meio ambiente, não podem ser produzidos comprometendo a segurança alimentar e que podem ser produzidos respeitando a natureza, recuperando as áreas de preservação permanente, as reservas legais, promovendo a criação de unidades de conservação, respeitando a legislação trabalhista e buscando a certificação para que se tenha a segurança de que os biocombustíveis no Brasil não estão fazendo um esforço inútil. Estaremos dando uma contribuição para o Brasil e para outras regiões do mundo, como a África e algumas regiões da Ásia, da América Latina e do Caribe.

O Brasil não tem a pretensão de ser a Opep dos biocombustíveis. Queremos dar uma contribuição, e essa contribuição tem de ser a partir de princípios de sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural, para que possamos ter uma nova dimensão civilizatória. Não se trata de um negócio. Trata-se da cooperação, da solidariedade em busca de uma nova chance para uma civilização que pensa no presente e no futuro. E pensar no futuro é defender os interesses daqueles que ainda não nasceram.

Muito obrigada pelo seu trabalho na defesa dos direitos dos que estão aqui e dos que ainda virão.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Marina Silva, e concedo a palavra ao Prêmio Nobel da Paz de 2007, o indiano Rajendra Pachauri, que vai, neste instante, dirigir a sua palavra ao Senado da República.

O SR. RAJENDRA PACHAURI (Tradução) – Sr. Presidente, realmente, esta é uma honra única e um grande privilégio de que eu jamais esquecerei. Também não esquecerei os sentimentos que foram manifestados por V. Ex^a e por seus Colegas.

Sempre tive um grande respeito pelo Brasil como país e por sua sociedade. Vocês estão à frente de muitos outros. Em várias ocasiões, mencionei, por exemplo, a visão que vocês mostraram com o programa do etanol. Mesmo quando o preço do petróleo estava bem baixo, o Brasil tinha a visão e a previsão de perseverar com esse programa e de apoiá-lo com

políticas governamentais. Isso é o que o mundo tem de entender e apreciar.

Estou profundamente inspirado pelo que foi dito aqui. Este é um salão muito inspirador. Com certeza, não aceito essa honra, mas, já que V. Ex^{as} me concederam isso, estou profundamente agradecido.

Como os colegas disseram, realmente estamos enfrentando um grande dilema, uma grave crise. A não ser que façamos uma mudança e reduzamos a emissão dos gases de efeito estufa no planeta, haverá tempos muito difíceis. Na realidade, toda a pesquisa que tem sido feita recentemente mostra claramente que os impactos da mudança do clima estão sendo muito piores do que haviam sido previstos. Então, realmente, não temos tempo. Temos de assegurar que o próximo acordo, que esperamos ocorra em Copenhagen no ano que vem, estabeleça o caminho pelo qual o mundo vai se movimentar para que ocorram emissões muito mais baixas e para que se estabilize a concentração desses gases na atmosfera da Terra.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) descobriu que, se quisermos limitar o aumento da temperatura no futuro entre 2°C e 2,4°C, teremos apenas sete anos nos quais poderemos permitir que as emissões aumentem. Depois de 2015, elas têm de cair. Deve haver um acordo muito forte em Copenhagen, e os países desenvolvidos têm de dar os primeiros passos.

Como a antiga Ministra Marina Silva disse, os países em desenvolvimento também têm de ter uma visão de longo prazo e assegurar que começemos a entrar em um caminho de desenvolvimento totalmente sustentável. Isso não será fácil, mas, se não o fizermos, obviamente, as gerações futuras não nos perdoarão. Muitas das ações necessárias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa também produzem vários benefícios locais, e acho que temos de ser orientados pela busca do desenvolvimento sustentável, que também gera benefícios globais.

O Brasil, é claro, está em uma posição única, porque esse tesouro global que se chama floresta amazônica – e sua propriedade soberana está no solo brasileiro – está provendo um grande serviço global, e, por isso, posso entender que todo o mundo está olhando o que o Brasil pode fazer com seu programa para evitar o desmatamento. Concordo plenamente que a comunidade global tem de criar algum tipo de fundo do qual benefícios possam ser produzidos, para que os países possam reduzir o desmatamento, para que os países expandam os programas de florestamento.

Então, devemos ter uma visão grandiosa e temos de ser ambiciosos. O caminho não vai ser fácil, vai ser difícil, mas, por outro lado, se nada fizermos,

todos teremos problemas sérios, e o mundo todo enfrentará as consequências da mudança climática, que serão muito sérias.

Anseio por manter contato com os distintos membros do Senado. Com certeza, tenho excelentes contatos com os pesquisadores, com a comunidade acadêmica, e espero que o Brasil, a Índia, a China, a África do Sul e o México, como a antiga Ministra Marina Silva nos informou, possam trabalhar juntos.

Posso dizer a V. Ex^{as} que o governo indiano, liderado pelo Dr. Manmohan Singh, que conheço muito bem, agora está trabalhando em um plano nacional de ação sobre mudança climática. Ele criou um conselho de mudança climática. Sou membro desse conselho e espero que V. Ex^{as} vejam algumas mudanças significativas na política que será anunciada, provavelmente, em breve, pelo governo indiano como resultado dessas pesquisas. Isso mostrará várias áreas de interesses comuns entre o Brasil e a Índia, e espero que isso leve ao desenvolvimento de alguns programas conjuntos, que beneficiarão ambas as sociedades.

Termino, agradecendo a V. Ex^{as} pelo grande privilégio que me deram. Sinto-me profundamente honrado. Como eu disse antes, trato esta como uma ocasião memorável e espero ter o privilégio de manter contato com V. Ex^{as} e com seus colegas.

Todos nós ansiamos por ver a ação do Brasil, e o que posso dizer, com grande admiração, é que tenho certeza de que posso esperar ver o que vai acontecer aqui. Penso que o restante do mundo está observando vocês e vai aprender com seu exemplo. Temos de aprender uns com os outros, e penso que isso levará à salvação da humanidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mais uma vez, agradecemos a presença do economista e cientista ambiental Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz do ano passado, prêmio que recebeu juntamente com o ex-vice-presidente americano Al Gore, em reconhecimento aos esforços que realizam para ampliar o conhecimento sobre as mudanças climáticas e para que o mundo adote medidas capazes de neutralizar tais mudanças.

Desejo-lhe boa sorte nessa sua verdadeira cruzada, juntamente com o ex-vice-presidente norte-americano, no sentido, sobretudo, de conscientizar a opinião pública mundial a respeito da degradação ambiental resultante de ações humanas impensadas.

Conforme o Sr. Rajendra Pachauri viu, ele pode partir absolutamente tranquilo, pois deixa aqui no Brasil verdadeiros militantes, verdadeiros soldados dessa causa. Ele deixa aqui, no Brasil, não apenas no meio

deste Senado, não apenas no meio do Congresso Nacional, mas no meio mesmo da população brasileira, pessoas absolutamente conscientes de que temos que continuar a travar essa luta, a desenvolver esforços visando a conter a ameaça à tranquilidade não apenas desta, mas das futuras gerações.

Com tais palavras, reafirmo ao Sr. Rajendra Pachauri nossa adesão à luta que ele vem empreendendo. E que fique certo de que o sonho que ele está sonhando certamente é o sonho de todos nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

Peço a uma comissão de Senadores, integrada pelos Senadores José Nery e Romeu Tuma e pela Senadora Marina Silva, que acompanhe nosso ilustre visitante até a Chapelaria, para as despedidas do Senado.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, na qualidade de orador inscrito, por permuta com o Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, só para uma consulta à Mesa, se V. Ex^a permitir, com a licença do Senador que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por quatro vezes, pedi a palavra pela liderança, por concessão do Líder do PTB. Não consegui falar em razão da ocupação pelas lideranças de todo o tempo. Hoje, deixei inscrito e pediria a V. Ex^a a palavra pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a fique certo de que...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Vou acompanhar o nosso visitante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... o próximo orador será V. Ex^a, dentro deste revezamento que leva à tribuna ora um orador inscrito, ora um líder partidário.

Nós teremos o prazer de ouvi-lo logo após o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado pelo carinho e pela atenção de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria só me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será inscrito como Líder do PSDB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, “Brasil responde à crise [mundial] de alimentos com mais produção”. Essa é uma manchete veiculada na edição de hoje de um folheto publicado pela Secom da Presidência da República, denominado *Em Questão*.

O que diz a matéria? Que um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por meta alcançar 18 milhões de toneladas excedentes de alimentos por ano. Para tanto, o Governo vai criar um programa denominado Mais Alimentos, que cria uma linha de crédito de até R\$100 mil para cada pequeno produtor da agricultura familiar.

Vejam que é um recurso considerável. São R\$100 mil, para aumentar a produção de gêneros alimentícios em todo o País.

Sr. Presidente, todo e qualquer esforço desenvolvido pelo Governo, pelas autoridades, no sentido de aumentar a quantidade de alimentos, sem dúvida, vai resultar no barateamento dos custos da produção e, consequentemente, na redução do processo inflacionário ou na estabilidade inflacionária do nosso País, evitando-se, portanto, a queda do poder aquisitivo da população, que pode comprar mais alimentos nos supermercados, nas feiras, enfim, ter uma alimentação condizente com sua condição de pessoa humana. Pelo menos é isso que interpreto da parte do Governo.

Há, hoje, uma preocupação, reinante em todo o mundo, com a queda da produção de alimentos e também com o custo operacional das *commodities*, inflacionando os alimentos.

Ora, o mel é um produto alimentar que considero essencial do ponto de vista econômico, pois gera empregos, notadamente nas regiões mais pobres do nosso País, no nosso Nordeste. Conforme vou demonstrar, sua produção dá uma grande contribuição à economia do nosso País.

Posso citar o exemplo, Sr. Presidente, de um programa que está sendo desenvolvido no Estado de Sergipe, com as chamadas Casas de Mel. São áreas selecionadas antecipadamente pelo Governo, com potencial na produção de mel, aproveitando-se no semi-árido a vegetação existente, com o plantio de novas variedades melíferas. Municípios como Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba, por intermédio de associações de apicultores, estão desenvolvendo esse trabalho, empregando muita gente.

O objetivo desse programa é instalar um centro, para receber toda essa produção, beneficiá-la e

acondicioná-la, para melhorar a comercialização do produto.

Sabemos que, além da geração de emprego, o mel representa o quê? Uma diversificação da produção no campo. Ele contribui, também, para a melhoria do reflorestamento. Na medida em que a produção do mel exige a folhagem, o plantio de variedades melíferas, o produtor rural, nas margens do rio São Francisco, por exemplo, ou dos afluentes, vai preocupar-se com o desmatamento e fazer o plantio de variedades que vão dar apoio e sustentabilidade econômica à produção de mel.

Mas, Sr. Presidente, o nosso semi-árido é uma área de múltiplo potencial, o semi-árido nordestino. Isso vale em várias esferas, em várias direções e em várias rubricas. Mais que isso, o semi-árido tem potencial para desenvolver-se e destacar-se não só na produção nacional de mel, como na internacional.

Tenho trazido dados, para demonstrar essa tese, não só sobre o mel, como também sobre outros produtos que consubstanciam o esforço do produtor rural nordestino. Tenho trazido dados para demonstrar essa tese. Tenho procurado chamar a atenção do Governo, no sentido de que o potencial da região nordestina precisa urgentemente ser aproveitado. E sei que isso não seria nenhum favor ao Nordeste, mas um tributo ao Brasil e um salto em termos de desenvolvimento nacional.

O exemplo que estou dando hoje é o da produção de mel, em particular, a do Nordeste.

Atualmente, o maior produtor mundial de mel é a China. Aquele país lança no mercado internacional 250 mil toneladas por ano de mel. Uma curiosidade: sua apicultura só conseguiu desenvolver-se em regiões semidesérticas, no interior da China, em uma área que equivale ao nosso Polígono das Secas. Por várias razões, a qualidade do mel chinês, em todo caso, vem sofrendo algumas críticas.

A Rússia, segundo produtor internacional, chega a 200 mil toneladas por ano. Novamente, sua produção de mel está situada nos desertos do interior e na Sibéria, em um vale entre dois desertos. A produtividade dos russos é boa, mas o inverno é rigoroso, e a temperatura chega a dez graus, o que torna suas condições de produção particularmente difíceis.

Os Estados Unidos vêm a seguir, com 120 mil toneladas por ano. Sua apicultura, como era de se esperar, é de alta tecnologia, e, novamente, a produção se localiza na região mais árida do país, em estados como Colorado, Arizona, Nevada e Texas.

Logo depois, vem o México, com 50 mil toneladas. Já falei: primeiro lugar, China; segundo, Rússia; terceiro, Estados Unidos; quarto, México, com 50 mil

toneladas por ano e cujo pólo de desenvolvimento apícola são as regiões desérticas de Yucatã. Por último, vem a Austrália, com 45 mil toneladas por ano, com seus apiários situados nas bordas do grande deserto de areia no interior do país.

O Brasil não entra nessa lista, produz menos que qualquer um deles, já que não chegamos, atualmente, a 42 toneladas por ano.

Agora, vamos analisar a seguinte questão: o nosso Nordeste tem o período de 120 dias de floração em pleno semi-árido, fase onde ocorre uma intensa exploração de flores no chão, nas árvores, por todos os lados, flores que já revelaram um potencial produtor de mel fora do comum na nossa catinga, no nosso Nordeste. O exemplo mais claro disso é que uma das regiões do Nordeste, no Piauí, especificamente na Cidade de Picos – pena que o nosso Mão Santa, que está viajando, não está por aqui, nem o Senador Heráclito Fortes – desenvolveu um projeto muito bem-sucedido de produção de mel no semi-árido; tão bem-sucedido que, em pouquíssimo tempo, aquela região de Picos se transforma na capital nacional do mel.

Falei 42 toneladas por ano no Brasil, mas são 42 mil toneladas por ano. Faço a correção.

Picos é responsável por 15% da produção nacional de mel, lançando 6 mil toneladas por ano de mel, das 42 mil toneladas que são produzidas pelo Brasil inteiro, e era uma região sem tradição. O nosso Piauí, que hoje é a vanguarda, há 34 anos, não contava com nenhuma produção relevante de mel, ou seja, em 34 anos, um pequeno grupo de apicultores desenvolveu um projeto que transformou o Piauí no centro nacional de produção e, mais ainda, de produtividade.

Os apiários do Piauí chegam a produzir uma média anual duas vezes acima da média nacional. No Piauí, nós temos 80 quilos de mel por colméia; no Brasil são 35. E não fica só nisto. Se compararmos com o mundo, o Piauí, através da sua aduba floração, ganha no ranking internacional, já que consegue quase o dobro do melhor desempenho mundial, que é o Canadá, que consegue 55 quilos por colméia/ano.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me concedesse mais 3 minutos, porque já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência concede os três minutos solicitados por V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Corrigindo, mais uma vez, nós, por incrível que pareça, produzimos apenas 42 toneladas de mel por ano.

Vamos pensar no exemplo de Israel. Enquanto Israel produz 40 toneladas de mel por ano, o Brasil

todo produz 42 toneladas. E o mais importante e mais notável do exemplo de Israel é que sua área de produção de mel não ocupa 16 mil quilômetros quadrados. Portanto, é bem menor que Sergipe.

Estamos falando do deserto de Neguev e, portanto, de um clima onde a floração é efêmera, onde ela dura apenas míseros 20 dias.

Por outro lado, temos na nossa caatinga uma abelha especialmente adaptada. As condições botânicas, climáticas e, de uma maneira geral, biológicas para a produção do mel no semi-árido são absolutamente excepcionais.

No livro de Manoel Bonfim, chamado *A Potencialidade do Semi-árido Brasileiro*, os argumentos nesse sentido são irretocáveis e a conclusão não pode ser outra: o Nordeste pode se transformar na vanguarda e no maior pólo mundial de produção de mel.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui a pouco concedo o aparte, com muito prazer.

A história da abelha. Não custa insistir que contamos com uma abelha abrasileirada, especialmente produtiva. Trata-se de uma espécie desenvolvida recentemente, a chamada abelha com ferrão, que se adaptou esplendidamente às condições semidesérticas da caatinga. A história dessa abelha é curiosa porque ela surgiu no Brasil, ao que parece, por puro acidente. Até então, existiam no Brasil dois tipos de abelhas sem ferrão que ficavam restritas à região da costa e da mata atlântica. Por um acidente – e podemos até falar que se tratou de um bendito acidente – nos anos 50, uma espécie de abelha que tinha sido trazida dos desertos da África, a chamada abelha africana, fugiu de um laboratório em São Paulo. Fugiu e se lançou Brasil afora. Cruzou com as abelhas brasileiras e dessa união surgiu uma abelha africanizada, com ferrão, abelha essa que se adaptou maravilhosamente ao sertão brasileiro.

Essa abelha, além de estar plenamente adaptada, tem uma capacidade de produção de mel acima da média e se deu muito bem naquele ambiente das floradas de quatro meses do semi-árido nordestino.

Floração poderosa, abelha melífera, de altíssima produtividade.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou pulando os parágrafos para cumprir o tempo.

Chamo a atenção porque esse potencial continua subaproveitado. Nunca foi objeto de planejamento

e apoio público de nenhum governo até bem recentemente.

Não se trata de exagero. Basta lembrar que os atuais campeões mundiais, como China, Rússia, México, Estados Unidos e Israel, têm dificuldades para a produção de mel, dificuldades que não teremos no dia em que nos lançarmos a uma produção séria, científica e planificada.

Nos Estados Unidos, com toda tecnologia, sua produção é pequena, é menor que a dos grandes produtores, China e Rússia. O México, que vem logo depois no ranking, apresenta produção também pequena. Imaginem, 45 mil toneladas! Está claro que podemos enfrentar.

Uma vez que haja planejamento e uma plena organização chegaríamos a 200 mil toneladas de mel, somente no semi-árido. E mel de primeiríssima qualidade, Sr. Presidente. Não podemos deixar a nossa hora passar.

É preciso chamar a atenção não só do Governo, mas de todos os envolvidos com essa questão no sentido de começarmos uma campanha nacional para transformar o Nordeste, particularmente a caatinga, no éden internacional da produção de mel. E nós sabemos que o apiário oferece para a sociedade mel, pólen, geléia real, própolis, cera e outros derivados. Não se trata apenas do mel. Além de favorecer todas as plantações também contribui para a saúde da população.

As propriedades do mel todos conhecem, não é preciso que eu me refira aqui às qualidades curativas do pólen, do própolis, da própria cera, que são utilizados desde tempos antigos, imemoriais, principalmente entre os séculos XII e XV, na aplicação de remédios curativos pela Medicina de então.

Este benefício, para a agricultura, de uma ampliação da produção de mel é dado que não se pode deixar de levar em consideração, Sr. Presidente. Onde existe o apiário, aumenta a capacidade das plantas, aumenta a produção agrícola das fruteiras, das plantas melíferas, e aumenta em até 10%. Existe uma enxurrada de trabalhos científicos mostrando a importância das abelhas na produção agrícola, na botânica, na economia e, especialmente, no meio ambiente. Meio ambiente que vem a ser, justamente, uma das preocupações que deve marcar todos os projetos políticos e sociais do século XXI para termos um planeta saudável, menos envenenado, como hoje nós comemoramos o Dia Internacional do Meio Ambiente.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a pode me conceder mais algum tempo? Já estou encerrando.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se puder dar-me um aparte, Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se nós temos, hoje, uma produtividade alta, mesmo sem o apoio necessário, podemos então imaginar o semi-árido com pleno apoio do Estado, do Poder Público, com capacidade de, em um curto prazo, alcançar não só a maior produção de mel do mundo, 200 mil toneladas, Senador, e também oferecer à sociedade o melhor mel do mundo, como também a melhor produtividade internacional.

Senador Romeu Tuma, é um prazer. Concedo um aparte a V. Ex^a, porque estou finalizando aqui...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Desculpe, o nosso Senador do Amapá, está dizendo que, desde que ele assumiu o cargo de Senador, é o discurso mais doce que ele já ouviu neste Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu quero dizer a V. Ex^a que a difusão da produção do mel, Senador, é importantíssima. O Japão é um grande consumidor,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... principalmente do própolis brasileiro. Se V. Ex^a tiver acesso, eu gostaria que nos trouxesse um vidrinho de própolis, porque sei que é mais puro do que aqueles que, às vezes, compramos no mercado nacional, em que há mistura e que, provavelmente, não sejam feitos com o puro própolis das abelhas que produzem o mel nas regiões a que V. Ex^a se referiu. Cumprimento V. Ex^a e digo que realmente é um discurso doce.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. E fica mais doce com o seu aparte.

Concedo um aparte ao Senador pela Paraíba, Senador Carlos Dunga.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que faz. V. Ex^a não só traz um discurso doce, como pronuncia o ilustre Senador Tuma, mas também forte. V. Ex^a traz a alternativa do Nordeste, a alternativa do semi-árido, a alternativa do trabalhador daquela região que, além do mel, tem outras fontes hoje, como o desenvolvimento do leite...

(Interrupção do som.)

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – ...a caprinocultura, a bovinocultura, os projetos de irrigação. Então, V. Ex^a fala com muita propriedade. Por isso, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Dunga.

Quero também enfatizar, mais uma vez, que o Governo vai abrir um programa denominado Mais Alimentos. Ora, se existe um programa em que há a concessão de financiamento, de estímulo à produção agrícola, nada melhor que, aproveitando essa situação, esse programa, o Governo estimule a produção de mel no Nordeste do Brasil. Competiremos, então, em termos até superiores, com os grandes países produtores de mel, como Rússia, China, Estados Unidos e México.

Agradeço a V. Ex^a a generosidade da permanência na tribuna por esse tempo.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a traz a esta Casa assunto da mais alta importância para o nosso Nordeste, para os nossos Estados, para o semi-árido.

Parabenizo V. Ex^a, porque é importante estimular, incentivar e apoiar a apicultura em nosso País e, de uma forma muito especial, no semi-árido.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Um momentinho, Senador.

Sei que temos todas as condições. Quando fui Prefeita, começamos o programa de apicultura na cidade de Mossoró. Estive, sábado, na Expofruta e tive a oportunidade de conhecer muitos produtos que têm como base o mel, além do mel *in natura* que é exportado, gerando renda e agregando valor à economia local.

Parabéns! Vamos juntos nessa luta, que é muito doce.

Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar, Sr^a Presidente, a presença, no Senado, das seguintes autoridades do Poder Judiciário do meu Estado: o Juiz de Direito de Lajes, Dr. Stanley da Silva Braga; o Dr. João Marcos Buch, também Juiz; e os Drs. Carlos Fernandes e Jorge, Promotores de Justiça. É um prazer tê-los aqui. Sejam bem-vindos!

Era apenas esse o registro que gostaria de fazer. Obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Concedo a palavra...

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer uma verificação. Embora a Secretaria seja cuidadosa. Eu era o próximo, como Líder. A Senadora me pediu o lugar, e eu falaria em seguida a S. Ex^a. Agora, disse que não posso porque a lista está conflitante. Consulto V. Ex^a se eu perderei a vez ou ficarei no lugar...

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não, Senador. Na realidade, V. Ex^a não perderá a vez, mas terá de esperar um pouco, porque, após V. Ex^a, já tínhamos o registro do Senador Eduardo Azeredo. Antes, haverá uma comunicação inadiável também e, em seguida, falará o Senador Augusto Botelho. Então, V. Ex^a teria de esperar mais três oradores.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Gostaria só que me informasse qual a minha posição, pois eu havia visto aí que era o próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Após o Senador Augusto Botelho...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senadora, só para concluir, cedo o meu lugar e fico esperando. Se não der tempo, marcarei outro dia. É a quinta vez que sou inscrito como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – V. Ex^a está inscrito como Líder, mas fez uma permuta com a Senadora...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas eu tenho de voltar à Comissão. Eu, realmente, cedo o lugar e aguardo a vez que V. Ex^a achar que...

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – V. Ex^a, como sempre, com muita elegância, é muito cortês com a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Tranqüilamente, porque é sempre importante o que ela fala.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Fico aguardando.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, Sr^a Presidente, de solicitar ao Senador Augusto Botelho, se S. Ex^a puder, que ceda para o Senador Romeu Tuma sua posição, passando assim para adiante. (Pausa.)

Senão eu iria descer da tribuna e dar o lugar ao Senador Romeu Tuma, que tem sido muito gentil e delicado conosco sempre que pode nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senadora Kátia, V. Ex^a terá o tempo de cinco minutos; antes, porém, eu gostaria de fazer uma referência a amigos do nosso Estado, da cidade de Porto Mangue, lá da nossa belíssima Costa Branca, onde

fica a foz do rio Piranhas-Açu. Estão aqui presentes, visitando-nos, o Sr. Titico, futuro Prefeito, a Vereadora Mariazinha, Presidente da Câmara; os Vereadores Jailson Fernandes e Carlinhos do Rosado; a Suplente Zuleide de Logradouro – veja que lá tem uma porção de mulheres nessa luta –, e a Sr^a Clarinha. E também aqui registro o Dr. Antonio Tomaz, que não pôde estar presente, mas representado por um colega que também está aí ao lado de Titico.

Sejam bem-vindos e muito obrigada pela visita.

Passo a palavra, agora, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Valadares pelo pronunciamento e apenas fazer uma recomendação a S. Ex^a: da próxima vez em que vier falar de um assunto tão maravilhoso e extraordinário, traga amostras grátis para cá, do mel e do própolis, porque nós todos estamos precisando. (Pausa.)

Obrigada.

Sr^a Presidente, desde o último dia 30 de maio, a Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais, está sob o comando do Deputado Estadual do meu Estado do Tocantins, César Hanna Halum.

Trata-se do primeiro tocantinense eleito para presidir a instituição, que reúne mais de mil Deputados Estaduais de todo o País e que atua no cenário nacional, participando de debates de grandes temas.

César Halum, que atualmente é Vice-Presidente de Assuntos Econômicos, do Diretório Regional do Democratas do Tocantins, tomou posse na Presidência da Unale para o biênio 2008/2009, durante a realização da 12^a Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizada no dia 30 de maio, em Fortaleza.

A posse de César Halum foi muito prestigiada, com um quórum de mais de 70%, inclusive por todos os seus colegas Deputados do Tocantins, entre eles o Presidente do Legislativo do Tocantins, Deputado Estadual Carlos Henrique Gaguim.

Experiente político e Parlamentar, César Halum, que é médico veterinário por formação, está no segundo mandato de Deputado Estadual, tendo presidido a Assembléia Legislativa do Tocantins em 2005 e 2006. Sua carreira teve início em Araguaína, segunda maior cidade do Estado, situada na Região Norte, onde foi eleito Vereador em 1988.

Antes de ser aclamado Presidente da Unale, César Halum exerceu o cargo de Primeiro-Tesoureiro, experiência que, segundo ele próprio declarou, foi importante no processo de amadurecimento que o levou

a merecer a confiança dos associados e a condução à Presidência da entidade.

Quero, portanto, parabenizar meu amigo e correligionário, Deputado Estadual Democrata César Halum, que certamente vai trabalhar incansavelmente para manter os Legislativos Estaduais mobilizados em todo o País e honrará o nome do nosso Partido, o Democratas, e o nosso Estado do Tocantins.

Na Presidência da Unale, César Halum terá oportunidade de fortalecer a atuação da entidade, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos seus onze antecessores, em especial o Deputado Estadual do Rio Grande do Sul pelo PMDB, Alexandre Postal, que presidiu a entidade no biênio anterior com muita competência.

Com foco principalmente na defesa dos interesses dos Estados e do fortalecimento do princípio federativo, a Unale atua também na prestação de diversos serviços aos Deputados como forma de apoiá-los no exercício do mandato.

A 12ª conferência da Unale, realizada em Fortaleza no último dia 30, reuniu mais de 600 Parlamentares Estaduais de todo o País.

A reforma tributária foi tema central do evento do qual tive a honra e a oportunidade de participar como palestrante, ao lado de outras personalidades políticas como o Ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, os Deputados Federais Ciro Gomes e Antonio Palocci, e o ex-Governador Germano Rigotto.

A conferência resultou na elaboração da Carta de Fortaleza, com as considerações e posições dos Deputados Estaduais sobre a proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quero dizer aqui que todo o Tocantins está em festa, torcendo pelo nosso Deputado César Halum, homem público competente, brilhante, que tem um imenso compromisso com o nosso Estado. Tenho certeza de que S. Exª vai brilhar a frente da Unale. Eu, particularmente, como sua amiga pessoal, estou envaidecida por tê-lo à frente dessa entidade tão disputada por tantos Deputados competentes de todo o País.

O nosso Tocantins, Estado mais novo da Federação, ganhou presente duplo: a Presidência da Unale e a indicação do Deputado César Halum, que é um brilhante parlamentar do nosso Estado.

Muita obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, a Sra. Rosalba Ciarline, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Augusto Botelho. Entretanto, antes de S. Exª, a Senadora Rosalba falará como última permuta com o Senador Augusto Botelho.

Senador Tuma, depois de tanta confusão, V. Exª vai falar.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ainda bem que as mulheres Senadoras gostam de mim!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de passar a palavra à Senadora Rosalba, faço uma correção: quando disse que o Brasil produzia 42 toneladas, na realidade deveria ter dito que produz 42 mil toneladas de mel por ano, podendo chegar a duzentas mil toneladas. Foi um erro de datilografia no discurso escrito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Se revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou inscrito para falar, como Líder do PSDB, logo após o Senador Tuma, gostaria de um esclarecimento. Falará agora a Senadora Rosalba, depois, o Senador Tuma e, depois, eu?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador será o Senador Romeu Tuma; em seguida, o Senador Valter Pereira e, pela Liderança do PSDB, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Houve uma modificação então?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A nossa Secretaria vai explicar pessoalmente a V. Exª como se fez essa fusão de oradores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sou um mineiro pacato, mas não queria que passassem na minha frente; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A nossa Assessoria é muito correta quanto a isso. Ademais, o Senador que preside a sessão obedece religiosamente o Regimento; assim, jamais teria interesse em prejudicar os oradores que estão inscritos e que têm todo o direito de falar.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria saber de V. Exª a minha posição na lista de oradores. Prevalce realmente a lista que está na mesa com V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Depois do Senador Augusto Botelho, falarão os Senadores Valter Pereira e Jayme Campos. V. Exª é o sexto inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Tem a palavra Senadora Rosalba Ciarlini, finalmente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Valadares.

Sr's e Srs. Senadores, gostaria de prestar um esclarecimento. V. Ex's já devem ter ouvido notícias de que o Governo anuncia, por meio da Petrobras, a instalação de uma refinaria no Rio Grande do Norte. Na realidade, estão querendo, com a informação transmitida pelos meios de comunicação, encobrir a verdade, que é bem outra. Vou explicar a V. Ex's.

O meu Estado, o Rio Grande do Norte, produz petróleo e gás natural desde o final da década de setenta. Dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostram que, na produção terrestre, somos o maior produtor de petróleo e o terceiro de gás natural.

Para V. Ex's terem uma idéia, o nosso pequeno Rio Grande do Norte, a preços de hoje, já contribuiu, em pouco mais de trinta anos de exploração, com mais de R\$150 bilhões para a riqueza nacional. Só de 2000 até hoje, foram mais de 220 milhões de barris de petróleo e mais de 10 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Sr. Presidente, desde 1984, com três plantas de processamento, dois gasodutos e mais um terceiro em implantação, abastecemos com gás natural as indústrias do Ceará, de Pernambuco e, em menor escala, as da Paraíba e as do meu Estado. O gás natural sai do nosso Estado pelo Gasfor, gasoduto que atende o Ceará, mas um outro já está sendo construído, tendo em vista a previsão de uma siderúrgica no Ceará. Cabe-nos destacar, ainda, que abastecemos esses Estados com o GLP, mais conhecido como gás de cozinha.

A União Federal, detentora dos bens minerais, inclusive os do subsolo, concedeu, por contrato, o direito de exploração e produção da maioria dos campos de petróleo e gás natural existentes no território potiguar à Petrobras.

Após a Emenda nº 9, algumas áreas de menor expressão foram concedidas a empresas privadas, cujos resultados ainda não são do conhecimento público.

Reconhecemos os benefícios econômicos e sociais dessa exploração e a competência que tem a Petrobras para explorar, obter lucros e também para cumprir com as determinações no sentido de respeitar o que é direito do povo, ou seja, o pagamento de royalties.

Quem visitar a região semi-árida do nosso litoral norte, da nossa grande Mossoró, da região central, da região oeste, ficará impressionado com os campos de petróleo, os cavalos mecânicos puxando diuturnamente petróleo e gás natural do nosso subsolo e a grande estrutura industrial destoando da paisagem seca daquela região, sem contar com os poços urbanos que funcionam nas ruas de Mossoró.

Na realidade, Srs. Senadores, o que nos preocupa é que essa riqueza não é renovável. Se novos campos não forem descobertos, dentro de vinte ou trinta anos, estaremos tamponando os buracos que antes foram feitos para retirar o ouro do nosso subsolo. E o nosso Estado, como que por direito, sempre teve o sonho, a esperança de ter uma refinaria.

Quando foi anunciada a refinaria para o Nordeste, pensou-se que nada seria mais lógico do que compensar o nosso Estado escolhendo-o para abrigar essa refinaria. Quando a riqueza acabasse, Senador Jayme Campos, quando não tivéssemos mais petróleo, ficaríamos com algo que seria grande compensação para o desenvolvimento, para gerar emprego, para compensar a riqueza que saiu do nosso subsolo. Infelizmente, por uma decisão política – frise-se: política – do Governo Federal, foi para Pernambuco. Muito bem, o Estado de Pernambuco precisa de emprego, geração de renda, e ganhou a refinaria.

Agora há a expectativa de uma segunda refinaria, e essa refinaria está sendo colocada para o Maranhão.

Já se fala em uma terceira refinaria para o Nordeste, que seria uma refinaria prêmio, para refinar em torno de seiscentos mil barris/dia. Essa refinaria está indo, já se fala, para o Ceará.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Estadual Alvaro Dias, que já foi Deputado Federal, que conhece bem essa realidade do petróleo e o quanto temos nos frustrado com relação a essa questão da refinaria.

Agora, como que para tentar cobrir o sol com a peneira, diz-se que será feita um refinaria no Rio Grande do Norte. Não é verdade! O que vai acontecer é a ampliação da planta de Guamaré, onde já existe o aproveitamento do gás, onde já temos uma planta de óleo diesel, de gasolina para aeronaves e, agora, vão colocar uma planta para gasolina.

Só que esse investimento é algo em torno de R\$100 milhões. E quanto é que custa uma refinaria? Anuncia-se que uma refinaria prêmio seja algo em torno de R\$20 bilhões. Lá, em Pernambuco, já são R\$2 bilhões que estão sendo anunciados na refinaria.

Estão querendo realmente tapar o sol com a peneira. A população do Rio Grande do Norte, que aqui represento, está indignada porque, mais uma

vez, seremos esquecidos pelo Governo Federal numa questão que é importante e é decisiva para o futuro do nosso Estado.

Então, eu não poderia me calar de forma alguma. E quero dizer que não podemos aceitar esse tratamento discriminatório e injusto, porque merecemos e temos o direito, é um direito da nossa terra, da nossa região, do nosso povo ter a compensação. Da primeira vez, quando perdemos a refinaria para Pernambuco, o Governo Federal anunciou que faria investimentos compensatórios, e vi a Bancada do meu Estado toda reunida lutando por uma planta petroquímica, uma planta de PVC, que não foi para o nosso Estado. Mas ficou a questão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que seria um grande aeroporto de carga, um grande aeroporto na esquina do Continente, porque a localização é Natal. Mas, na realidade, essa compensação também não aconteceu.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Senadora, peço que V. Ex^a conclua seu pronunciamento.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Conceda-me apenas mais dois minutos, porque já estou concluindo.

Mas vejam que para o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, passados já dois anos, os investimentos não chegaram, e fica sempre a questão de um estudo que não sabemos quem está fazendo nem quando será concluído para que se dê continuidade às importantes obras do aeroporto.

Então, Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo, V. Ex^a, do Estado de Santa Catarina, que traz aqui a voz do seu povo, que defende o seu Estado, se V. Ex^a tem noção do sentimento de indignação e revolta que trago do meu povo – porque essa refinaria, por direito, é do Rio Grande do Norte – sabe que não podemos nos calar, nos acomodar ou, simplesmente, dizer “amém” à vontade daqueles que não querem, de boa vontade, ajudar o meu Rio Grande do Norte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini.

Convidado o Senador Romeu Tuma para usar a palavra como orador, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo, agradeço a V. Ex^a e ao Presidente por terem me inscrito depois de cinco tentativas oferecidas pela Liderança do meu Partido. Também quero agradecer à Comissão de Infra-Estrutura, que está fazendo um trabalho sério na apuração da verdade sobre as negociações da Varginha e segurou os Líderes para que pudéssemos ter a oportunidade de usar a tribuna. V. Ex^a sabe o quanto é difícil, em razão das prioridades corretamente regimentais, o uso do microfone. Espero que os Senadores Eduardo Azeredo e Augusto Botelho também possam usar da tribuna.

Senador Raimundo Colombo, V. Ex^a, que tem usado a tribuna, que tem falado várias vezes, sabe a importância da oportunidade de falar sobre um fato, sobre algo que, no momento, exige a nossa presença na tribuna. Passados os dias, perde praticamente a razão de ser, porque outros fatos vão acontecendo no decorrer da semana.

Mas ainda acho oportuno falar sobre o Projeto Calha Norte, instituído pelo Presidente Sarney durante sua gestão à frente do País. Tenho, algumas vezes, ocupado a tribuna para dizer que, em futuro não muito distante, a importância de qualquer país entre as nações corresponderá apenas a seus recursos naturais, especialmente a diversidade e a amplitude da flora e fauna, além da qualidade de meio ambiente e quantidade de reservas minerais que consiga preservar. Tudo colabora para que isso aconteça, independente do que queiramos ou não.

Hoje recebemos o Prêmio Nobel da Paz do Meio Ambiente, Rajendra Pachauri, a quem cumprimento. Cumprimento também o Presidente, por ter dado a oportunidade de que os brasileiros tomem conhecimento da política de defesa ambiental, por meio deste Senado, na pessoa do Prêmio Nobel da Paz, que vem lutando por isso, o indiano Rajendra Pachauri. Seu nome é difícil de pronunciar, mas todos o conhecem, em virtude de sua presença e de seu pronunciamento nesta Casa.

Alguns fatos relacionados mutuamente motivaram a minha vinda à tribuna. Dizem respeito à Amazônia, sem dúvida o maior bioma terrestre e que, naquele porvir geopolítico, garantirá ao Brasil a merecida posição de liderança no mundo. É exatamente isso o que a cobiça estrangeira tenta impedir depois de, durante séculos, só haver produzido a devastação de recursos autóctones para os transformar em lucro. Em seus países, os que hoje alongam a vista sobre a Amazônia deixaram um rastro de destruição. Aqui, suas aleivosias são repudiadas por nós, os brasileiros,

porque sabemos quanto sacrifício custou aos nossos antepassados conquistar e manter a maior selva do Planeta praticamente intacta.

No mês passado, o ilustre General Augusto Heleno Pereira, Comandante Militar da Amazônia, alertou o País para a insuficiente atenção governamental dedicada à região pelo menos há vinte anos. Não faz nenhuma referência a governos que passaram pela direção da Nação. Seu protesto desencadeou furor, soou como um brado de resistência ou ameaça aos interesses que procuram contrapor-se aos destinos brasileiros sob a camuflagem proporcionada por ONGs, missões pseudo-religiosas e coisas assemelhadas.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Raimundo Colombo, pela direção e presidência na apuração do que representam hoje, em prejuízo aos brasileiros, as Organizações Não-Governamentais, que não têm tido nenhuma fiscalização, recebem valores altos e não têm trazido nenhum progresso, aquilo que se esperava do terceiro setor. Para tanto foram criadas as ONGs. Confio em V. Ex^a e sei que, apesar de todas as dificuldades e de todos os obstáculos apresentados durante as reuniões das ONGs que preside nesta Casa, V. Ex^a os têm enfrentado com destemor, coragem. Sem dúvida nenhuma, conseguirá o sucesso, para o bem de todos os brasileiros. Não podia deixar de registrar isso aqui.

Resolveram pagar para ver, isto é, acirraram a campanha de internacionalização, mediante publicações orquestradas em poderosos jornais e revistas norte-americanas e européias. Parece um "vai ou racha". Até um pré-candidato à presidência dos Estados Unidos se envolveu no despudorado movimento, incorporando-o às suas propostas de campanha, sob o rótulo de globalização da Amazônia.

Dias atrás, na esteira da substituição da Marina Silva, nossa íntegra Senadora, a quem respeitamos tanto, pelo Sr. Carlos Minc à frente do Ministério do Meio Ambiente, surgiu a idéia de criar uma força nacional para vigiar a Floresta Amazônica. No meu pensamento, não vejo como melhor caminho, Senador Augusto Botelho, apesar desse bioma merecer toda a vigilância possível, ainda mais quando recrudesce a campanha, almejando privá-lo da jurisdição nacional.

Senador Augusto Botelho, Senador Raimundo Colombo, recebi um telefonema do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, há cerca de dez dias. Em resposta a uma consulta minha, ele informou que estava autorizando a liberação, Senador Paim, de 600 novos policiais federais, para ocuparem vários setores da atividade da Polícia Federal.

O então candidato José Serra apresentou como proposta a criação de uma força idêntica na Amazônia. À época, conversei com ele, porque havia uma

preocupação das Forças Armadas e da própria Polícia Federal a respeito do que representaria essa guarda na Região Amazônica. E agora até faço um apelo ao Presidente Lula: pense em aumentar o efetivo da Polícia Federal, que teve um aumento muito pequeno na Região Amazônica, porque, dentro da Constituição, eles têm o poder de Polícia, de abrir inquérito, de punir a responsabilidade por crimes praticados na Região Amazônica. Nós temos Sivam, Sipam e Pró-Amazônia e tantos outros projetos que não estão dentro da nossa expectativa, inteiramente na vigilância dessa Região. A Polícia, sem dúvida nenhuma, pode tomar várias providências, por meio das informações que podem ser fornecidas por esse equipamento de primeira, que tanto debate custou a esta Casa quando da sua aprovação.

Então, eu gostaria não de uma guarda florestal, mas sim do aumento do efetivo da Polícia Federal, porque há regiões, Senador Augusto Botelho, em que existem dois ou três policiais, que trabalham numa área enorme, com dificuldade pela inospitalidade de alguns setores para a ação de vigilância e de repressão, quando necessário, àqueles que praticam o crime na Região Amazônica, como derrubada de árvores ilegalmente, queimadas e tantos outros que têm sido denunciados, quase diariamente desta tribuna, por Senadores, como o nosso Jefferson, que é do Amazonas, conhece profundamente e sabe as necessidades que passam os amazônicos naquela região.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte no momento que entender mais adequado?

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V. Ex^a demonstra uma sensibilidade enorme com todo o aspecto social e não poderia ser diferente na questão ambiental, em que estamos tratando da vida do nosso povo e da nossa gente. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e pela preocupação. Eu conversava com o Senador Augusto Botelho, que conhece muito bem a Amazônia. No dia de hoje, apresentei uma PEC que dispõe, principalmente, que qualquer grupo estrangeiro que quiser comprar terra na Amazônia terá que ter a decisão final do Senado. Isso mostra a preocupação com a nossa Amazônia que queremos também expressar neste dia de debate do meio ambiente. Há outros pontos na PEC que o Senador Augusto Botelho já me alertou que haveremos de corrigir. Mas o eixo principal dessa PEC é esta questão: que fique muito claro que a Amazônia é nossa e que quem quiser, grandes grupos estrangeiros, comprar terra na Ama-

zônia terá que passar, primeiro, pelo crivo do Senado. Cumprimento-o pelo pronunciamento. Parabéns pela sensibilidade que tem mostrado, em todas as áreas, em defesa da vida.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a principalmente pelo grito de alerta de que a Amazônia é nossa. Não há o que discutir e não há o que ceder a quem quer que seja.

Ouço o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, que tanto luta pelo seu Estado e, depois, o Senador Augusto Botelho, companheiro, que tem sido tão gentil comigo e conselheiro médico permanente.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Romeu Tuma, quero cumprimentar V. Ex^a pelo momento oportuno em que fala sobre a Amazônia. Na verdade, há uma verdadeira histeria em relação à Amazônia brasileira. Nós brasileiros temos a obrigação de defender a soberania nacional. Estão constituindo uma força nacional visando a preservar a Amazônia, mas, na verdade, o que precisa ser constituída, Senador, é uma força nacional para fazer a regularização fundiária da região. Precisamos de uma força nacional para combater incêndios, sobretudo dentro das reservas indígenas, e também nos parques nacionais, onde temos alguns milhões de hectares de terra. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, valoroso, brilhante e operoso Senador Romeu Tuma, por quem tenho o maior respeito...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ... para que V. Ex^a tenha conhecimento, apenas um gringo chamado Johan Eliasch adquiriu 160 milhões de hectares de terra no Amazonas. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, meu querido amigo, só no Mato Grosso, há 1.377 propriedades rurais espalhadas pelo Estado, no total de 755 mil hectares de terra na mão de estrangeiros. Se não bastasse isso, o Estado de São Paulo tem 11.424 propriedades, tanto na área urbana quanto na rural, totalizando 504 mil hectares. O ilustre Senador Paulo Paim propõe aqui, por meio de uma PEC, que toda e qualquer aquisição de imóvel na Amazônia ou neste País, por parte de estrangeiros, evidentemente, tenha de passar pelo Congresso Nacional. Eu estou propondo, Senador Paim e Senador Romeu Tuma, a agência regulatória no território nacional, mais ou menos na mesma direção do projeto de V. Ex^a. Nesse caso, Senador Romeu Tuma, temos a certeza absoluta de que vamos acabar com esse movimento contra a Amazônia, na qual vivem 25 milhões de brasileiros. E o maior responsável pelo desmatamento nessa região é o próprio Governo Federal, que não tem instrumento nem ferramenta. O Incra, a bem da verdade, não atende a nem 10% da demanda em relação à questão fundiária,

à regularização, como da mesma forma o Ibama, que é responsável pela política ambiental e também não cumpre com sua missão, sobretudo de fazer a fiscalização. Da mesma forma é a questão dos manejos sustentados. A Amazônia é nossa! Evidentemente, a Amazônia tem que ser do brasileiro, na medida em que tomamos conhecimento, neste plenário, de que o Brasil tem mais de 350 milhões de hectares de terras de reservas públicas, que são do Governo brasileiro. Eu imagino que esses 350 milhões são o quarto maior País do mundo, no Planeta, em termos de extensão territorial. Nós precisamos de uma política para a Amazônia; uma política clara, definida, para que o homem amazônico também seja respeitado na sua plenitude. São 25 milhões de brasileiros que estão naquelas florestas à mercê de uma política pública condizente com a nossa realidade, sobretudo para que possamos ter cidadania plena, não só para nos engrandecer, mas sobretudo para aquele cidadão sofrido que mora na região amazônica do nosso País. Agradeço, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a e quero incorporar os dados que V. Ex^a fornece. Não sei se poderei conceder mais apartes. Vou solicitar a V. Ex^a que seja publicado como lido o restante do meu pronunciamento, mas gostaria de ouvir o Senador Augusto Botelho, que me cedeu o lugar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Queria apenas que V. Ex^a fosse rápido, para nós darmos agilidade aos trabalhos, mas permito o aparte com o maior prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tuma, eu pedi o aparte para elogiar V. Ex^a, que, como brasileiro, patriota, está defendendo realmente o Calha Norte. O Calha Norte é uma das coisas que tem feito com que a nossa soberania seja mantida na Amazônia. Por causa do Calha Norte, nós aumentamos o efetivo militar na Amazônia – hoje talvez haja quase 25 mil homens. E precisamos aumentar também, além dos membros da Polícia Federal, como V. Ex^a falou, o efetivo militar dentro da Amazônia. E a Polícia Federal, Senador Tuma, antes de vigiar as florestas, tem que vigiar o transporte de drogas pela Amazônia.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – É a prevenção permanente, que é uma obrigação da Polícia Federal. Então, quando se fala em criar um guarda florestal, ele vai ter só que observar se tem queimada ou corte, ele não poderá, provavelmente, exercer o poder de Polícia, para responsabilizar criminalmente quem age como V. Ex^a descreve aqui.

Queria, depois, dar uma palavrinha com o Senador Jayme Campos antes de S. Ex^a sair.

Desculpe-me, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Então, depois que fizeram o Sivam, as drogas estão passando por terra. No ano passado, foi preso um Celta com 200 quilos de cocaína dentro da área indígena, que não é o caminho normal – eles vêm pela BR-104. Ele desviou, entrou pela área indígena, mas, por azar, foi pego. Então, as drogas estão passando mesmo é por dentro do meu Estado. Nós temos que aumentar o efetivo da Polícia Federal para vigiar isso, porque nós temos uma fronteira muito grande, seca, com a Venezuela, que dá para passar de carro, e a droga vem de lá. Vem de avião pequeno, aterrissa dentro da Venezuela, depois vem por terra. A Venezuela não tem um sistema de vigilância como o nosso, eles voam bem à vontade lá. Mas no Brasil eles não podem mais entrar porque, quando entram, são detectados. Só não são detectados se voarem muito baixo. Então, temos que aumentar o nosso efetivo de vigilância por terra. E a Polícia Federal desempenha muito bem o seu papel, apesar da deficiência de pessoas. Se a gente aumentar o contingente de pessoas lá, tenho certeza de que a droga será... A droga e o armamento, porque também passa armamento como contrabando. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador Augusto Botelho, em recente encontro casual que tive com o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, ele me disse que foi levantado e confirmado o plantio de coca na fronteira do Brasil com a Colômbia. Fizemos várias diligências quando se plantava ipadu na região de Cabeça do Cachorro, e hoje há essa descoberta na fronteira brasileira com a Colômbia.

Então, com essa pressão sobre as Farc, talvez os plantadores achem melhor plantar no território brasileiro. Com a falta de eficácia das Forças Armadas brasileiras, que praticamente tomaram a medida de esvaziar o sul para colocar no norte várias unidades militares, mantendo uma presença mais efetiva na Amazônia, talvez haja alguma dificuldade...

Senador Jayme Campos, V. Ex^a perguntou sobre o Ibama, o Incra e outros órgãos. O Projeto Calha Norte, como foi concebido pelo Presidente José Sarney, tem estrutura para a ocupação de terceiros. São seis os Ministérios responsáveis pela participação efetiva no Projeto Calha Norte, não só pelo desenvolvimento econômico de Tabatinga, de São Gabriel da Cachoeira e ou outros Municípios que hoje vão se desenvolvendo, mas para manter a vigilância do Incra, da Funai, de todos, porque não tem ninguém lá. Não tem ninguém que cumpra a obrigação legal para que foi constituído o Projeto Calha Norte.

Então, venho alertar que não podemos deixar de estimular a permanente... Tenho os dados numéricos.

Houve um ano aqui em que o Orçamento deu zero para manutenção. Foi uma briga dentro deste plenário para se poder dar pelo menos a sobrevivência do Calha Norte.

Sr. Presidente, eu poderia conceder um aparte ao Senador João Durval?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Peço apenas que seja rápido.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu já vou encerrar, Presidente, depois V. Ex^a autoriza a publicação por inteiro.

O Sr. João Durval (PDT – BA) – Senador Romeu Tuma, quero me congratular com V. Ex^a por esse excelente pronunciamento que está fazendo aqui em defesa da nossa Amazônia. Quero dizer que concordo em gênero, número e grau com os apartes que foram dados a V. Ex^a pelos colegas Paulo Paim, Jayme Campos e Augusto Botelho. V. Ex^a falou, ainda há pouco, que o interessante seria aumentar o efetivo da Polícia Federal para que se fizesse toda a segurança da Amazônia. E esta semana, estarrecido, eu li que, na fronteira da Amazônia com os demais países, como a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia, só existiam 11 homens da polícia federal para guardar toda essa área. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e concordo plenamente que talvez o correto seja a ampliação dos efetivos da Polícia Federal. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Peço que realmente haja o aumento direcionado à ocupação das unidades da Polícia Federal na região amazônica, nos pelotões de fronteira e, sem dúvida nenhuma, no patrulhamento ostensivo da região.

Nós contamos com a coragem e com a vocação de alguns delegados e policiais que lá militam há anos na defesa do território nacional. Temos exploração não só da madeira mas dos garimpos. Há um garimpo de brilhantes que é o melhor do mundo.

Eu estive na ONU na ocasião em que foi proibida a exportação de diamantes da África pela exploração que a Inglaterra fazia. Aqui no Brasil há a presença da Polícia Federal tentando apaziguar a comunidade indígena com os garimpeiros, e a proteção às riquezas, parece-me, está em segundo plano.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Tenho outros dados importantes, mas não quero extrapolar o tempo que V. Ex^a me concedeu.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, há tempos, venho afirmando desta tribuna que, em futuro não muito distante, a importância de qualquer

país entre as nações corresponderá apenas aos seus recursos naturais, especialmente a diversidade e amplitude da flora e da fauna, além da qualidade de meio ambiente e quantidade de reservas minerais que consegue preservar. Tudo colabora para que isto aconteça, independentemente do que queiramos ou não.

Alguns fatos relacionados mutuamente motivaram a minha vinda à tribuna. Dizem respeito à Amazônia, sem dúvida o maior bioma terrestre e que, naquele porvir geopolítico, garantirá ao Brasil merecida posição de liderança no mundo. É exatamente isto o que a cobiça estrangeira intenta impedir depois de, durante séculos, só haver produzido a devastação de recursos autóctones para os transformar em lucro. Em seus países, os que hoje alongam a vista sobre a Amazônia deixaram um rastro de destruição. Aqui, suas aleivosias são repudiadas por nós, os brasileiros, porque sabemos quanto sacrifício custou aos nossos antepassados conquistar e manter a maior selva do planeta praticamente intacta.

No mês passado, o ilustre General Augusto Heleno Pereira, Comandante Militar da Amazônia, alertou o País para a insuficiente atenção governamental dedicada à região pelo menos há 20 anos. Seu protesto desencadeou o furor das bruxas. Soou como brado de resistência ou ameaça aos interesses que procuram contrapor-se aos destinos brasileiros sob a camuflagem proporcionada por ONGs, missões pseudo religiosas e coisas assemelhadas. Resolveram pagar para ver, isto é, acirraram a campanha de internacionalização, mediante publicações orquestradas em poderosos jornais e revistas norte-americanos e europeus. Parece um vai ou racha. Até um pré-candidato à Presidência dos Estados Unidos envolveu-se no despudorado movimento, incorporando-o às suas propostas de campanha sob rótulo de globalização da Amazônia.

Dias atrás, na esteira da substituição de Marina Silva, nossa ínclita Senadora, pelo Sr. Carlos Minc à frente do Ministério do Meio Ambiente, surgiu a idéia de criar uma Força Nacional para vigiar a floresta amazônica. Não vejo nisso o caminho correto, apesar desse bioma merecer toda a vigilância possível, ainda mais quando recrudesce a campanha almejando privá-lo da jurisdição nacional.

Ali, temos nevrálgicas fronteiras, que constituem focos de preocupação, embora convivamos pacificamente com a vizinhança. Tivemos inofismável prova disto, recentemente, quando surgiu o clima de beligerância entre Colômbia, Equador e Venezuela devido às FARC.

Aliás, em abril de 2006, um grupo de oito narcoterrorista travou combate de 40 minutos com a guarnição

do Exército Brasileiro na área de fronteira de Cucuí, no Amazonas. Dois colombianos foram capturados e um terceiro morreu. Os demais fugiram. Em poder dos presos, nossos militares apreenderam 100 mil dólares, 170 mil euros, 100 mil reais, 1 bilhão e 100 mil bolívares, três fuzis, uma pistola e um revólver, além de copiosa munição.

Todavia, a repressão ao narcotráfico e aos traficantes de armas constitui apenas uma faceta do imenso trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas na região. Falou-se, agora, em estabelecer a tal força amazônica, esquecendo-se de que muito mais importante e urgente é acelerar o Programa Calha Norte, este sim o bom caminho. Por si só, o programa elide a necessidade de providências daquele tipo. O Calha Norte parece-me o melhor meio de, ao mesmo tempo, dinamizar a presença do Estado brasileiro na região e suprir as necessidades básicas dos amazônicos.

Soberania e desenvolvimento de maneira ordenada continuam como palavras-chaves desse programa que envolve o trabalho permanente de vários órgãos federais, entre eles a Funai, o Ibama e a Polícia Federal, ao lado das Forças Armadas. O Calha Norte foi implementado sob a égide do Governo José Sarney na década de 80. Sob o ponto de vista sócio-econômico, significa algo promissor e abrangente. Vai muito além do seu valor militar.

Objetiva manter integrada e preservada a parte setentrional do País, onde circulam 10% de toda a água doce existente na Terra, concentram-se 5% da biodiversidade do planeta, existe potencial de riquezas minerais ainda imensuráveis e situam-se mais de 10.000 quilômetros de fronteiras, da Guiana Francesa até a Bolívia. Com as modificações introduzidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o programa passou a abranger 2,74 milhões de quilômetros quadrados, isto é, 32,23% do território nacional, possuidores, além do mais, de enorme potencial turístico.

Tanto esplendor territorial não caiu do céu. A partir dos bandeirantes, sucederam-se heróis conhecidos e anônimos nas lutas que resultaram em sua existência como parte inseparável do solo brasileiro. Entre esses vultos, distinguimos paradigmas como Plácido de Castro, o "Conquistador do Acre", e o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ao longo da história, vemos ainda se destacarem figuras exponenciais, como a do Barão do Rio Branco. Mas, devemos também reverenciar os milhões de amazônicos orgulhosos de superar toda sorte de dificuldades para exercer a cidadania brasileira.

Como Vice-Presidente, participei dos trabalhos da Comissão Mista Especial instituída pelo Congres-

so Nacional em maio de 1995 para reavaliar o então Projeto Calha Norte, visando seu revigoramento no sentido da integração da população setentrional brasileira aos níveis de desenvolvimento das demais regiões; propor novas diretrizes ao projeto que definam uma política de ocupação racional da Região Amazônica, bem como vistoriar e apresentar sugestões sobre as demarcações das áreas indígenas localizadas no norte do País".

Em dezembro de 1996, apresentamos o relatório final ao então Presidente do Senado, excelentíssimo Senador José Sarney. Quanto à desproporção dos investimentos oficiais, o que ali está escrito parece retratar a realidade de hoje. Basta compará-lo com as verbas orçamentárias efetivamente aplicadas através dos orçamentos da União nos últimos anos.

Em 2004, a dotação do Calha Norte foi de R\$ 64,3 milhões, com o resultante pagamento de 41 milhões, ou seja, o percentual executado ficou em 63,87%.

No ano seguinte, a autorização orçamentária subiu para R\$ 236,6 milhões, com execução de 55,89%, correspondentes a R\$ 132,3 milhões pagos.

Em 2006, dos R\$ 191,5 milhões autorizados, foram despendidos 140,9 milhões, isto é, 73,6%. E, em 2007, dos R\$ 455 milhões inscritos na LOA, foram gastos apenas R\$ 30,8 milhões, correspondentes a 6,79%.

No corrente exercício, a execução orçamentária do Programa Calha Norte chega, até agora, a 0,19% dos R\$ 303,9 milhões orçados, pois somente R\$ 584 mil foram pagos.

Ressalto que, apesar desses transtornos, muito já foi feito pelo Calha Norte. Entretanto, muito há ainda por fazer com vistas à melhoria dos sistemas de vigilância e a bem equipar os pelotões de fronteira mantidos pelo Exército, de maneira a tê-los sempre prontos para a ação com a máxima rapidez e eficiência. Conhecimento, experiência e adestramento não lhes faltam, mesmo porque, atentas à escalada de cobiça estrangeira, nossas Forças Armadas deslocaram há anos sua maior atenção do sul para o norte do País. As instalações e qualidade de ensino presentes no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), do Exército em Manaus, dão-nos a dimensão desse cuidado. O CIGS acolhe, inclusive, militares de nações amigas e civis interessados em aprender técnicas de sobrevivência na selva.

Resta ampliar o número de unidades e os efetivos militares existentes. O mais, a exemplo de centenas de obras civis de infra-estrutura, está em andamento através de convênios celebrados por quatro Estados e quase duzentas prefeituras com o Ministério da Defesa. O progresso verificado em áreas como as

de São Gabriel da Cachoeira, onde surgiu o porto de Camanaus, e Tabatinga testemunham o acerto disso. Outros convênios, como o que fez o Ministério das Minas e Energia para expandir a capacidade do Programa Luz para Todos, também garantem desenvolvimento.

Precárias unidades de saúde transformaram-se em hospitais-modelo. Foram recuperadas e ampliadas dezenas de aeródromos, assim como erguidos os quartéis e outras instalações das Brigadas da Infantaria de Selva. Instalaram-se centros de treinamento profissional, como o de Tabatinga, e estabelecimentos de ensino especializado, como a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira e o Colégio Agropecuário de Benjamin Constant.

Incontáveis poços tubulares construídos para fornecer água potável, construção e equipamento de quinze centros de saúde em áreas indígenas, aquisição de embarcações transformadas em Unidades Volantes de Saúde para atendimento de comunidades isoladas, demarcação de 36 áreas indígenas e criação de dezenas de creches são outras realizações do Calha Norte. Além disso, entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí, ao longo de mais de 200 quilômetros das fronteiras com a Colômbia e Venezuela, surgiu a BR-307. No Amapá, podemos agora fazer o percurso Calçoene-Oiapoque pela BR-156.

Tais evidências, acrescidas dos fatos que enunciei no princípio deste pronunciamento, são mais do que suficientes para comprovar quanto importante é acelerarmos o Programa Calha Norte, de maneira a atingir rapidamente sua fase auto-sustentável. Uma fase que resultará, sem dúvida, do progresso gerado pelas ações em andamento desde a década passada.

Tenhamos sempre presentes as palavras do saudoso General Rodrigo Octávio Jordão Ramos que, ao exercer brilhantemente o Comando Militar da Amazônia, afirmou:

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la.”

Sr. Presidente, era o que desejava comunicar ao Plenário.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEUTUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Militares apóiam criação de frente parlamentar na Câmara

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Num plenário repleto de oficiais de alta patente, foi instalada ontem, na Câmara, a Frente Parlamentar de Apoio às Forças Armadas na Amazônia, que tem o apoio oficial de Exército, Marinha e Aeronáutica. A frente é formada, na sua maioria, por parlamentares da Região Norte, que têm discursos contrários à demarcação de terras indígenas e à presença de ONGs na Amazônia. Os três comandantes militares não compareceram, mas enviaram representantes graduados à solenidade. Em vários momentos, os oficiais aplaudiram discursos dos deputados.

O deputado Ernandes Amorim (PTB-RO) chegou a criticar a presença de um civil — Nelson Jobim — no comando do Ministério da Defesa, sem ser contestado:

— Sou contra à presença de um civil à frente do Ministério da Defesa. Tem que ser um militar, seja da reserva ou da ativa,

presença militar na Amazônia.

— A criação da frente pode trazer enormes benefícios para o país e a segurança nacional.

O general disse não desconhecer a posição dos deputados sobre Raposa. Ele preferiu não emitir opinião sobre a reserva porque o assunto será julgado pelo Supremo.

O deputado Moreira Mendes (PPS-RO) disse que, sem a presença dos militares na Amazônia, a região será totalmente entregue às ONGs.

que entende o que é caserna e que seja um nacionalista.

O coordenador da frente é o deputado Edio Lopes (PMDB-RR), contrário à demarcação contínua de Raposa Serra do Sol. Lopes afirmou que o comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno, foi convidado para o evento. O ministério recomendou ao general que evite comparecer a audiências públicas no Congresso.

— Como diz o general Heleno, a política indigenista no Brasil é um equívoco — disse Lopes.

Ministro da Defesa diz que não se sente atacado

Na mesa principal do evento estavam o chefe do Estado-Maior do Exército, general Luiz Edmundo Carvalho; o brigadeiro Paulo Roberto Britto, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e o almirante Aurélio Ribeiro, chefe de Operações Navais. Carvalho disse que espera bastante da frente parlamentar em defesa da

O ministro Nelson Jobim disse que não se sentiu atacado. Afirmou que apóia e ajudou a articular a criação da frente para tornar mais ampla a atuação da bancada da Amazônia no Congresso.

— Os órgãos de defesa estão prioritariamente voltados para a Amazônia. Inclusive o plano estratégico de defesa privilegia o aumento do efetivo militar na Amazônia — disse Jobim, do Haiti. ■

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Convido o Senador Eduardo Azeredo a falar pela Liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a posição do PSDB a respeito do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, é por demais conhecida. Eu, pessoalmente, já vim a esta tribuna tratar do assunto. No ano passado, apresentei um requerimento fazendo um apelo para que ele cedesse na questão da TV venezuelana que foi fechada, mas, hoje, quero voltar a dizer que acho temeroso e intempestivo seu comportamento, com fortes traços ditoriais.

Assim, foi com certo alívio que li a notícia que levanta a hipótese de que, preocupado com a política interna, o presidente venezuelano tenha passado a condenar a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que antes elogiava. Tal mudança de opinião teria surpreendido, sobretudo, porque Chávez chegou a defender que o grupo libertasse todos os reféns em seu poder, declarando ainda que a América Latina não comporta mais guerrilhas. Ainda em janeiro, Hugo Chávez dizia que as Farc não eram um grupo terrorista, mas, sim, uma “força beligerante” com considerável projeto bolivariano. Mudou de opinião, portanto.

Especula-se que as novas declarações do Presidente venezuelano possam ser apenas uma “saída honrosa” para seus aliados narcoguerrilheiros, diante da provável derrota das Farc para o exército colombiano. A melhor explicação estaria, entretanto, na política interna da Venezuela, que passará por eleições para governadores e prefeitos em novembro deste ano. “E a situação do chavismo não é confortável”.

A aprovação do governo Chávez, medida pelo Instituto Interlaces, está em torno de 40%, bem abaixo dos 63% alcançados em 2006, quando de sua reeleição. Segundo o mesmo instituto, 70% dos venezuelanos são contrários à atuação das Farc. O quadro explicaria ainda outros recuos do presidente venezuelano, tais como a intenção de rever a Lei de Inteligência.

Caros colegas, ao fazer este breve pronunciamento, reforço minha posição de que Hugo Chávez, com seu comportamento, é sempre uma ameaça às relações internacionais na América. Seria muito bom para todos que essa notícia não se tivesse baseado apenas em percepções e que o presidente venezuelano estivesse, de fato, revendo seus atos e suas opiniões.

E, mais ainda, seria bom que o Sr. Marco Aurélio Garcia também refizesse sua opinião e considerasse

as Farc um grupo terrorista, não um grupo de oposição, como, lamentavelmente, esse membro do governo costuma dizer. As Farc são um grupo terrorista. E saúdo a mudança de posição do Presidente Chávez.

Quero ainda, Sr. Presidente, aproveitando estes rápidos minutos – sou econômico em minha fala –, citar aqui uma questão do meu Estado de Minas Gerais que diz respeito à fábrica de helicópteros, um novo pólo aeronáutico que se vai firmando. No caso específico, trata-se da fábrica da Helibrás, subsidiária do Grupo Eurocopter no Brasil. A fábrica, inaugurada há 28 anos em Itajubá, no sul de Minas, é responsável pela montagem e venda da linha Eurocopter no Brasil.

As notícias são recentes. Eu tinha, há alguns meses, levantado aqui a questão de que, se houvesse uma nova linha de montagem, uma nova fábrica, era fundamental que ela fosse instalada pela expansão em Itajubá. Exatamente essa é a boa notícia. Realmente, o Município de Itajubá sediará a nova fábrica da Eurocopter, segundo informação dada pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, Rafael Guimarães Andrade, que, junto com o Governador Aécio Neves, com o Vice-Presidente da Eurocopter na América Latina e com o Presidente do Conselho Administrativo da Helibrás, o ex-Governador Jorge Viana, ainda ontem, acertou os últimos detalhes para a criação desse novo pólo de produção de helicópteros de grande porte.

A nova fábrica demandará cerca de R\$500 milhões. A formalização do projeto deve ser feita brevemente.

Lembro ainda que a Helibrás tem como acionistas a MGI Participações, pertencente ao Governo de Minas, e o Grupo Bueninvest, além, evidentemente, da Eurocopter. A Helibrás já é produtora, hoje, da maior parte dos helicópteros que estão no País. Da frota brasileira, dos 813 helicópteros em operação, 54% são modelos Helibrás/Eurocopter.

Portanto, quero fazer esse registro e cumprimentar o Governador Aécio Neves e toda a população da cidade de Itajubá, no sul de Minas, que se vai firmando ainda mais como um pólo nessa área de aeronáutica, somando-se ao pólo da Embraer em excelência de tecnologia, mostrando que temos condição de fabricar, inclusive, equipamentos de grande porte, como é o caso desses helicópteros. São helicópteros que transportam de 25 a 30 pessoas. Queria trazer, Sr. Presidente, essas informações.

Saúdo ainda a aprovação, ontem, do projeto que trata dos crimes eletrônicos pela Comissão de Assuntos Econômicos. Vejo aqui o Senador Romeu Tuma, que tem acompanhado esse assunto. Foi um passo muito importante o que foi dado ontem. A matéria, agora,

fica pendente da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para vir a este plenário. Ela foi fruto de consenso, com a participação do Senador Aloizio Mercadante, de representantes do Ministério da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional, dentro do espírito do Conselho da Europa para essa área. Portanto, fico muito satisfeito que, nesse substitutivo – pelo qual estou lutando há mais de três anos –, tenha se dado esse passo importante. Que possamos, brevemente, votar no plenário essa importante matéria, para proteger os bons usuários de computador e para coibir a ação de *hackers* e de ladrões que usam a Internet!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, como orador, por dez minutos. Em seguida, ao Senador Jayme Campos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as Mesas da Câmara e do Senado estão realizando importante simpósio alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988.

Designado pela coordenação do evento, tive o prazer de coordenar o Painel II, realizado ontem à tarde no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Processo Constituinte e Participação Popular, eis o tema que ensejou a minha coordenação e que foi discorrido pelo advogado João Gilberto Lucas Coelho, pelo pesquisador e ativista Francisco Whitaker e pelo cientista político Adriano Pilatti.

A iniciativa dos Presidentes Arlindo Chinaglia e Garibaldi Alves merece todo o aplauso pela importância de que se reveste esse assunto. Afinal, Sr. Presidente, a Assembléia Nacional Constituinte não foi um acontecimento comum na história brasileira. Ao contrário, foi um divisor de águas que nos separou da opressão para resgatar ao povo brasileiro a liberdade e a democracia. Uma sociedade subjugada por mais de vinte anos não pode esquecer tão simplesmente o sofrimento por tanta tirania.

Ninguém pode esquecer também que as tribunas da Câmara e do Senado, esta tribuna que ocupamos aqui no dia-a-dia, foram trincheiras corajosas na defesa do povo oprimido. Destes microfones e dos microfones da Câmara dos Deputados ecoavam eloquentes discursos, eloquentes protestos, denúncias proferidas por brasileiros do quilate de Ulysses Guimarães, Alencar Furtado, Paulo Brossard, Pedro Simon, Miguel Arraes, Marcos Freire, Mário Covas e tantos outros heróis que não se calavam, que não se intimidavam diante das ameaças e dos arreganhos da ditadura. Alguns do

meu Estado, como Wilson Martins, que fora cassado na condição de Deputado Federal, Bezerra Neto, Edson Britto Garcia, dois Senadores e um Deputado, além de tantos outros que também em Mato Grosso do Sul se alistaram na resistência democrática.

O Parlamento brasileiro, Sr. Presidente, sempre foi o porto seguro de quantos eram perseguidos pelo regime militar. No Congresso, os oprimidos tinham voz. Na igreja, tinham asilo. Quantas vezes os próprios templos foram invadidos por tropas das Forças Armadas em busca de políticos que não aceitavam ser subjugados à tirania!

A mutilação do Congresso com dolorosas cassações, a contumaz censura à imprensa e o escancarado cerceamento à organização sindical não foram capazes de represar a vocação de liberdade que acabou vencendo o autoritarismo.

O movimento épico que precedeu a convocação da Assembléia Nacional Constituinte precisa ser analisado, precisa ser discutido e rememorado, até como uma ferramenta de defesa, para que, no futuro, aventuras como aquela que tanta dor trouxe ao povo brasileiro não se repita mais.

Na sociedade civil organizada, é preciso destacar o papel exemplar que foi cumprido pela Ordem dos Advogados do Brasil. Foi nas arcadas da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no dia 8 de agosto de 1977, que os advogados brasileiros tornaram pública a Carta aos Brasileiros. Documento forte, corajoso, que batia de frente com todo o *establishment*, com todo o sistema de opressão implantado em 64. Esse documento – lembro-me muito bem –, que teve a assinatura dos mais renomados juristas do País, foi feito sob a batuta do eminentíssimo advogado e jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, e está escrito como uma das mais belas páginas da história republicana. E foi uma reação que pontificou, naquele momento, todos os movimentos sociais, toda a reação pública contra o regime de força. Era uma reação institucional que ganhava uma extraordinária repercussão e que trazia, para o leito da resistência democrática, enormes e expressivos segmentos da sociedade organização: a mobilização da Associação Brasileira de Imprensa, da Igreja, dos sindicatos e dos estudantes.

Enfim, era uma luta que ganhava densidade, mas que também causava vítimas. Quantas cassações de mandatos, quantas suspensões de direitos políticos, quantas vidas sucumbiram durante aquele período sanguinário da história brasileira! Wladimir Herzog e Edson Luís, lembro-me bem desses dois episódios. Wladimir Herzog, um jornalista que morreu nas dependências do DOI-Codi, sob implacável tortura; o outro, presidente da

UNE, líder estudantil. Ambos tombaram, mas deixaram um exemplo para a sociedade brasileira.

Alguns foram presos ou expulsos. Nesse caso, cumpre-me lembrar do Padre Jentel, padre francês que, a exemplo de tantos outros religiosos, estava alistado no combate ao regime militar. O Padre Jentel fora objeto de um processo na Justiça Militar, cujo auditor, um advogado brilhante – que mais tarde veio a ser eleito Deputado Federal –, Plínio Martins, resistiu a toda sorte de pressão para não condená-lo. E, efectivamente, ele acabou sendo absolvido.

Mesmo assim, Sr. Presidente, com todas as opressões, as forças vivas da Nação foram se unindo em cadeia contra a tortura, contra o cerceamento do Judiciário e da imprensa. Foi esse caldo de cultura que levou as massas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...para os monumentais comícios da campanha das Diretas, memorável campanha das Diretas. A emenda que visava a restabelecer o sufrágio universal e secreto fora de autoria de um conterrâneo meu, o Deputado Dante de Oliveira. Digo conterrâneo porque, a despeito de ser filho de Mato Grosso, naquele momento, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um só Estado.

E que campanha cívica! Que belo espetáculo na história do Brasil!

Em meio a tanta truculência, o meu partido, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, cumpria o seu estóico destino: o de ser abrigo dos perseguidos. Nesse contexto, não posso esquecer uma figura ímpar que exercia a liderança do MDB na Câmara dos Deputados e foi meu líder, meu primeiro líder no Congresso Nacional, o Deputado Freitas Nobre, de saudosa memória. Mais tarde, esse grande movimento ganhou figuras exponenciais, como Teotônio Vilela e Severo Gomes.

Foi tudo isso, Sr. Presidente, foi esse movimento, toda essa mobilização nacional que desembocou na Assembléia Nacional Constituinte.

Quando o Poder Constituinte se reuniu...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Vou concluir bem rápido, Sr. Presidente. Sei que há outros colegas que querem falar.

Quando o Poder Constituinte se reuniu, não foi diferente a participação popular. Todos queriam discutir. Todos queriam participar. Todos queriam dar sua opinião. O Congresso Nacional transformou-se numa verdadeira Meca, uma Meca de esperanças de um povo que tinha sede de liberdade e de justiça social. Foi assim que nasceu a Constituição cidadã, assim deno-

minada por aquele que foi o ícone de toda essa resistência democrática, o nosso inesquecível líder Ulysses Guimarães. Foi assim que a escuridão institucional foi substituída pela claridade da democracia.

Hoje, assistimos ainda àquele espetáculo que floresceu na Constituinte em plena atividade. Quem ontem passou aqui pelos corredores da Câmara dos Deputados viu numerosos policiais militares, fardados, fazendo a sua postulação, porque o Congresso continua sendo a Meca daqueles que buscam a justiça social, que buscam o direito, que buscam a satisfação de suas esperanças. Ainda hoje, aqui mesmo no plenário, nós estamos vendo numerosos policiais militares, aos quais saudamos, aos policiais militares e policiais civis que vêm aqui em reverência ao Poder Legislativo e, mais do que isso, na expectativa de que o Poder Legislativo volte as suas atenções para os seus pleitos e discuta com eles aquilo que, em sua opinião, é de justiça e de direito.

Sr. Presidente, no momento em que se realiza esse simpósio, eu não poderia deixar de fazer este registro tão importante, porque é com esses registros que todos nós fazemos aqui, de episódios históricos, como foi a campanha das Diretas, como foi a resistência à ditadura e que nos levou à vitória sobre a truculência, que nós vamos manter as conquistas tão duramente alcançadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento o Senador Valter Pereira e convido o Senador Jayme Campos para usar da palavra.

Pela ordem, concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa hoje fez uma sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu gostaria de fazer o registro de que estive, há uma semana, a convite da Marinha, visitando a Antártica, onde temos um exemplo de preservação do meio ambiente, que é a base brasileira Comandante Ferraz, reconhecida como um exemplo de preservação do meio ambiente e da importância da Antártica.

Eu trouxe um relatório sobre a viagem, em que pudemos conhecer e ver de perto o trabalho dos pesquisadores, a luta de tantos brasileiros que ali se dedicam, enfrentando as maiores adversidades do clima, embora as paisagens sejam deslumbrantes.

Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa recebesse este discurso e o desse como lido, com o relatório da viagem que fizemos à Antártica.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srº. Presidente, Srºs e Srs. Senadores, venho à tribuna para confirmar, à nação brasileira e a esta Casa, a proficiência dos pesquisadores brasileiros que se dedicam à Antártica, o continente gelado do Sul. Participei, recentemente, de missão parlamentar que visitou o andamento dos trabalhos realizados naquela região e fiquei, de fato, muito impressionada com o que vi. Por esse motivo, gostaria de parabenizar os responsáveis por esta tarefa fundamental para o Brasil, que é a manutenção de nossa presença na Antártica, para fins pacíficos e de pesquisa, auxiliando os esforços internacionais para preservar a região.

Esta Casa já dedicou uma sessão solene para destacar a preocupação com o futuro do continente antártico, tão importante para o Globo terrestre e para a humanidade. A iniciativa é oportuna, pois estamos em meio às atividades do 4º Ano Polar Internacional, que mostra a relevância da preservação do ecossistema antártico. Naquela ocasião, um grupo de Parlamentares pôde conferir *in loco* a realidade dos pesquisadores nacionais e dos projetos desenvolvidos por lá.

Visitamos as instalações da Estação Comandante Ferraz, base do Programa Antártico Brasileiro, conhecido como *Proantar*. O programa é uma iniciativa comandada pela nossa vistosa Marinha, com apoio da Força Aérea do Brasil. Também participam da atividade os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores. O esforço conjunto mostra que a Antártica deve ser prioridade para o Estado brasileiro.

Além disso, o trabalho dos pesquisadores do *Proantar* não seria possível sem o auxílio da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), que provê os cientistas brasileiros de uma estrutura de apoio para realizarem os estudos. Por meio do programa *Esantar*, eles prestam apoio logístico às expedições brasileiras na Antártica. A guarda, a manutenção, a distribuição e o controle dos materiais enviados, tanto à Estação Comandante Ferraz, quanto aos refúgios e aos acampamentos brasileiros na Antártica são de responsabilidade da *Esantar*. Acompanhei de perto esses trabalhos, e estendo à FURG e ao *Esantar* meus sinceros cumprimentos.

Com 2.250 metros de área construída, e instalações capazes de receber até 46 pessoas, a Estação Comandante Ferraz é distribuída em módulos científicos dedicados ao estudo das diversas áreas relacionadas ao meio ambiente antártico. Uma estrutura formidável,

recentemente reformada para estar apta a produzir a vanguarda na pesquisa científica nacional.

As pesquisas lá desenvolvidas pelos cientistas brasileiros contam com reconhecimento internacional. Por exemplo, o tratamento dos dejetos e a retirada de todo o lixo produzido na Estação, com mínimo impacto sobre o meio ambiente, é uma das atividades-modelo que realizamos, uma referência internacional. Muitas das descobertas têm revelado, cada vez mais, a importância do continente antártico para o ciclo da vida na Terra. A Antártica é o ar-condicionado do Planeta, e ajuda a regular a temperatura dos demais continentes. Segundo mas mais recentes pesquisas, a Amazônia, os oceanos, o regime de chuvas, todos dependem do que acontece com a Antártica.

Aquele continente é, ainda, o mais desconhecido dos homens. É um grande deserto gelado, onde apenas poucas formas de vida conseguem sobreviver a condições climáticas tão adversas. Apesar da aparência imponente, é uma terra frágil. Pequenas influências e alterações no ecossistema causam consequências irreversíveis, com sérios danos potenciais à humanidade e à biosfera. Por isso, precisamos urgentemente proteger a Antártica da ação humana irracional.

Essa irracionalidade é a responsável pelo derretimento da camada de gelo, consequência da poluição e do aquecimento global. Nos últimos trinta anos, 8% da cobertura de gelo da Antártica desapareceu. Isso tem consequências nefastas sobre os mares do mundo, eleva os níveis dos oceanos, e coloca em risco a vida dos que vivem à beira-mar. Temos ainda o problema relacionado à destruição da camada de ozônio, que só foi detectado graças às pesquisas desenvolvidas naquele continente, permitindo que adotássemos medidas para eliminar os níveis de emissões do CFC, gás responsável por esse fenômeno.

Há, contudo, uma esperança de conservação do que ainda existe. A inspiração deveria vir do Tratado da Antártica, firmado em 1959 pelos países que reclamavam a posse do continente. O Tratado consagra a liberdade irrestrita para a pesquisa científica, o esforço de cooperação internacional e a utilização pacífica da Antártica; proíbe, expressamente, a militarização da região e sua utilização para explosões nucleares ou como depósito de resíduos radioativos. Atualmente, o Tratado conta com 45 países-membros, entre aqueles que têm status consultivo e não-consultivo. Há ainda o Protocolo de Madrid, que entrou em vigor em 1998, e preserva a Antártica exclusivamente para pesquisas científicas com fins pacíficos até o ano 2048.

Esperamos que esse espírito continue daqui para frente. O Programa Antártico Brasileiro tem dado exemplo de consciência ambiental. Presenciei, e faço

questão de mencionar nesta tribuna, a importância dessa consciência. Espero que os demais países sigam o modelo e colaborem para a preservação da Antártica, porque todos nós, das gerações do presente e do futuro, dela dependemos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a e recebe o seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Jayme Campos e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Raimundo Colombo, Sr^as e Srs. Senadores, na semana passada, vim à tribuna para alertar as autoridades federais quanto à progressiva ocupação do território nacional por estrangeiros que adquirem propriedades rurais em nosso País. Somente na Amazônia Legal, conforme revelou o programa dominical *Fantástico*, da TV Globo, existem 3,1 milhões de hectares de terra em mãos de empresas e pessoas físicas de outras nacionalidades. Ou seja, uma área equivalente ao Estado de Alagoas.

O prestigiado matutino **Folha de S.Paulo** trouxe, nesse fim de semana, em longa reportagem, assinada pelos jornalistas Fernanda Odilla e Hudson Correa, informações ainda mais inquietantes sobre o tema. Segundo relatam os dois periodistas, um recente levantamento efetuado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, o Incra, destaca que no meu Estado, Mato Grosso, encontra-se a maior concentração de terras em posse de estrangeiros.

Eu já disse aqui em um aparte que fiz ao Senador Romeu Tuma que Mato Grosso tem 1.377 propriedades espalhadas em uma área de 754 mil hectares. A nossa região é a que mais cede espaço para as empresas e pessoas de outros países. No entanto, São Paulo é o Estado que registra o maior número de propriedades em nome de estrangeiros, ou seja, 11.424 casos, mas com uma área inferior à de Mato Grosso, somando apenas 504 mil hectares.

Ora, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, trata-se de uma invasão branca do nosso território, um atentado à nossa soberania, principalmente quando se sabe que os organismos federais não possuem qualquer tipo de monitoração ou controle de atividades de estrangeiros no mercado imobiliário nacional. Mesmo entidades do setor, como o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Mato Grosso, não reconhecem o volume de transações comerciais entre seus filiados.

Em matéria vinculada ontem pelo Jornal **A Gazeta**, de Cuiabá, o Presidente do Creci-MT, Sr. Carlos Alberto Lúcio da Silva, denuncia a intermediação direta

de órgãos estatais e associações rurais com agentes imobiliários internacionais.

Ele conta que as entidades responsáveis pelo controle de política agrária negociam com estrangeiros sem o menor cuidado e sem respeitar o direito dos corretores de imóveis que atuam no segmento.

De fato, órgãos como o Instituto de Terras de Mato Grosso vendem áreas por meio de licitações. É uma negociação legal, não há dúvida. Mas necessita ser revista e cercada de novos critérios para que seja feito acompanhamento de atividades que se desenvolverão nessas propriedades.

Outra situação inédita é que as modernas ferramentas da informação, como a *internet*, por exemplo, permitem um inusitado modelo de transação comercial não presencial. Por fotos, mapas e certificados, um comprador de qualquer parte do planeta consegue adquirir terras brasileiras.

Agora mesmo, o empresário sueco Johan Eliasch, proprietário de 160 milhões de hectares no Estado do Amazonas, adquiridos da Madeireira Ghetal, e que alegou ter comprado terras para a preservação do meio ambiente, foi multado pelo Ibama por comércio e transporte de madeira sem seguir a legislação ambiental brasileira. Esse é só um caso. Não sabemos o que projetam especuladores e capitalistas sobre a lucratividade de nossas terras.

Uma coisa é certa. O principal ativo econômico do Brasil é a fertilidade de seu solo. Quando o mundo fala em crise de alimentação, a comunidade internacional olha o nosso País como um grande banco de comida, uma reserva agricultável para a humanidade.

Estudos da Fundação Getúlio Vargas confirmam esse diagnóstico e mostram que as terras destinadas à agricultura e à pecuária se valorizam na média anual de 10% desde 2000. Mato Grosso ainda consegue um incremento maior com a majoração de 15% de suas propriedades ao ano.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, não é preciso muito esforço para entender que a fertilidade de nossas terras virou alvo de cobiça internacional. E a própria preservação de nosso bioma passa, necessariamente, por um controle mais rígido e criterioso na transferência de propriedades rurais para empresas e conglomerados estrangeiros. Também precisamos estar atentos em relação à própria especulação interna, motivada pela incessante busca do lucro, que coloca em risco a natureza e o sentido mais puro dos esforços pelo desenvolvimento sustentado.

Por isso, estou apresentando aos Pares desta Casa um projeto de lei que autoriza ao Executivo criar e implantar a agência reguladora territorial rural, que terá como obrigação fiscalizar, monitorar, controlar e

autorizar transações comerciais imobiliárias no setor agrário para que a ocupação dos nossos espaços rurais se dê no sentido da preservação dos interesses nacionais – tanto no campo estratégico da conservação do meio ambiente quanto na cuidadosa exploração dos nossos recursos naturais.

Em princípio, sou contra a intervenção do Estado na atividade econômica nacional, mas não há dúvidas de que em determinados setores deve haver uma regulamentação e um controle permanente. E a atividade rural há muito deixou de ser um negócio de roceiros de interior e passou a ser um setor estratégico para o desenvolvimento e o equilíbrio do País.

Vamos deixar de ser o país do futuro para ser o país do presente, do agora, quando olharmos para nossas riquezas naturais não como um santuário, mas como uma fonte de oportunidades para toda a nossa geração. Por isso, nossas terras devem ficar nas mãos daqueles em quem o Brasil pode confiar...

E, concluindo, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que muitos Senadores vêm a esta tribuna e, lamentavelmente, talvez não tenham – e não só nesta Casa como também na Câmara –, visão da nossa Amazônia, Senador Jefferson Praia. Quero deixar registrado de público, aqui, nos Anais da Casa, que nós não defendemos os devastadores da nossa Amazônia; ao contrário, nós queremos a preservação dela.

Eu, que fui Governador do meu Estado – meu irmão foi Governador, foi Senador –, fui Prefeito três vezes, sou Senador, conheço os 907 mil quilômetros quadrados do meu Estado, o Mato Grosso. Tenho esse privilégio. Estamos vivendo uma crise hoje, lamentavelmente, sem precedentes. Nós, amazônidas, que moramos na região amazônica, temos sido tratados como se fôssemos patos selvagens. Ninguém está defendendo aqui aqueles criminosos que desmatam, que querem acabar com a nossa natureza. Todavia, Senador Jefferson Praia, Senador Augusto Botelho, meu caro amigo Borges, nós temos que ter uma política clara, definida, para a nossa região. Hoje não temos regras claras para saber o que realmente pretende o Governo Federal fazer com os 25 milhões de brasileiros que moram naquela região.

V. Ex^as que são de outros Estados não têm acompanhado as nossas dificuldades. O Governo só fala em criar força nacional, cria-se a força ambiental, manda a Polícia Federal, mas não tem uma política clara. Estamos vivendo hoje um momento, Senador Augusto Botelho, de insegurança jurídica. É preciso que haja realmente uma política clara, definida, para que o Brasil tenha a visão de que muitos brasileiros que estão na região amazônica ali chegaram por indução do Governo Federal. E quem está defendendo a nossa soberania

somos nós que estamos lá; não é o cidadão que está no sul ou no sudeste deste País. Somos nós que estamos lá defendendo nossos interesses, sobretudo a soberania nacional.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a, homem que também vive da terra, sabe que, se as terras da Amazônia estivessem regularizadas em nome das pessoas que vivem lá, elas seriam muito mais protegidas, porque quem vive da terra trata bem a terra, Senador; quem vive do produto da terra trata bem a terra. Os que saem derrubando e destruindo tudo são pessoas que não vivem da terra! Por isso, temos que regularizar as terras dos homens da Amazônia, porque, com certeza, eles não vão deixar ninguém invadir para tirar árvore sem autorização, de modo ilegal. Um dos grandes problemas dos homens da Amazônia, dos 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, é que suas terras não estão regularizadas; principalmente nos próprios municípios as terras não estão regularizadas. Então, tem que se tomar uma posição neste País para definir a propriedade da terra na Amazônia. Aí, sim, o Governo não vai gastar nada para proteger as florestas, os animais, os mananciais, porque quem vive da terra cuida bem dela.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador.

Estou concluindo, Senador Raimundo Colombo.

Quero aproveitar que está presente o brilhante Senador Tião Viana, grande Líder do PT, para fazer um apelo a V. Ex^a, como grande brasileiro, como homem conhecedor profundo da nossa região, até porque mora também no Estado do Acre. Queria pedir a V. Ex^a, sobretudo ao Presidente Lula, que é um homem coerente, sensato, um grande estadista, que tem um compromisso com a classe trabalhadora, que, em vez de mandar a Força Nacional, a Polícia Federal, que está gastando R\$180 milhões na Operação Arco de Fogo, mande para lá mais técnicos do Incra, mande mais pessoal do Ibama, para fazer uma fiscalização mais rígida, e mande realmente uma política definida.

Para que V. Ex^a tenha conhecimento, eu fui a Machadinho d'Oeste há poucos dias, presidindo a Comissão Externa de Riscos Ambientais. Em Machadinho d'Oeste, que V. Ex^a deve conhecer, no Estado de Rondônia, apenas 4% da população urbana e rural, até hoje, tem o título da terra em mãos. Noventa e seis por cento dos brasileiros que moram ali, das propriedades rurais e urbanas, não tiveram acesso ainda ao título da terra. É isso que induz, que manda o cidadão para a clandestinidade. Esse cidadão, muitas vezes, é obrigado a derrubar e a vender uma árvore de forma errônea, não permitida, naturalmente, pelas leis do

Brasil, para dar o sustento a sua família, porque ele não pode ter acesso a crédito algum. Nenhum banco lhe dá financiamento, porque ele não tem o documento da terra.

Então, é preciso fazer aqui uma força-tarefa, mandar mais técnicos do Incra para regularizar a situação fundiária. Não é só lá. No Mato Grosso, é a mesma situação. Sábado, estive em uma região chamada Baixo Araguaia, em meu Estado, onde se encontram dezessete cidades. A cidade onde fizemos o encontro chama-se Confresa, de 25 mil habitantes. Dos 25 mil habitantes que moram ali, acho que 15 mil são de famílias assentadas. Ninguém tem acesso ao título da terra. Há o maior clamor. Levantaram dez brasileiros, daqueles de mão calosa, vermelha, com o sol da Amazônia, fazendo um apelo: "Senador Jayme Campos, nos ajude a ter acesso ao documento da terra." É isso que precisamos mudar. No dia em que o Governo fizer a sua parte, com certeza o cidadão que está ali – como bem disse o Senador Augusto, ele não quer ser nenhum desmatador de forma irregular – vai preservar a nossa fauna, a nossa flora. Agora...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...precisamos de uma política definida, clara, com marco regulatório, com segurança jurídica. Aí, sim, teremos, com certeza, homens, mulheres e jovens preocupados com a preservação. Caso contrário... O senhor tem acompanhado e visto, porque é homem sábio, inteligente, bem informado; semana passada, foram presas em Mato Grosso 43 pessoas que estavam comprando madeira de reservas indígenas – os próprios índios vendendo para os madeireiros. Então, o que acontece? Existe o corrupto e o corruptor. Nesse caso, o Governo Federal tem a responsabilidade, através da Funai, de fazer uma política de proteção às nossas reservas indígenas.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua bondade, na certeza absoluta de que a nossa voz terá de ser ouvida aqui no plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – Cumprimento V. Ex^a e convido o Senador Augusto Botelho para falar pela Liderança.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Raimundo Colombo, apenas para pedir a minha inscrição para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Colombo. DEM – SC) – O senhor está inscrito, Senador Tião Viana.

O primeiro será o Senador Geovani Borges, depois, o Senador Augusto Botelho, pela Liderança, e logo em seguida o senhor.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, eu ainda não devia ter 30 anos quando li uma pesquisa surpreendente. Nela, o pesquisador, seriíssimo, dedicado e estudado, provava por "a" mais "b", que a fonte que alimentava a violência e grassava a moral de uma sociedade não era a miséria e a desigualdade. Era, primeiramente, e sobretudo, a impunidade.

Três décadas depois, outros estudos se juntaram àquele e todos foram unâimes em reconhecer a impunidade como inegável chamariz à transgressão.

Esta é a razão pela qual subo a esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, e parabenizo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Tarso Genro pela sanção do pacote que agiliza julgamentos na área do Código de Processo Penal.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta segunda-feira, projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado, no final do mês de maio, que muda alguns itens do Código de Processo Penal.

Após serem assinadas, as novas regras entram em vigor dentro de 60 dias. O intuito das medidas é alterar pontos do Decreto-Lei nº 3.689/41, o Código de Processo Penal, de forma a tornar mais rápido o trâmite dos processos e simplificar as decisões judiciais.

Foram assinados três projetos de lei. O nº 4.203/01 modifica as regras do Tribunal do Júri e, entre outras mudanças, prevê redução no tempo dos debates. Atualmente, defesa e acusação têm duas horas nos debates e meia hora em eventuais réplicas e tréplicas. A nova regra estabelece uma hora e meia para os debates e uma hora para eventuais réplica e tréplica.

Já o Projeto de Lei nº 4.205/01 proíbe a juntada de provas obtidas de forma ilícita a processos. O objetivo é não contaminar os autos.

A mudança de procedimentos durante o curso do processo penal são propostas pelo Projeto de Lei nº 4.207/01. Entre outras coisas, ele determina que o juiz pode estabelecer o valor mínimo de indenização para a vítima, sem necessariamente ter o protocolo da ação civil na justiça para reparação de danos, sejam eles morais, financeiros, físicos ou psicológicos.

Entre as mudanças está o fim dos recursos contra penas acima de vinte anos.

A alteração impedirá que voltem a ocorrer casos como o da condenação e posterior absolvição do fazendeiro acusado de participar do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Ele foi condenado no primeiro julgamento a mais de 20 anos e, por isso, ganhou o direito de ser julgado novamente. Era discriminatória. E deu no que deu.

Suzane von Richthofen, aquela moça de classe média alta de São Paulo que chocou o Brasil inteiro quando matou os pais a pauladas, com a ajuda do namorado, foi condenada a 38 anos de prisão, não poderá, por exemplo, quando completar 20 anos de prisão, ter um novo julgamento que diminua a pena dela.

Além disso, a legislação altera a votação pelos jurados. Hoje, eles, que não têm formação jurídica, precisam responder a algumas perguntas em linguagem formal e sobre questões técnicas do Direito. É comum, portanto, que não compreendam bem os quesitos e votam diferentemente do que pensam ou em total desacordo com as provas.

Na semana passada, o Ministério Público Federal emitiu parecer defendendo a anulação do júri que condenou o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves a 19 anos de prisão por matar a jornalista Sandra Gomide. A justificativa é de que houve erro na redação dos quesitos.

Com a nova regra, serão apenas três as perguntas básicas dirigidas aos jurados: se o crime ocorreu; se o réu foi o autor e se ele é inocente ou culpado. Em síntese, as principais mudanças são:

1 – A instrução e o julgamento do processo serão feitos em somente uma audiência;

2 – Extinção do segundo julgamento automático para os condenados a mais de 20 anos de punição;

3 – Autoriza o seqüestro de bens dos acusados, segundo o Código de Processo Penal;

4 – Utilização de tornozeleiras eletrônicas para monitorar os detentores que cumprem pena em regime semi-aberto ou são beneficiados com saídas da prisão no fim de semana e feriados;

5 – Os seqüestros relâmpagos serão tratados como crime (antes eram extorsão e/ou roubo).

Para o Advogado-geral da União, José Antônio Toffoli: “Esse pacote racionaliza o Processo Penal Brasileiro, o que vai intimidar aqueles que não querem cumprir a lei.”

As mudanças também terão impacto direto no julgamento do pai e da madrasta da pequena menina Isabella Nardoni, esganada e morta em 29 de março deste ano.

Com as novas regras, será reduzido de quatro para um o número de audiências de instrução, inquirição de testemunhas e produção de provas, por exemplo.

Nos julgamentos envolvendo crimes contra a vida, deixa de haver adiamento, deixa de haver adiamentos por ausência do réu. E não será mais permitida a leitura de peças processuais depois da apresentação do relatório pelo presidente do tribunal do júri.

Para um Código que já tem mais de meio século de vida e muita poeira entre suas leis, este é um

momento de júbilo e que merece o aplauso de toda a sociedade.

Era o que tinha dizer, no tempo regimental, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Raimundo Colombo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Queria aproveitar, Senador, para cumprimentar o Desembargador Régis, de São Paulo, que foi o relator, e também o outro juiz, que compreenderam toda essa situação que V. Ex^a descreveu e relataram com o objetivo bem claro de ter uma redação que desse velocidade, inclusive anulando a possibilidade do recurso natural de quem fosse condenado a mais de 20 anos ter um novo julgamento. Então, isso foi eliminado graças à experiência e ao conhecimento dos dois desembargadores que hoje são Deputados – estão aqui conosco.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a e insiro-a no meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra o Senador Augusto Botelho, como Líder, por cinco minutos e mais o que precisar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu falo em cinco minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma observação. Li naquele papelzinho que vem na mídia que o Presidente Lula baixou uma nova norma para o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Até hoje o teto de financiamento para os agricultores era em torno de R\$28 mil, mas o Presidente baixou uma norma aumentando o capital disponível para a agricultura familiar, de forma que poderão acessar até R\$100 mil. Acho que esse é um grande passo para a produção de alimentos no Brasil, porque a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. Eu gostaria de me congratular com os agricultores familiares, com todas as Fetags e sindicatos rurais, porque os produtores terão acesso a mais crédito.

Mas o tema sobre o qual vou falar hoje é desigualdade salarial e aumento da escolaridade. O jornal **Valor Econômico**, do dia 27 de maio, trouxe importante matéria mostrando que o aumento da escolaridade média do trabalhador brasileiro está ajudando a

reduzir a desigualdade salarial em nosso País. A reportagem foi baseada em um levantamento realizado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (Universidade de São Paulo), que tomou por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Segundo a pesquisa, enquanto em 1981 uma pessoa tinha um salário 16,4% maior que outra com um ano de escolaridade a menos; em 2006, essa diferença caiu para 11,3%. Só um ano de escolaridade dava uma diferença de 16,4% de salário e, agora, está dando uma diferença de 11,3%.

Segundo a pesquisa, depois da década de 80, tem-se observado um aumento da desigualdade salarial provocada pela entrada no mercado de trabalho de poucas pessoas mais qualificadas, e por isso o Brasil estaria passando hoje por um período de transição entre os efeitos maléficos e benéficos do incremento educacional sobre os salários, que deve durar pelo menos mais quatro anos.

O aumento de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho faz com que seja preciso ter um nível de educação cada vez mais alto para que o salário seja expressivamente maior. Por isso, defendo tanto a importância dos Centros de Ensino Tecnológico, os Cefets, como os que temos em Roraima. Temos dois em funcionamento e um em construção no Município de Amajari.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que o mercado de trabalho tende a remunerar mais quem tem mais escolaridade. Porém, à medida que a qualificação começa a ficar generalizada, a diferença salarial tende a diminuir.

Por isso, o Brasil tem de investir cada vez mais em educação de qualidade. Precisamos qualificar cada vez mais nossos profissionais. Pesquisas recentes mostram que sobram vagas no mercado de trabalho para gente qualificada, especializada.

Em vinte anos a média da escolaridade dos trabalhadores brasileiros praticamente dobrou, segundo o **Valor Econômico**. Em 1981, o brasileiro assalariado tinha em média 4,4 anos de estudo. Até 2006, essa média subiu para 7,4 anos. Dentro desse total, o percentual de trabalhadores com ensino médio foi o que mais cresceu, de 16,6% para 38,3% no período.

O número de pessoas com diploma de graduação também sofreu uma alta significativa. Em 2006, as pessoas empregadas com ensino superior representavam 12,6%, frente a 8,7% em 1981.

A pesquisa mostra também que, no começo dos anos 80, a diferença entre o rendimento salarial médio dos 10% mais pobres e o dos 10% mais ricos da amostra da pesquisa era de doze vezes. No fim da

década de 80, a diferença salarial se acentuou devido ao ingresso de pessoas mais qualificadas no mercado de trabalho, e o salário médio dos 10% mais ricos chegou a valer 16,5 vezes a média do grupo dos 10% mais pobres.

Foi nos anos 90 que essa desigualdade salarial começou a cair, reduzindo para treze vezes a relação entre os maiores rendimentos e os menores rendimentos.

De 2001 a 2006 – já estou encerrando, Sr. Presidente –, essa diferença caiu ainda mais e ficou em 9,5 vezes. Segundo a pesquisa, os números mostram que os investimentos em educação estão dando frutos agora, mas ainda é preciso investir na qualidade da educação oferecida aos brasileiros.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Senador Tião Viana, Senador Jefferson Praia, o que podemos observar com essa pesquisa é que a influência do fator educação nos salários tem aumentado atualmente, conforme cresce a presença de pessoas com ensino médio no mercado de trabalho. Isso porque, a partir dos anos 90, ganhou força a universalização da educação até o ensino médio, e 10% da queda da desigualdade salarial foi influenciada pelo aumento da escolaridade.

Esse percentual é obtido quando é comparada a evolução dos salários entre pessoas diferentes apenas em relação aos anos de estudo. De 2001 a 2006 o impacto da educação sobre a diminuição da diferença salarial foi ainda maior, de 22%.

Apesar da diminuição da diferença salarial, é importante ressaltar que hoje, apesar da melhoria da média de anos de estudo, ainda há muita gente no mercado de trabalho com baixa escolaridade, o que impede uma maior homogeneização dos salários dos brasileiros.

Quase a metade dos assalariados em 2006, 49% dos trabalhadores brasileiros, não havia concluído o ensino fundamental. Quase a metade dos trabalhadores!

Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo, o Brasil precisa, mais do que nunca, investir em educação de qualidade e acessível a todos os brasileiros e brasileiras.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Jefferson está pedindo um aparte a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Quero apenas parabe-

nizá-lo pelas observações que V. Ex^a faz com relação à qualificação e ao nível de renda dos trabalhadores. Eu gostaria de contribuir com as reflexões que V. Ex^a faz neste momento, quando destaco a questão da qualificação e da empregabilidade. Hoje temos empregos no Brasil, mas não temos pessoas capacitadas, qualificadas para atender a essa demanda. Então, parabéns pela preocupação de V. Ex^a quanto à capacitação e qualificação dos trabalhadores brasileiros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Inclusive no seu Estado, onde a tecnologia é mais desenvolvida no Brasil, eu sei que nós temos esse problema.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – De 2005 a 2006, fui Secretário Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e tivemos a oportunidade de desenvolver trabalhos no sentido da preparação dos nossos trabalhadores para que eles pudessem ter a oportunidade de ter o emprego. Tínhamos a situação de ter emprego e não ter pessoas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – ...preparadas para atender à demanda. Parabéns, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadores Jefferson Praia e Sr. Presidente Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para uma comunicação inadiável.⁵

Gostaria de comunicar à Casa que os relatores da mudança do Código de Processo Penal foram o Dr. Flávio Dino, Juiz Desembargador do Maranhão; e o Dr. Régis de Oliveira, Desembargador em São Paulo e, hoje, Deputado Federal.

Com a palavra o Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nós, na Amazônia, vivemos uma situação muito especial em relação à Amazônia cada dia se tornando mais importante no cenário nacional, no cenário internacional, por tudo que ela representa.

Hoje, o debate foi intenso na sessão especial lembrando o Dia do Meio Ambiente. Foi um debate ideológico, no qual houve profundidade nas discussões. As teses foram defendidas com absoluta liberdade.

E nós, da Amazônia, temos procurado, ao nosso modo, achar saídas. Há um reconhecimento pleno de que nós temos a maior reserva mineral do planeta, ali localizada, possivelmente. Nós somos detentores da maior floresta tropical do planeta da região, a maior

reserva de água doce do planeta e a maior concentração da biodiversidade. Então, isso não se constitui em pouca coisa. Isso representa um verdadeiro vetor que aponta uma saída definitiva de força para o Brasil como Estado forte, um Estado Nação à altura dos desafios do Século XXI.

Por essas e outras razões estratégicas, afirma-se que o Brasil vai chegar ao ano 2030 como uma das três maiores potências do mundo. Portanto, temos o dever de cuidar muito bem da nossa Amazônia, de apontar saídas inteligentes e que correspondam ao que representa para todos nós.

No Estado do Acre, venho acompanhando este debate há muitos anos e, no ano de 2000, já pude apresentar uma emenda ao Plano Plurianual, defendendo recursos para que se viabilizassem as condições de estudo do potencial mineral do Estado, do potencial petrolífero, do potencial de gás, porque todo o nosso Estado está constituído dentro de uma região de bacia sedimentar. Temos a Bacia do Solimões de um lado, a Bacia do Madre de Deus de outro, com a Amazônia peruana nos cercando em 2.500 blocos e poços de petróleo, muitos deles funcionando, sendo colhidos. Alguns estão há poucos quilômetros da nossa fronteira em pleno funcionamento.

Temos a bela experiência vivida em Urucu, onde a Petrobras tira 9 milhões m³ gás por dia, devolvendo 7,5 milhões, porque ainda não há o gasoduto. Eu mesmo vou participar de uma missão com a equipe de representantes do Estado, o Governador do Estado, para mais uma visita à região de Urucu. Temos o Carauari, às margens do rio Juruá, que é o segundo polo com maior potencial de gás do Brasil, ainda naquela bacia sedimentar.

E tenho procurado desenvolver parceria junto às instituições do Governo, que possam se aliar a essa causa. Procurei o apoio do Ministério de Minas e Energia, para que o meu Estado tivesse instalado o seu Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM, porque o Acre não tem ainda. Essa unidade e estudos isolados aleatórios apontaram ricas presenças de cassiteritas, de tungstênio, presenças isoladas de gipsita, presença de calcário. Outros já têm estudos pedindo licenciamento para exploração até de diamante naquela região. Há indícios apontando forte reserva de lítio no nosso subsolo, que é um pré-carvão, hoje muito utilizado nas térmicas de alguns países da América do Sul. Então é preciso que haja um estudo definitivo.

Enquanto se observa o mapa de estudos estratégicos por parte daqueles que buscam nas riquezas minerais saídas econômicas, observa-se forte desenho

de potencial mineral distribuído na Amazônia que não se vê nos órgãos oficiais.

Então, algo está acontecendo. Muitos ficam olhando apenas para o debate da soberania, da internacionalização, mas, na verdade, o gravíssimo problema do narcotráfico na Amazônia, o gravíssimo problema do potencial não definido, não desenhado, para uma intervenção estratégica do Estado brasileiro, além do potencial madeireiro, que é frágil, em termos do seu uso, do seu manejo sustentável, e as reservas de água doce do Planeta se constituem no nosso maior desafio.

Foi por essa razão que eu reivindiquei ao Ministério de Minas e Energia, ao então Ministro Silas Rondon, que tratou com muita sensibilidade o problema, e o atual Ministro Edison Lobão assegurou um inventário mineral para a nossa região da Amazônia Ocidental Brasileira, o nosso Extremo Oeste, que não tem ainda esse desenho estratégico feito.

Acredito que muito em breve teremos a resposta. Estamos finalizando o acordo entre o Governo do Estado da área de meio ambiente com o Ministério de Minas Energia e espero que o Acre possa dar uma resposta auspíciosa quanto ao seu futuro mineral para uso sustentável, respeitando todas as áreas de conservação, todas as áreas que digam respeito às reservas legais, que são sagradas para nós que fazemos políticas públicas no Acre no dia de hoje.

Não sei se o Senador Jefferson Praia quer fazer um aparte ou se vai falar depois. (Pausa.)

Com a generosidade do Presidente.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Quero apenas parabenizá-lo, Senador Tião Viana, diante da preocupação de V. Ex^a quanto ao potencial mineral da nossa região. Entendemos que temos de aproveitar nosso potencial mineral e madeireiro, na verdade, toda a nossa biodiversidade e toda a riqueza que Deus nos deu, de forma sustentável. Tenho certeza de que V. Ex^a pensa dessa maneira, quando propõe o inventário mineral. Eu gostaria de parabenizá-lo pela preocupação com o bom aproveitamento e com o encaminhamento de soluções nesse sentido. Parabéns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que sei que está nesta Casa com a mais elevada preocupação na defesa da partilha das riquezas minerais e estratégicas do Estado do Amazonas com a sua população. Urucu é um exemplo disso. O que Urucu tem contribuído, em termos de *royalties* e de arrecadação indireta, com as populações que vivem na Amazônia, é algo marcante para quem quer entender a compatibilidade entre preservação ambiental e uso inteligente das riquezas.

Então, Sr. Presidente, era esse agradecimento ao Ministro Edison Lobão pela atenção e a pronta busca

de uma solução de trabalho conjunto com o Governo do Estado na definição das potencialidades das riquezas estratégicas do Estado do Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Esta Presidência quer saudar os alunos do curso de Direito da Faculdade Católica de Uberlândia. Damos-lhes as boas-vindas e agradecemos a presença dos senhores nesta Casa.

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, como orador inscrito.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o querido amigo Romeu Tuma, nosso nobre Senador, líder destacado, as Srs e os Srs. Senadores.

Eu gostaria de abordar dois temas importantes para mim e de me posicionar em relação a eles.

Tenho recebido muitos *e-mails* e também tenho sido procurado por muitos vereadores em Brasília, nos últimos quinze dias, para tratar da questão da PEC que foi aprovada na Câmara dos Deputados e que está no Senado. A angústia dos vereadores é para saber se ela será votada ou não. Os *e-mails* e a sociedade reclamam exatamente do desperdício do dinheiro público, do excesso de gastos na área pública, que eu reconheço como verdadeiro.

A PEC aprovada na Câmara vem com uma medida importante, que é a diminuição do percentual a ser repassado para as câmaras de vereadores. Por outro lado, ela aumenta o número de vereadores, voltando quase ao número anterior.

Eu gostaria de enfocar isso sobre uma realidade que vivenciei como prefeito da minha cidade, Lages. Nós tínhamos 21 vereadores e passamos a ter 12. O que aconteceu de prático? Os nove que não se elegeram eram vereadores humildes, vereadores com serviços prestados, principalmente nos bairros mais pobres, que não tinham como conseguir mais votos do que conseguiram. A partir do momento em que se concentrou, eles perderam representatividade.

A origem dessa ação é que nós precisávamos reduzir custos. Isso não aconteceu. Por que não aconteceu? Porque, a partir do momento em que os percentuais a serem repassados ficaram os mesmos, as câmaras de vereadores, praticamente todas elas, por todo o Brasil, incharam, aumentaram o número de funcionários, procuraram ter novos equipamentos, e a verdade é que a sociedade não ganhou com essa decisão; ela perdeu, porque perdeu representatividade, as Câmaras empobreceram o seu debate, a questão das pessoas mais pobres não chegava, e o

objetivo mais importante, que era o de reduzir custos, não aconteceu.

Então, essa PEC corrige essa questão: ela devolve o número de vereadores, mas diminui o percentual. A reclamação é de que nós precisamos fazer com que esse número volte a ser um número real, porque baixou de 8 para 3,5 ou de 7 para 2,75. É uma medida muito drástica, e as câmaras não teriam capacidade de suportar essa redução.

O que nós temos que fazer? Negociar essa questão, porque é preciso reduzir o percentual, e acho que todos os vereadores concordam com isso. É desejável que se aumente o número, e as coisas não são incompatíveis; elas são possíveis de ser realizadas, reduzindo o custo, diminuindo aquilo que a sociedade paga para ter um Poder Legislativo, e é possível também trazer de volta uma maior representatividade. Elas não são incompatíveis, é possível fazer essa operação.

Para a eleição deste ano, isso não vai acontecer mais. Não há mais prazo, não há mais tempo, não há acordo aqui no Senado, de tal forma que não haverá essa tramitação em prazo – ou seja, até o final do mês – para ser votada a matéria. Caso houvesse uma mudança aqui, ela teria que voltar para a Câmara, são duas votações com quórum qualificado aqui, quórum qualificado lá, de tal forma que não teríamos condições de, modificando, vencer os prazos. Então, não haverá essa votação aqui no Senado.

O Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, por quem tenho grande admiração, vai fazer aquilo que é correto: vai ouvir todos os segmentos, vai debater profundamente essa questão, vai ter o tempo necessário para fazer com que a gente consiga construir o melhor projeto para a sociedade. O Poder Legislativo é muito importante, a representatividade dele é essencial, mas nós também temos a necessidade de reduzir o custo do Poder Legislativo – creio – em todas as esferas: federal, estadual e municipal, porque isso é uma realidade que tem de estar presente.

Associo essa questão de reduzir custos e administrar melhor o dinheiro público a isso que está acontecendo agora na Câmara. A Câmara dos Deputados está em processo de votação para criar a tal da CSS. Pensei até que isso não seria votado. Eu não quis tratar do assunto na tribuna. Tenho sido cauteloso quando uso a tribuna, procurando abordar apenas temas importantes ou realmente fundamentais, que justifiquem eu estar aqui. Não quero tomar o tempo de ninguém e entendi que não deveria usar da tribuna, porque não acreditei, sinceramente, que o Governo tivesse a coragem e, mais do que coragem, o desrespeito de propor isso novamente. E não adianta vir com essa conversa de que isso é uma iniciativa parlamen-

tar porque – vamos ser sinceros – ninguém é idiota. O Governo quer, sim, aumentar o imposto, é dele a iniciativa. Por isso, está sendo votado na Câmara dos Deputados e, se aprovado lá – e provavelmente será –, virá para o Senado.

Eu vou votar mais uma vez contra. Não vejo nenhuma razão para aprovarmos essa medida, que vem mascarada, porque já não é mais uma emenda constitucional, mas uma lei complementar, o que muda profundamente, porque, para uma emenda constitucional, para uma PEC são necessários três quintos, enquanto que uma lei complementar exige maioria absoluta, ou seja, 41 votos. Imaginem se é possível aumentar imposto por lei complementar... E nem é imposto, mas contribuição, o que é pior, porque não é repartido com Estados e Municípios. Mas, na verdade, é imposto, porque, no fundo, tira do bolso do cidadão, e é cumulativo. Então, realmente não temos saída. Temos de lutar muito para rejeitar isso.

Saiu a CPMF, mas a arrecadação aumentou.

Todos os jornais, a imprensa, o Governo divulga isso. Até porque o Governo não foi passivo, pois aumentou o PIS, aumentou a Cofins e já arrecadou mais do que arrecadaria se houvesse a CPMF e não tivesse havido o crescimento da arrecadação.

Ora, todos os jornais mostram que o PIB está crescendo bem menos do que o dos outros países, é verdade, mas está crescendo. E, evidentemente, se aumenta o crescimento da economia, aumenta a arrecadação, e não há nenhuma razão, nenhuma justificativa para que votemos e criemos mais esse imposto.

Então, eu me posiciono claramente contrário, vou votar contra, acho isso uma coisa ruim.

O Senador Paulo Paim, aqui presente, sabe que a Revolução Farroupilha se deu exatamente dentro desses princípios. O Governo do Império taxou o charque, a carne, e o povo se revoltou. Era mais negócio comprar carne no Uruguai do que produzir e comercializar a nossa carne aqui. Foi um episódio dos mais épicos, mais importantes, do qual tenho orgulho, porque a minha origem é toda de Santa Catarina, Estado vizinho do Rio Grande do Sul, e participamos juntos da Revolução Farroupilha, em 1835, que durou dez anos e teve como bandeira a luta contra o aumento de impostos.

A Coroa Portuguesa cunhou uma frase aqui que era “vá para o quinto dos infernos”, porque os impostos aumentaram 20%, que representam um quinto, e isso virou um ditado popular que vejo repetido até hoje. Então, já houve guerra, já houve gente mandando para o inferno, mas, na verdade, o imposto continua aumentando. E o Brasil é um dos países que têm a mais alta

carga de impostos do mundo, num sistema complexo, ineficaz, que prejudica o desenvolvimento do País.

As pessoas têm dito que tirou a CPMF, mas não baixou o custo das coisas. Como não baixou? Evidentemente, a realidade de mercado vai impor essa situação: o custo é menor, vamos ter competitividade e aí o preço vai reduzir. Dessa forma, esse imposto em cascata é absolutamente desnecessário.

Acho que o Senado deveria, mais uma vez, fazer como fez – tenho orgulho de ter participado, e respeito todos por isso –, não aceitando esse imposto, derrubando essa iniciativa, impondo um limite ao Governo. Confesso que é difícil de acreditar, mas até parece que o Governo ficou tão soberbo que não engoliu aquela derrota como um limite da sua atuação e, mesmo sem precisar, tenta quebrar a espinha do Congresso Nacional, trazendo-o de volta. Nesse sentido, inclusive constrange Parlamentares da sua base, pois muitos que vão ser candidatos nessa eleição terão que ir lá e dizer “sim” quando querem dizer “não”, para satisfazer o rei, porque realmente querem devolver aquela derrota que sofreram. E é muito ruim quando se percebe um governo que não está sensível ao clamor popular e que não respeita o resultado de uma decisão do Senado, soberana e bem associada à vontade popular, vindo e impondo outra vez: “Não, vamos votar. Vai ser na marra e nós vamos mostrar que o que a gente quer a gente consegue!”. E quando um governo fica insensível, fica achando que é o dono da verdade, que é o dono do mundo, que pode tudo, ele começa a errar. Já erra quando não investiga, já erra quando não deixa apurar, já erra quando não é sensível a críticas e, agora, de forma clara, erra quando impõe à sociedade uma coisa desnecessária, que ela não quer, impõe a este Congresso, impõe ao Senado.

Temos que resistir. Este é o momento da resistência, e essa resistência não é personalista, não é oposicionista, não é de partido contrário, mas uma resistência de princípios.

Na verdade, não há por que aumentar imposto. Nós temos que modificar esse modelo, nós temos que simplificar e nós temos que reduzir. Nenhuma sociedade, nenhum povo paga tanto imposto quanto o brasileiro e, pior, recebe tão pouco de volta. Um Estado ineficiente, que já vem há muito tempo e que não dá às pessoas o retorno necessário. É só ver o que acontece com os aposentados. Aposentam-se e começam a perder o poder aquisitivo cada vez mais. É só ver o serviço público que é oferecido à sociedade brasileira e se percebe que não há nenhuma razão para se pagar mais imposto do que se paga. Não há nenhuma esperança de que o serviço público seja mais eficiente e melhor. Pelo contrário, o que a gente vê é um Estado

gastando mais, de forma perdulária, e comprometendo tudo aquilo que os economistas, ou quem entende de economia, orienta.

O Governo precisa reduzir seus custos, precisa diminuir seu tamanho, precisa aumentar sua eficiência e não pode tirar mais da sociedade para alimentar esse gigante que está aí, prejudicando a sociedade. É muito difícil carregar o Estado brasileiro nas costas como a sociedade faz. E, aí, eu falo, evidentemente, de quem produz. E homenageio os trabalhadores brasileiros como um todo.

Votar contra essa CCS é realmente impor um limite ao Governo e libertar a sociedade desse custo abusivo que o Governo impõe sobre todos nós.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, concedo o aparte com o maior prazer a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero muito respeitar a sua opinião, mas gostaria de transmitir que a minha é diferente, porque me parece que há uma enorme responsabilidade por parte do Ministro da Saúde em explicar que, para o Programa de Aceleração do Crescimento, sobretudo na área da saúde, se faz necessária a obtenção desse recurso. Acho que quando a Oposição, no ano passado, avaliou que poderíamos ter uma contribuição sobre as operações financeiras, desde que mais modesta, poderíamos ter chegado a um entendimento. E agora a contribuição sobre a movimentação financeira, com este nome...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...Contribuição Social para a Saúde, é bem mais modesta, de 0,10%. Então, acho que o bom senso pode nos levar a votar favoravelmente. Quero apenas expressar o meu voto, que será favorável.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ouço com o maior respeito a sua posição. Evidentemente, temos posições contrárias. Se você colocar 0,10% e incluir mais o PIS e a Cofins, que aumentou, e mais o que vem por aí, vamos voltar aos 0,38%.

Na verdade, existem formas de arrecadar que seriam muito mais justas do que tirar da sociedade, como, por exemplo, taxar o lucro dos bancos, que este ano, certamente, vai passar de 10 bilhões. Bancos como o Bradesco e outros tantos que estão aí, com o que certamente V. Ex^a concorda.

Agradeço sua participação e agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a não pregou a Revolução Farroupilha outra

vez, mas a revolução pelos votos, pela coragem e pela dignidade.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Com certeza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a está inscrito e pode usar da palavra por cinco minutos, com a intercalação. Em seguida, o Senador Suplicy, com a concessão do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se o Sr. Senador Flávio Arns me permitir, Sr. Presidente, de forma muito rápida, é um assunto que tem muito a ver com V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Como eu não terei a oportunidade de usar a palavra ainda no dia de hoje, queria registrar, Sr. Presidente, a importância de que esta Casa, de uma vez por todas, referende a convenção internacional sobre as pessoas com deficiências.

Falava hoje com o Senador que vai ser o Relator, que é o Senador Eduardo Azeredo. Já que a pauta está trancada, poderíamos, neste período, fazer uma audiência na Comissão de Direitos Humanos – o Ministro Paulo Vannuchi já confirmou que viria –, para que se acelerasse e que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência seja, de uma vez por todas, regulamentado.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, este pronunciamento e, na mesma linha, um outro, porque quero dar exemplo do dinheiro público bem aplicado mediante uma emenda que foi por nós encaminhada ao Município de Alto Alegre.

Era isso. Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores: É com muita alegria que volto a esta tribuna para registrar um excelente exemplo de utilização dos recursos públicos.

Sou um batalhador incansável para que a nossa população tenha, cada vez mais, melhores condições de vida, seja na saúde, na educação, no trabalho ou lazer.

Saber que o município gaúcho de Alto Alegre é parceiro nesta empreitada me deixa muito satisfeito.

Nesta semana estiveram no meu gabinete os vereadores Cleber Luiz Corneli e Alex Morgan, representantes dos alto alegrenses trazendo as boas novas

Será investido na agricultura do município o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos de emenda parlamentar de minha autoria, com a contrapartida da prefeitura, para aquisição de diversos equipamentos agrícolas como Pulverizador para Fruticultura, Esterqueira Tanque-Bomba, Enciladeira, Caldeira e Conexões, Máquinas de Tosquiar, Plantadeira e Batedeira de Milho e Batedeira de Cereais.

Farão uso comum desses equipamentos, produtores de laranjas, de leite, de plantas aromáticas e condimentos, criadores de ovelhas e pequenos agricultores familiares.

Serão beneficiadas de forma direta 498 famílias e, indiretamente, mais de 1.000 (mil) pessoas, dentre uma população de 2.136 (dois mil cento e trinta e seis) habitantes.

Parabenizo o prefeito, Etelvino Morgan, a Câmara de Vereadores e toda a comunidade de Alto Alegre por esta exemplar iniciativa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., Senadores, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 28 de maio, por 353 votos e 4 abstenções, em segundo turno, o Projeto de Decreto Legislativo 563/08, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Câmara cumpriu o seu papel, agora é a vez do Senado Federal fazer a sua parte neste processo e dar a este belíssimo documento construído pelas pessoas com deficiência e pessoas envolvidas nessa causa em todo o mundo, a força de emenda à constituição.

O PDS 90/2008, por tratar de convenção internacional sobre direitos humanos, previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, terá dois turnos de tramitação, dependendo para sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa e foi lido ontem em plenário.

Agora a matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos regimentais, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

Quero enfatizar aqui que no próximo dia 19 haverá uma audiência pública para alavancar a tramitação do projeto nesta Casa e debater o tema.

Da mesma forma, faço um apelo ao Senado, faço um apelo à Câmara dos Deputados para que votem o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto já foi aprovado aqui, na Comissão de Direitos Humanos, por unanimidade.

A meu ver, o momento é bastante interessante, a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, em uma das Casas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, noutra.

Aprovar estes dois documentos é fundamental e virá coroar uma luta histórica das pessoas com deficiência, mas não será o fim dessa luta. Para que os direitos sejam de fato direitos adquiridos, eles precisam sair do papel e ganhar a consciência de todos . –

Sr. Presidente, aproveito para lembrar também que no dia 29 de maio, seis dos 11 ministros do STF votaram a favor da continuidade das pesquisas com células tronco.

A partir de agora, a busca pela cura de traumas e doenças usando embriões humanos no país depende apenas da capacidade dos cientistas e da garantia de recursos.

Pela maioria dos votos, foi considerada improcedente a Ação de Inconstitucionalidade movida pelo ex-procurador geral da república Cláudio Fontelis.

O Brasil é o primeiro país da América Latina e o 26º do mundo a permitir esse tipo de trabalho.

Para Patrícia Pranke, professora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a decisão permitirá à comunidade científica concorrer a verbas para estudar o material dos embriões e melhorar a qualidade dos trabalhos que usam células adultas.

Ela explica: – A lei já nos permitia isso, mas, como vinha sendo questionada no STF, cientistas e agências de financiamento não se sentiam seguros

Até o final do ano, os pesquisadores deverão disputar uma verba de R\$ 20 milhões do governo federal para projetos de pesquisa envolvendo células-tronco embrionárias ou adultas.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Ministério do Trabalho localizou oito crianças de quatro, cinco e seis anos e adolescentes usando facas para ralar mandioca e uma casa de farinha de Passa e Fica, a 107 km de Natal. A fiscalização encontrou no local "fumaça, ruídos altíssimos e calor insuportável".

Outra fiscalização encontrou trabalho infantil em olarias da região de Penápolis, a 498 km de São Paulo. A atividade tem restrições totais para menores de 18 anos. Três adolescentes foram encontrados em uma

das olarias: dois garotos trabalhavam com fornos e uma menina de treze anos com moldes dos tijolos.

Esses trechos de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, do dia 7 de junho corrente, são apenas um exemplo da constatação de uma distorção social que tem provavelmente enorme abrangência em todo o País.

Quando nos deparamos com o tema do trabalho infantil, não estamos nos reportando ao fato de, no processo educativo sadio, uma criança ou adolescente ser ensinado, estimulado, para desempenhar alguma tarefa no convívio de sua família. A criança deve aprender a ser cooperativa e responsável. Os pais devem usar de sabedoria para dirigir esse aprendizado, no sentido de que a criança possa desempenhar tarefas adequadas ao seu grau de desenvolvimento e de compreensão.

Seria uma contra-educação deixar uma criança em total ociosidade e desocupação, apenas usufruindo do trabalho das demais pessoas. No futuro, poderá apresentar um comportamento passivo, dependente e insensível. Nesse sentido, estamos falando do trabalho educativo necessário para um bom e integral desenvolvimento da criança e do jovem.

Muito diverso será o trabalho infantil com sentido da exploração da criança ou do adolescente. Neste caso, às custas do seu trabalho, busca-se um resultado financeiro. Caracteriza-se a exploração da criança com todas as consequências para a sua saúde física, mental e psicológica.

Sabemos que, muitas vezes, a família lança mão do trabalho da criança como alternativa de composição da renda familiar. Importante é criarmos a consciência de que não basta identificar e condenar o fato, que é uma realidade. A mudança implica uma análise de suas causas. Sem dúvida, é preciso criar, também no seio da sociedade das famílias, em especial, uma nova postura diante do significado na vida de uma pessoa desse tempo de infância e de adolescência.

Nesse sentido, o poder público deve oferecer os meios para que a família concretize o que é melhor. Surge absoluta necessidade da presença da escola acessível e de boa qualidade e que possa oferecer à criança uma boa formação em tempo adequado. Em muitos lugares deste País, as famílias se ressentem da presença de uma escola também preparada para ser o espaço disponível para uma sadia convivência das crianças e dos adolescentes, principalmente para prática do esporte. A escola precisa ser a realidade atrativa, compensatória, convincente de sua importância.

Descobrimos, então, uma verdade já proclamada por muitos educadores: a trajetória da criança e do jovem está intimamente ligada à escola, que está

essencialmente ligada à vocação do professor, da professora.

A ascensão sócio-econômica das famílias está, sem dúvida, no caminho da superação da exploração do trabalho infantil. Programas sociais emergenciais devem dar séria atenção ao cumprimento do encaminhamento das crianças à escola. As famílias precisam convencer-se de que o investimento na educação dos filhos, a médio e longo prazo, é caminho seguro para a superação das carências econômicas e compensarão de modo significativo a eventual perda de algum recurso que seria obtido com o trabalho infantil.

A abrangência do problema nos deve convencer da absoluta necessidade de uma parceria efetiva da sociedade e dos poderes públicos. Não se pode encarar o fato sob o prisma policialesco, embora certas situações extremas mereçam um enfrentamento mais sério. A questão é, Sr. Presidente, essencialmente, de formação de consciência, de mobilização da sociedade e de uma atuação verdadeira e firme dos poderes públicos.

No processo de formação de uma nova mentalidade, as instituições sociais como igrejas, clubes, associações de moradores e sindicatos podem ter um papel importantíssimo e, muitas vezes, insubstituível. Caberia ao Poder Público, por meio de serviços específicos, preparar material que ajudasse nesse propósito.

Finalmente, concluo que a data do dia 12 do corrente mês – amanhã, portanto –, Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil, traz à nossa reflexão tema de relevância e que precisa estar permanentemente presente no nosso pensar e agir, seja como Poder Público ou como sociedade.

Olhar com atenção e carinho para as nossas crianças e adolescentes, hoje, pode representar significativo avanço civilizatório, que lhes assegure mais expressiva cidadania e lhes garanta um melhor amanhã.

Portanto, Sr. Presidente, neste pronunciamento, gostaria de destacar para esta Casa e para o Brasil a realização amanhã do Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil.

V. Ex^a é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, fazendo um trabalho extraordinário como Presidente, como Parlamentar, como pessoa, e essa é uma questão de direitos humanos. Todos nós devemos batalhar, nos unir, oferecer alternativas e conscientizar todos – sociedade, poderes públicos, de uma maneira geral –, contra a problemática do trabalho infantil em nosso País.

É responsabilidade de todos nós agir em conjunto – também na Comissão de Direitos Humanos, e particularmente lá, onde temos uma Subcomissão da Criança, Adolescente e Juventude – e, juntamente

com a sociedade, fazer o possível para transformar essa realidade de trabalho infantil em construção de cidadania.

Devemos sempre pensar o que colocar no lugar do trabalho infantil: a escola, o apoio, o esporte, o lazer, a ajuda à família, os direitos humanos.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido este pronunciamento para que conste nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLAVIO ARNS (Bloco PT – PR Sem apanhamento taquigráfico.)

Reflexão sobre o Dia Mundial e Nacional Contra o Trabalho Infantil

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério do Trabalho localizou oito crianças – de quatro, cinco e seis anos – e adolescentes usando facas para ralar mandioca em uma casa de farinha de Passa e Fica (107 Km de Natal). A fiscalização encontrou no local fumaça, ruídos altíssimos e calor insuportável....

Outra fiscalização encontrou trabalho infantil em olarias da região de Penápolis (498 km de São Paulo). A atividade tem restrições total para menores de 18 anos. Três adolescentes foram encontrados em uma das olarias. Dois garotos trabalhavam com fornos e uma menina de 13 anos com moldes dos tijolos.

Estes trechos de uma reportagem da Folha de S. Paulo do dia 7 de junho corrente são apenas um exemplo da constatação de uma distorção social que tem, provavelmente, enorme abrangência em todo o País.

Quando nos deparamos com o tema do trabalho infantil não estamos nos reportando ao fato de, no processo educativo sadio, uma criança ou adolescente ser ensinado e estimulado para desempenhar alguma tarefa no convívio de sua família. A criança deve aprender a ser cooperativa e responsável. Os pais devem usar de sabedoria para dirigir este aprendizado no sentido de que a criança possa desempenhar tarefas adequadas ao seu grau de desenvolvimento e de compreensão. Seria uma contra-educação deixar uma criança em total ociosidade e despreocupação apenas usufruindo do trabalho das demais pessoas. No futuro, poderá apresentar um comportamento passivo, dependente, insensível. Neste sentido, estamos falando do trabalho educativo necessário para um bom e integral desenvolvimento da criança e do jovem.

Muito diverso será o trabalho infantil com o sentido da exploração da criança ou do adolescente. Neste caso, às custas do seu trabalho, busca-se um resultado financeiro. Caracteriza-se a exploração da criança com todas as consequências para a sua saúde física,

mental e psicológica. Devemos considerar, ainda, que este tipo de trabalho subtrai da criança um tempo absolutamente importante e necessário para o seu desenvolvimento como o tempo de brincar e o de estudar. Uma criança deslocada para o trabalho sofre, ainda, em certo sentido, uma segregação de outras crianças, o que lhe dificulta a elaboração de um bom referencial de convivência. Conviver bem com as outras crianças será fundamental para se preparar para conviver bem com outras pessoas adultas quando for adulta.

Sabemos que muitas vezes a família lança mão do trabalho da criança como alternativa de composição da renda familiar.

Importante é criarmos a consciência de que não basta identificar e condenar o fato, que é uma realidade. A mudança implica em uma análise das suas causas. Sem dúvida, é preciso criar também no seio da sociedade e das famílias, em especial, uma nova postura diante do significado na vida de uma pessoa deste tempo de infância e de adolescência. Presente tal consciência, o Poder Público deve oferecer os meios para que a família concretize o que é melhor. Neste sentido, surge a absoluta necessidade da presença da escola, acessível e de boa qualidade e que possa oferecer à criança uma boa formação em tempo adequado. Em muitos lugares deste País, as famílias se ressentem da presença de uma escola também preparada para ser o espaço disponível para uma sadia convivência das crianças e dos adolescentes, principalmente para a prática do esporte. A escola precisa ser a realidade atrativa, compensatória, convincente da sua importância. Descobrimos, então, uma verdade já proclamada por muitos educadores: a trajetória da criança e do jovem está intimamente ligada à escola que está essencialmente ligada à vocação do professor, da professora.

A ascensão socioeconômica das famílias está, sem dúvida, no caminho da superação da exploração do trabalho infantil. Programas sociais emergenciais devem dar séria atenção ao cumprimento do encaminhamento das crianças à escola. As famílias precisam se convencer de que o investimento na educação dos filhos a médio e a longo prazo é caminho seguro para a superação das carências econômicas e compensarão de modo significativo a eventual perda de algum recurso que seria obtido com o trabalho infantil.

A abrangência do problema nos deve convencer da absoluta necessidade de uma parceria efetiva da sociedade e dos poderes públicos. Não se pode encarar o fato sob o prisma policialesco, embora certas situações extremas mereçam um enfrentamento mais sério. A questão é, essencialmente, uma questão de formação de consciência, de mobilização da socieda-

de e de uma atuação verdadeira e firme dos poderes públicos.

No processo de formação de uma nova mentalidade, as instituições sociais como igrejas, clubes, associações de moradores, sindicatos podem ter um papel importantíssimo e, muitas vezes, insubstituível. Caberia ao Poder Público, por meio de serviços específicos, preparar material que ajudasse neste propósito.

Finalmente, concluo que a data do dia 12 do corrente mês, Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil, traz à nossa reflexão tema de relevância e que precisa estar permanentemente presente no nosso pensar e agir, seja como Poder Público ou como sociedade.

Olhar com atenção e carinho para as nossas crianças e adolescentes, hoje, pode representar significativo avanço civilizatório, que lhes assegure mais expressiva cidadania e lhes garanta um melhor amanhã.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

A Presidência cumprimenta V. Ex^a, que tem demonstrado um carinho especial por esse tema de que tratou mais uma vez da tribuna do Senado da República.

Agora teríamos, como orador inscrito, o Senador Aloizio Mercadante, mas a Mesa foi informada de que houve permuta com o Senador Suplicy. Então, passamos a palavra ao Senador Suplicy. Em seguida, será o Senador Gilberto Goellner e, como não está presente o Senador Flexa Ribeiro, passarei a palavra ao Senador Paulo Duque. (Pausa.)

O Senador Flexa Ribeiro, por meio de sua assessoria, informa que, na seqüência, estará presente no plenário.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, na seqüência, o Senador Gilberto Goellner e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, fico contente de falar quando V. Ex^a está presidindo esta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a satisfação de registrar que, ao final de janeiro, quando encontrei o Presidente José Ramos-Horta, no Rio de Janeiro – na ocasião, a Sr^a Carolina Larriera convidou-me para uma recepção em que ele estava sendo homenageado –, tive a oportunidade de relatar-lhe a viagem que fiz ao Iraque, em janeiro último, com o propósito de explicar

como eles poderiam criar um fundo decorrente da exploração de recursos naturais, para instituir uma renda básica de cidadania aos 30 milhões de iraquianos. E ele pediu que eu explicasse em detalhes como era isso.

Tomamos o café da manhã, no dia 29 de janeiro, ali num hotel do Rio de Janeiro, o Caesar Park, onde ele estava hospedado. Após 50 minutos de diálogo, ele considerou a proposta fascinante. Então, convidou-me para ir ao Timor-Leste explicar – tanto ao gabinete do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, quanto ao parlamento, como também aos estudantes e professores da Universidade do Timor-Leste – essa proposta.

Infelizmente, em 10 de fevereiro, ele foi vítima de um atentado. Baleado com gravidade, precisou ficar 45 dias, aproximadamente, num hospital em Darwin, na Austrália, recuperando-se. Mas, felizmente, recuperou-se e, no dia 19 de maio, encaminhou-me esta carta, com o seguinte teor:

Exmº Sr. Senador,

Timor-Leste atravessa uma importante fase de construção nacional, marcada pela consolidação gradual mas segura das instituições do Estado e, simultaneamente, pela resposta às carências mais urgentes do nosso povo.

Nas prioridades da minha presidência, coloquei em primeiro lugar as tarefas de alívio urgente das situações de pobreza extrema e apoio ao desenvolvimento local.

Durante a minha visita oficial ao Brasil tive oportunidade de conhecer melhor a positiva experiência brasileira no combate à pobreza.

Assim, gostaria de convidar formalmente S. Exª o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy para se deslocar oficialmente a Timor-Leste durante a semana de 16 a 18 de junho de 2008, com a finalidade de expor às autoridades do Governo e do Parlamento Nacional de Timor-Leste a proposta de uma Renda Básica de Cidadania como instrumento para promover a erradicação da pobreza, melhor distribuição de renda e justiça de forma a criar as condições de maior liberdade e dignidade para todos.

Estou seguro que esta visita virá aprofundar ainda mais as relações entre os nossos dois países.

Queira aceitar, Senhor Senador, o testemunho da minha elevada consideração e estima pessoal.

José Ramos-Horta, Presidente da República.

Esta carta foi endereçada a S. Exª o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Fi-

lho, que, então, conforme requerimento já aprovado pelo Plenário do Senado Federal, concedeu-me uma licença para realizar esta viagem. Portanto, estarei em Díli na segunda, terça e quarta-feira da semana que vem. Sairei do Brasil na sexta-feira, dia 13, às 18 horas, chegando lá no dia 16 e saindo no dia 18 de Díli, no Timor-Leste, ocasião em que me dirigirei para Dublin, na Irlanda, onde chegarei na noite do dia 19, pois justamente nos dias 20 e 21 estarei participando do Congresso da Bien – Basic Income Earth Network, ou seja, a rede mundial da renda básica. Será o 12º congresso internacional da Bien, que terá como tema a desigualdade e o desenvolvimento em uma economia globalizada – a opção da renda básica.

No dia 19, haverá a conferência sobre o desenvolvimento desse pensamento, dessa proposta na Irlanda. Nos dias 20 e 21, haverá as diversas conferências e debates com pessoas dos cinco continentes, nas quais destaco a presença do Presidente da Conferência, o Pastor Seán Healy, o coordenador do comitê de organização, que é da Irlanda; Guy Stading (Co-Chair, ou seja, co-presidente da Bien). Haverá as palestras de Peter Townsend, Carole Pateman e Pablo Yanes, que são das Universidades de Bristol, Cardiff, respectivamente, e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo da Cidade do México.

Haverá a presença de inúmeros economistas, filósofos dos mais diversos países do mundo, entre os quais, Rubem Lo Vuolo, da Argentina; Sérgio Luiz de Moraes Pinto, de São Paulo; Daniel Raventós, da Universidade de Barcelona, na Espanha; Andrea Fumagalli, que é italiana, da Universidade de Pávia. Teremos a participação de membro do Parlamento germânico da Srª Katja Kipping, do Partido de Esquerda; mas também vendo a perspectiva do lado mais conservador da Direita, um Senador do Canadá, Hugh D. Segal.

Teremos a participação da professora Maria Ozanira Silva e Silva, da Universidade Federal do Maranhão; de Clóvis Roberto Zimmermann, da Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais, que falarão sobre o desenvolvimento do Bolsa-Família no Brasil; da Professora Célia Kerstenetzky, da Universidade Federal Fluminense, também sobre os programas de renda básica e o meio ambiente.

Teremos a participação do Ministro de Relações Exteriores da Irlanda, Peter Power, justamente na conferência de honra principal juntamente com a Srª Rosani Cunha, que estará representando o Governo brasileiro. Ela é Secretária Nacional de Renda e de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Ela, então, representará o Ministro Patrus Ananias.

Eu estarei a uma mesa sobre a transição do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania

juntamente com a professora Carolina Raquel de Mello Justo, da Universidade Estadual de Campinas.

Deverei apresentar o vídeo sobre o documentário feito por Sérgio Calile de minha viagem ao Iraque, em janeiro e, na mesa final, presidida pelo Prof. John Baker, da Irlanda, teremos as palavras de Richard Caputo, Professor da Yeshiva University, de Nova York; da Srª Lorna Gold, Líder em Torcaire; do Professor, Filósofo e Economista Phillippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvad; e do co-Presidente juntamente comigo, Guy Standing, da University of Bath e da Monash University, falando sobre como reviver os propósitos de uma sociedade mais igualitária com plena liberdade e por que a renda básica vai...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – É o calendário progressista nos próximos anos.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de transmitir a boa nova desta viagem que espero seja muito produtiva para espalhar ainda melhor a semente da proposição da renda básica nos mais diversos países do mundo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui convidar todos os Srs. Senadores para estarem presentes amanhã, às 16 horas e 30 minutos, quando o Professor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, de Bangladesh, uma das principais experiências de microcrédito no mundo estará aqui no plenário do Senado para nos transmitir um pouco da sua experiência e recomendações para o Brasil. Ele estará também interagindo em um simpósio em Brasília, no Hotel Brasília Alvorada, o antigo Blue Tree, a partir das 13 horas, com a Presidente da Caixa Econômica Federal, com o responsável pela experiência de microcrédito do Banco Palmas, em Fortaleza. Certamente será uma experiência muito significativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, por seu brilhante pronunciamento, preocupado com a distribuição de renda no País, uma marca de S. Exª à qual eu tenho feito questão de me somar.

Eu acho que é um compromisso com a solidariedade, para melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo. E a sua caminhada não é só nacional, pois, com alegria, assisti ao vídeo da sua caminhada pelo mundo, para que a renda mínima se torne uma realidade para todos.

Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo, de imediato, a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner, por dez minutos. Em seguida, fará uso da palavra o nobre Senador Paulo Duque.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, crise ambiental: é hora de acordo. Em cena novamente as questões ambientais e fundiárias. Voltam elas a ser a bola da vez. No calor dos debates sobre o assunto, entre defesas e acusações, adotam-se posições de toda a sorte, às vezes tão contraditórias que acabam levando mais intransqüilidade que paz ao já intransqüílo campo brasileiro.

Quem assiste ao problema mas não o vivencia identifica protetores de um lado e infratores do outro. Um conflito vendido pela mídia à população urbana como uma luta entre o bem e o mal, entre mocinhos e bandidos.

Os espectadores estrangeiros ficam excitados só em pensar que podem participar da defesa da floresta e do meio ambiente no Brasil. Uma postura que adotam agora para compensar o que não fizeram em seu próprio país ou, então, para buscar aqui negócios lucrativos para si próprios.

A verdade é que, na atual conjuntura, os ânimos estão muito acirrados, tanto do lado dos que detêm algum tipo de poder sobre o fato quanto dos que julgam deter, estando todas essas pessoas de cabeça quente. Tanto é assim que o que elas dizem ao público serve mais à mídia que às negociações.

Acredito, no entanto, que, neste momento, o mais conveniente é que nós, brasileiros, trabalhemos longe dos holofotes, a fim de evitar que os ânimos se exacerbem mais ainda, e fiquemos desorientados no trabalho.

Debater sobre matéria dessa complexidade exige conhecimento técnico, desapego ideológico, abertura de espírito para disputa de idéias e, acima de tudo, bastante criatividade, sem perder, contudo, o objetivo principal da tarefa.

Sem dúvida, os problemas ambientais e fundiários que estão em foco constituem, para os produtores mato-grossenses e para todos os Estados da Amazônia, um grande empecilho para o desenvolvimento sustentado. O acelerado processo de ocupação daquela área nas últimas décadas, feito desordenadamente, e os minguados investimentos públicos na área impediram que houvesse ali um desenvolvimento harmônico. Também as crises por que têm passado os produtores daquela região, como também seus moradores, crises que têm sido cíclicas, vêm impedindo que se trabalhe ali com tranqüilidade, segurança e equilíbrio. Famílias inteiras vagueiam pela região em busca da própria so-

brevivência, sem nenhuma assistência oficial ou apoio governamental. Indivíduos sem escrúpulos se valem desse cenário de desesperança para tirar proveito à custa da miséria de muitos e da depredação do meio ambiente.

Por outro lado, investidores responsáveis sentem-se intranquilo com a instabilidade das políticas de incentivo do Governo e com a possibilidade de serem colocados no mesmo saco de bandidos e de gente inescrupulosa. Porém, mesmo diante de toda essa consternação, os órgãos públicos ainda não conseguem entrar em sintonia uns com os outros e acabam sendo quase que somente espectadores desta difícil situação, ficando embatucados no que fazer para superá-la.

Mas, basta! Já está mais do que na hora de enfrentar essas questões com maturidade e equilíbrio. Os procedimentos convencionais adotados até aqui se mostraram ineficazes. É necessário, agora, além de somar esforços entre Governo e povo, que os órgãos públicos envolvidos na busca desta solução estejam em sintonia no traçar suas ações de luta contra este estado de coisas. E deverão fazê-lo sem preconceitos, mas com muita responsabilidade social e ambiental.

É o momento de se proceder à adequação ambiental a fim de trazer à legalidade os proprietários rurais; é o momento de promover a educação ambiental e de assegurar o equilíbrio do meio ambiente; é o momento de buscar o desenvolvimento sustentado e de resguardar a imagem dos produtos brasileiros no exterior.

Em Mato Grosso, no município de Lucas do Rio Verde, foi criado o programa Lucas Legal. É um programa de adequação ambiental e fundiária.

Inclusive, sexta-feira próxima, estará o município comemorando, juntamente com todos os produtores de Lucas do Rio Verde, a festa de um ano da consecução desse grande programa de readequação ambiental, tanto nas áreas de APP – Áreas de Preservação Permanente, quanto na área de reposição florestal que está-se realizando.

Nesse rastro, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso criou e está estruturando o Mato Grosso Legal – MT Legal. É uma providência criativa que tem tudo para ganhar fôlego e ir adiante cumprindo seu objetivo, que é identificar os passivos ambientais nas propriedades rurais e as alternativas para recuperação, preservação e regularização ambientais e fundiárias de todos os imóveis rurais. Portanto, ela merece ser apoiada em âmbito mais amplo e contar com a participação efetiva do Governo Federal, numa integração perfeita entre órgãos e entidades regionais, estaduais e municipais, principalmente os municípios.

Vejo que um prefeito, os vereadores, a gestão municipal e o comprometimento dos gestores desses municípios da Amazônia seriam uma oportunidade de cercarmos completamente todos esses deszelos em termos de crescimento do desmatamento.

Unicamente o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente no Estado não são capazes de executar um controle e uma fiscalização à altura que merece. Por isso, a nossa proposta é que se envolvam as prefeituras municipais, a exemplo do que Lucas do Rio Verde promoveu e outras cidades. Inclusive, Senador Flexa Ribeiro, tenho notícia de que municípios do Pará também se integraram nesse sentido.

Por isso, estou arquitetando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Gilberto Goellner, desculpe-me por interromper V. Ex^a, mas devo prorrogar a sessão por mais uma hora.

Ao tempo em que procedo à leitura relativa à nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2007** (nº 242/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Cohab Nova Carolina S.O.S. Vida Nova de Carolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2007** (nº 259/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores da Coheb Sacavém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2007** (nº 233/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2007** (nº 327/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2007** (nº 2.464/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro

Social Comunitário Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2007** (nº 240/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2007** (nº 276/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2007** (nº 290/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2008** (nº 334/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2008** (nº 364/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2008** (nº 337/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2008** (nº 342/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2008** (nº 344/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2008** (nº 360/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetés, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2008** (nº 370/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2008** (nº 392/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Jardim de Piranhas/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2008** (nº 394/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2008** (nº 156/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Liberdade de Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2008** (nº 340/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2008** (nº 390/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2008** (nº 505/ 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007** (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o centenário da imigração japonesa para o Brasil, nos termos dos **Requerimentos nºs 377, 394 e 462, de 2008**, do Senador Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem S.Exºs indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 757, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 23 de junho, por ter sido designado representante do Senado Federal em missão parlamentar, para participar do XLII Congresso do Partido Comunista da Ucrânia (XLII Congress of the Communist Party of Ukraine), que se realizará nos dias 21 e 22 de junho deste, na cidade de Kiev/Ucrânia, conforme convite formalizado pelo Secretário da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Ucraniano, Igor V. Alekseyev, Ofício 108/2-VI-2008, em anexo.

Por oportuno, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, comunico a esta Presidência o meu afastamento dos trabalhos desta Casa, no período de 19 a 23 deste, quando estarei participando do referido congresso.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2008

Acrescenta o art. 152-A à Constituição Federal, para determinar a vedação da cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal é acrescida do seguinte artigo:

“Art. 152-A. É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa para emissão de segunda via de documentos pessoais que tenham sido objeto de roubo ou furto.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua promulgação.

Justificação

A cobrança de taxas para emissão de segunda via de documentos que tenham sido roubados ou furtados não é justa para as vítimas desses crimes, que além de sofrerem com o delito em si, ainda se vêem obrigados a pagar para ter novamente seus documentos. Tendo em vista que os documentos pessoais representam elemento essencial para o exercício da cidadania, o Poder Público não pode seguir indiferente a esse sofrimento, cobrando uma segunda vez pela emissão desses documentos. A situação é ainda mais preocupante quando se considera que as taxas cobradas representam ônus muito grande para a parcela menos favorecida da população.

Tendo em vista que a matéria envolve atribuições reservadas aos entes federativos, faz-se necessária sua regulação por meio de emenda à Constituição. Destacamos que alguns estados já isentam de cobrança a emissão de segunda via de documentos furtados ou roubados, o que, além de mostrar a justiça da medida, acrescenta mais urgência em proporcionar tratamento uniforme da questão em todo o território nacional.

Como a matéria implica adaptações na legislação local, recomenda-se a instituição do prazo de 180 dias de postergação da vigência da norma.

Por todas as razões expostas, solicitamos de nossos pares, o apoio a esta emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

SENADOR

ASSINATURA

Sen. Valdir Raupp.

Sen. Jonas Pinheiro

Sen. Belmário Stratman

Sen. Borges

Sen. Flexas Ribeiro

Sen. Raimundo Colombo

Sen. Ezequiel Sines

Sen. José Terry

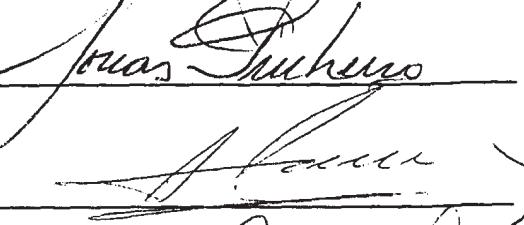
Sen. Joaquim Juvvala

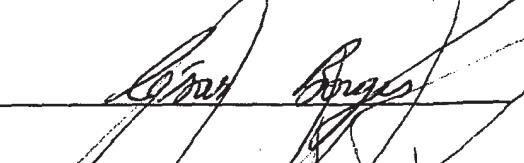
Sen. José Nélio

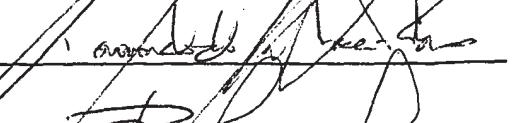
Sen. Eliseu Resende

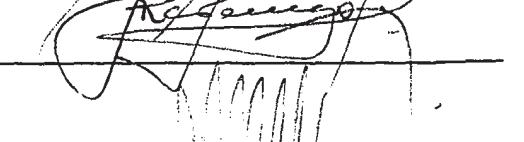
Sen. Pádua Duarte

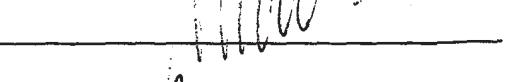

Jonas Pinheiro

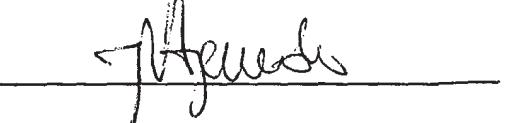

Belmário Stratman


Sen. Borges


Flexas Ribeiro


Raimundo Colombo


Ezequiel Sines


José Terry


Joaquim Juvvala


José Nélio

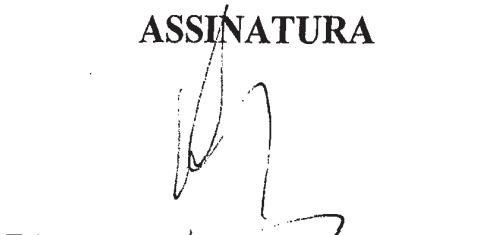
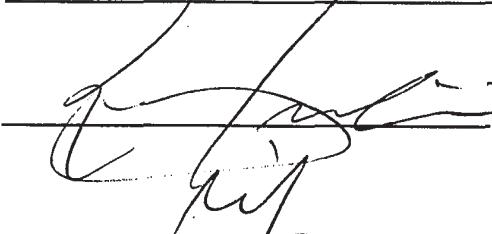

Eliseu Resende

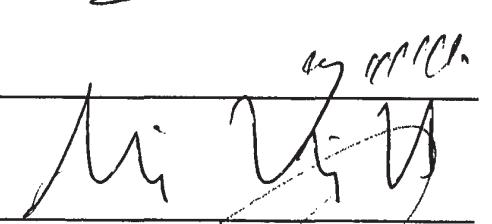

Pádua Duarte

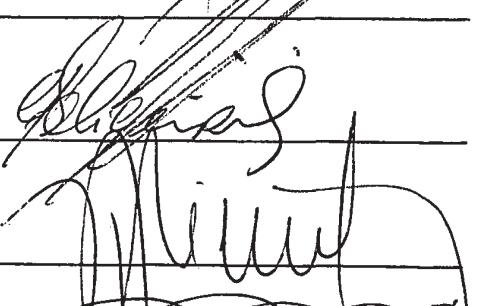
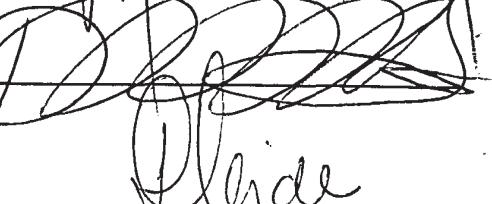
SENADOR

Delciso de Andrade
José Inácio
Genivaldo
Edson Fachado
Edson Queiroz
Flávio Arns
Demóstenes Torres
Jaques Peres
João Vicente Chaves
Augusto Botelho
Fátima Zeíde
Maria Augusta

ASSINATURA



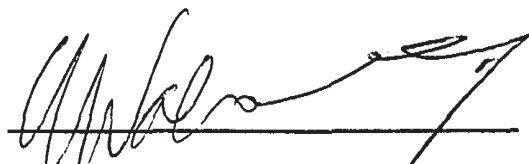



Virgílio de Carvalho

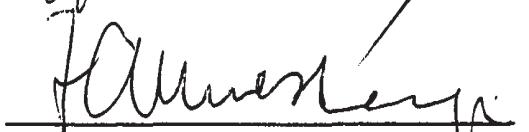
SENADOR

ASSINATURA

Antônio Carlos Valadares



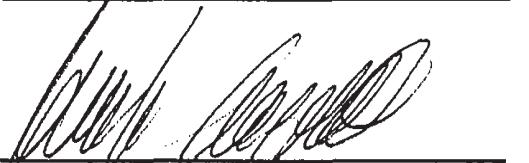
Márcio Azevedo



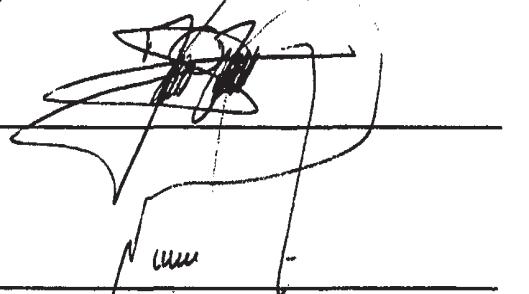
Mozartinho



Renato Passa Grande



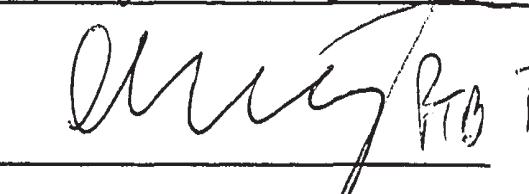
Jefferson Broiz



Neuho de Castro



Vinícius Sérgio Belchior



Paulo Queiroz



LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****Emendas Constitucionais****Emendas Constitucionais de Revisão****ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS****ÍNDICE TEMÁTICO****Vide texto compilado****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

SEÇÃO II**Das Limitações do Poder de Tributar**

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID N° 149/2008

Brasília, 10 de junho de 2008

Assunto: Indicação de membro para comissão mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, como titular, em substituição ao

meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 434/2008, que “dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de oficial de inteligência, oficial técnico de inteligência, agente de inteligência e agente técnico de inteligência, e dá outras providências.”

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 232, DE 2008

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importantes instrumentos de transformação de áreas carentes de maior dinamismo econômico, a partir da agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas tradicionais.

A atualização do marco regulatório das ZPE, mediante a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com posteriores alterações pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, já aprovada pelo Congresso Nacional, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam contribuir para a redução das desigualdades regionais brasileiras.

O Município de Uberlândia se localiza no coração do Brasil e do continente sul-americano, a oeste de Minas Gerais. A cidade possui porte médio, com área de cerca de quatro mil quilômetros quadrados e

população de aproximadamente seiscentos e oito mil habitantes, segundo o IBGE.

Uberlândia comanda o desenvolvimento da progressista região do Triângulo Mineiro, que abrange um mercado consumidor de três milhões e quinhentos mil habitantes, sendo o elo entre os grandes centros urbanos e o interior do País. Com uma economia forte e diversificada, a cidade é o principal pólo desta região, apresentando, nas últimas décadas, um extraordinário crescimento econômico.

A economia de Uberlândia se baseia nas agroindústrias que formaram na região um importante centro industrial, além de se destacar o setor de serviços, com ênfase no comércio atacadista. Em 2005, o Produto Interno Bruto alcançou R\$9,2 bilhões, com a participação de 22% do setor industrial e 58% do setor de serviços.

Uberlândia dispõe de mão-de-obra abundante e barata, com salários, em geral, menores que os de outras cidades de porte maior. Possui, também, ótimas estruturas de formação de mão-de-obra especializada e qualificada, ilustradas pela presença da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Centro Universitário do Triângulo (UNIT), que oferecem diversos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A infra-estrutura da cidade é bastante desenvolvida, com 100% de saneamento básico e de energia elétrica e uma avançada estrutura de telecomunicações. Com sua localização privilegiada, Uberlândia apresenta estrutura logística favorável aos investimentos, destacando-se a malha rodoviária (em especial a BR-050 que faz ligação no sentido sul com Uberaba e São Paulo e no sentido norte com Araguari, Catalão e Brasília), a malha ferroviária e hidroviária, o Porto Seco do Cerrado e o terminal de cargas, que viabilizam a ligação do município aos principais mercados do País, ao Mercosul e ao mundo, e facilitam o escoamento e a venda da produção. O transporte aéreo conta com linhas regulares para os principais pontos do País. Seu aeroporto foi recentemente ampliado e modernizado, estando previstos investimentos adicionais pela Infraero, no período de 2007 a 2010, para construção de novo terminal de cargas e passageiros com demandas internacionais.

Dessa forma, o Município de Uberlândia possui potencial econômico e uma boa infra-estrutura logística, reunindo condições indispensáveis à instalação de uma ZPE. A criação de ZPE em seu território contribuiria para fomentar o desenvolvimento, atraindo investimentos que agreguem valor à produção local,

que seria direcionada principalmente para o mercado externo.

Adicionalmente, a criação da ZPE proposta geraria impactos positivos nos diversos municípios que fazem parte do Triângulo Mineiro, pois estes poderiam colaborar no fornecimento de matérias-primas e insu-
mos necessários à produção, possibilitando o incre-
mento da geração de emprego e renda na região.

Tendo em vista o exposto, e considerando que a instalação de uma ZPE traria benefícios significativos para Uberlândia e, em consequência, para toda a re-
gião do Triângulo Mineiro, peço apoio aos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. – Senador **Wellington Salgado**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o regime tributário, cam- bial e administrativo das Zonas de Proces- samento de Exportação, o da outras pro- vidências.

O Presidente da República – Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a segu-
inte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamen-
to de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir des-
equilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II – comprovação da disponibilidade da área des-
tinada a sediar a ZPE;

III – comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV – comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V – indicação da forma de administração da ZPE; e

VI – atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – analisar as propostas de criação de ZPE; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – traçar a orientação superior da política das ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

I – armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;

II – material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; e

III – outros indicados em regulamento.

Art. 6º (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – Imposto de Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V – Contribuição para o PIS/PASEP; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VI – Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VII – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa

autorizada a operar em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PISIPA-SEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I – dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de

matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I – destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II – sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III – sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12, (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Os limites de que trata o **caput** do art. 12 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE, (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

Parágrafo único. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada nela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-7, de 24 de agosto de 2001; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 62-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo ZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 62-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos § 3º e 6º (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20 O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle

aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso, da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I – VETADO

II – os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior

III – (VETADO)

IV – (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 1.833, de 29 de dezembro de 2003. (Redação dada Pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimeto, na forma da le-

gislação específica, a introdução: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I – no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II – em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 24. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, as Leis nºs 8.396, de 2 de janeiro de 1992, e 8.924, de 29 de julho de 1994, o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do **caput** do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** – Tarso Genro – Celso Luiz Nunes Amorim – Guido Mantega – Miguel Jorge – Paulo Bernardo Silva – José Antonio Dias Toffoli.

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 418, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I – Imposto de Importação;

II – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

III – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

IV – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação;

V – Contribuição para o PIS/Pasep;

VI – Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

VII – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deve-

rão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PA-SEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se

em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I – aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II – às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 2º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 22 e 23 da Lei nº 11.508, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará:

I – se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e

II – se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação.

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para:

I – analisar as propostas de criação dc ZPE;
II – aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e
III – traçar a orientação superior da política das ZPE.

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes:

I – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

II – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e

III – valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento.

.....

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional.

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor:

I – elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou

II – vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional.

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º.” (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento.” (NR)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos.

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.” (NR)

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.” (NR)

“Art. 12.

I – dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II – somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral.

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A.” (NR)

“Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.” (NR)

“Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais.

Parágrafo único. Os limites de que trata o **caput** do art. 12 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE.” (NR)

“Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta

por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento:

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei.

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais:

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento;

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007;

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001;

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE.

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno.

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º.” (NR)

“Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o

disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução:

I – no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e

II – em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo.” (NR)

Art. 3º Para efeito de interpretação do art. 5º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, licitação internacional é aquela promovida tanto por pessoas jurídicas de direito público como por pessoas jurídicas de direito privado do setor público e do setor privado.

§ 1º Na licitação internacional de que trata o **caput**, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado do setor público deverão observar as normas e procedimentos previstos na legislação específica, e as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado, as normas e procedimentos das entidades financeiras.

§ 2º Na ausência de normas e procedimentos específicos das entidades financeiras, as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado observarão aqueles previstos na legislação brasileira, no que couber.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, por decreto, no prazo de sessenta dias contados da entrada em vigor desta Medida Provisória, as normas e procedimentos específicos a serem observados nas licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado a partir de 1º de maio de 2008, nos termos do § 2º.

Art. 4º A Área de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP), no Estado de Roraima, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Art. 5º Os arts. 2º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar áreas contínuas com superfícies de oitenta quilômetros quadrados no Município de Boa Vista e de vinte quilômetros quadrados no Município de Bonfim, envolvendo, inclusive, seus perímetros urbanos, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo

locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

.....(NR)
“Art. 7º

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo mencionados, compreendidos nos capítulos ou nas posições indicadas na Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM:

III – bebidas alcoólicas: Posições 2203 a 2206 e 2208, exceto o código 2208.90.00 do Capítulo 22;

.....(NR)
“Art. 11.

Parágrafo único. A SUFRAMA cobrará, na forma da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, Taxa de Serviço Administrativo – TSA pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamento de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, ou destas para outras regiões do País.” (NR)

“Art. 12. As receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Serviços Administrativos – TSA de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Lei serão destinadas às finalidades instituídas na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 30, **caput**, o disposto no art. 106, inciso I da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 7º Ficam revogados o art. 6º, o parágrafo único do art. 17 e o art. 24 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** – **Guido Mantega** – **Miguel Jorge**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 15-2-2008.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 233, DE 2008

Autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel de propriedade da União situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375, no município do Rio de Janeiro, com área limites e confrontações constantes da inscrição de nº 18667,

registrada à fl. 249 do Livro nº 3-AJ, no 7º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Quando da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Lei Complementar nº 20, de 1974, autorizou o Poder Executivo Federal, em seu art. 12, § 3º, a transferir para o novo Estado os imóveis da União destinados aos ministérios civis e militares que tivessem se tornado desnecessários aos serviços desses órgãos. Em verdade, pouco ou quase nada foi objeto de transferência.

É de conhecimento de todos que o Poder Público Federal ainda detém grande número de imóveis na cidade do Rio de Janeiro, a despeito de já se terem passado quase cinqüenta anos da transferência da capital do país. De seu turno, o Governo do Rio de Janeiro, na ausência de infra-estrutura própria suficiente para abrigar os órgãos de sua Administração Pública, vê-se na necessidade de despender significativo montante de recursos para pagamento de aluguéis dos prédios onde funcionam os serviços públicos estaduais. Por exemplo, o prédio onde funciona o Detran, na Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, é alugado por mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) por mês, quando existem inúmeros imóveis da União, vazios, na região!

A União continua a ser, ainda hoje, nas áreas que compreendem os ex-territórios federais e a antiga capital do país, grande proprietária de imóveis. É imperioso que o Poder Central transfira para os entes federados os imóveis de sua propriedade que se encontram sem utilização ou mal aproveitados. Tais bens não podem ser vistos como simples reserva de capital, sob pena de ofensa ao interesse público. Se o Governo Estadual é capaz de dar melhor destinação aos bens – e o beneficiário dessas medidas é, em última análise, a própria população –, não se justifica mantê-los como propriedade da União. Não é demais lembrar que a localização central de diversos dos imóveis federais na cidade do Rio de Janeiro é ideal para a instalação de serviços públicos, facilitando o acesso da população aos órgãos do Estado.

Entre os imóveis cuja doação ao Estado do Rio de Janeiro, consideramos imprescindível está o edifício situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 375.

A via legislativa é adequada para promover dita transferência. De fato, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993) prevê, em seu art. 17, I, que a alienação de bens imóveis da

Administração Pública depende de autorização Legislativa.

Há quem entenda que a autorização referida na Lei Geral de Licitações poderia ser genérica e já teria sido concedida pela Lei nº 9.636, de 1998, em seu art. 31. Convém registrar, no entanto, o posicionamento de juristas de nomeada, como Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2004, p. 175-6) e Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 1997, p. 449-452) no sentido de que a autorização legislativa para doação de bens imóveis deve ser específica. Nessa mesma direção se dirigiu o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento de ADIN nº 425 (DJ de 19.12.2003), ao considerar violadora do princípio da separação dos Poderes norma que atribui contínua autorização ao Chefe do Executivo para disponibilidade de bens públicos.

A indicar a necessidade de lei autorizativa específica para a doação de bens públicos imóveis estão diversos diplomas aprovados pelo Poder Legislativo nos últimos anos, a saber:

- Lei nº 9.798, de 1999, originada de projeto de autoria do Deputado Cláudio Chaves, a qual promoveu alterações na Lei nº 7.674, de 1988, esta última autorizativa da doação, à Academia Nacional de Medicina, de imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa, pertencentes ao extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS);
- Lei nº 10.175, de 2001, originada de projeto de autoria do Poder Executivo, a qual autorizou o INSS a doar ao Município de Recife (PE) imóvel de sua propriedade;
- Lei nº 10.422, de 2002, originada de projeto de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, a qual autorizou o INSS a doar ao Estado do Ceará imóvel de sua propriedade;
- Lei nº 10.747, de 2003, originada de projeto de autoria do Senador José Sarney, a qual autorizou o Poder Executivo a doar à Mitra Arquidiocesana de Brasília imóveis de propriedade da União;
- Lei nº 10.969, de 2004, originada de projeto de autoria do Poder Executivo, a qual autorizou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar à União Brasileira de Escritores imóvel de sua propriedade no Município de São Paulo (SP);
- Lei nº 11.190, de 2005, originada de projeto de autoria do Senador Hugo Napoleão, a qual autorizou o Departamento Nacional de

Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia (PI) terras de sua propriedade.

Confirmado a necessidade de uma lei autorizativa para tal fim, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 27 de maio último a lei abaixo:

- Lei nº 11.683, de 2008, originada de projeto de autoria do Senador Jefferson Péres, a qual autorizou o Poder Executivo a doar aos respectivos ocupantes frações de terreno da União situado no município de Manaus (AM).

Diversos dos atos citados tiveram origem no próprio Parlamento, constituindo iniciativa de deputados e senadores. Não há que se cogitar de reserva de iniciativa legislativa para o Poder Executivo em hipóteses dessa natureza. Com efeito, nenhum dos casos previstos no § 1º do art. 61, da Constituição Federal permite extrair tal conclusão. Demais disso, defrontando-se com a questão, o Excelso Pretório já teve oportunidade de afirmar não existir reserva de iniciativa para leis autorizativas da alienação de bens públicos (Representação nº 1.116, DJ de 13.08.1982).

O caso do Rio de Janeiro é excepcional em todos os sentidos. A Capital não funciona lá! Os prédios continuam lá! Isso há meio século!

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008. _ Senador **Paulo Duque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 1974

Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

SEÇÃO II

Do Patrimônio, dos Bens, Rendas e Serviços

Art. 12. O Estado do Rio de Janeiro, criado por esta lei, sucede no domínio, jurisdição e competência, aos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

§ 1º O patrimônio, nele compreendidos os bens e a renda, bem como os direitos, obrigações de ordem interna e internacional, encargos e prerrogativas dos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, são transferidos ao novo Estado.

§ 2º Os serviços públicos estaduais, assim definidos por ato do novo Estado, lhe serão transferidos com os recursos orçamentários e extra-orçamentários a eles destinados e com os respectivos bens móveis e imóveis.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o novo Estado, ou para os Municípios, as propriedades pertencentes aos Ministérios civis e militares que se tenham tornado desnecessárias aos serviços desses órgãos da União.

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO VI Das Alienações

Art. 17 – A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) dação em pagamento;

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo; (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994) (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

.....

.....

LEI N° 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

SEÇÃO III Da Doação

Art. 31. Mediante ato do Poder Executivo e a seu critério poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União a Estados, Municípios e a fundações e autarquias públicas federais, estaduais e municipais, observado o disposto no art. 23. (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

§ 1º No ato autorizativo e no respectivo termo constarão a finalidade da doação e o prazo para seu cumprimento.

§ 2º O encargo de que trata o parágrafo anterior será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se:

I – não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II – cessarem as razões que justificaram a doação; ou

III – ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista.

§ 3º É vedada ao beneficiário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, exceto quando a finalidade for a execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes, na forma do art. 26, e desde que o produto da venda seja destinado à instalação de infra-estrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao

desenvolvimento do projeto. (Vide Medida Provisória nº 335, de 2006)

.....

.....

LEI N° 9.798, DE 18 DE MAIO DE 1999

Altera a Lei nº 7.674, de 4 de outubro de 1988, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-lapas a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

.....

.....

LEI N° 10.175, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Recife – PE.

.....

.....

LEI N° 10.422, DE 15 DE ABRIL DE 2002

Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.

.....

LEI N° 10.747, DE 15 DE OUTUBRO DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona.

.....

LEI N° 10.969, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

.....

LEI N° 11.190, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2005

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica.

.....

LEI N° 11.683, DE 27 MAIO DE 2008

Altera a Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.

.....

LEI N° 3.419, DE 5 DE JULHO DE 1958

Autoriza o Poder Executivo a doar aos seus ocupantes as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao Patrimônio da União Federal em virtude de deferimento, em seu favor, de herança jacente de Julia Costa e Zulmira Amorim, e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a

reserva. (Incluída nella Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes. Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 533, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 104, de 2008 (nº 328/2008, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Toledo, Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

Relator: Senador Jefferson Praia

I – Relatório

E submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Toledo (PR), por intermédio da Mensagem nº 104, de 2008, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias,

seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Além disso, o pleito precisa se submeter aos ditames da Resolução nº 48, de 2007, que “dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo”.

Os recursos da operação de crédito ora em tela destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

O custo total do Programa foi estimado em US\$ 14.667.400,00, dos quais, além dos US\$ 7.333.700,00 emprestados pelo BID, igual quantia será aportada como contrapartida municipal. Os desembolsos do Banco e do Município, segundo o cronograma estimativo, devem ser feitos ao longo de quatro anos.

O Banco Central do Brasil (BACEN) efetuou o credenciamento da pretendida operação de crédito externo, mediante o Ofício Desig/Dicic—Surex – 2008/18, de 29 de fevereiro de 2008, sob o número TA450533.

Assim é que, para o presente empréstimo do BID, o mutuário pode exercer dois tipos de opção de conversão de moeda, um aplicado aos desembolsos, o outro aos saldos devedores. O desembolso está previsto para se dar em um prazo de 48 meses. A amortização será em 41 parcelas semestrais, com carência de sessenta meses. O cálculo estimativo do serviço da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), situa-se em 4,62% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

II – Análise

Estão anexados ao processado, entre outros documentos, pareceres da STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que são citados a seguir.

No Parecer nº 369/2008/GERFI/COREF, da STN, são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites de endividamento do Município foram calculados e considerados atendidos.

Naquela data, havia margem, nos limites de endividamento da União, para a concessão da garantia. Consulta realizada naquela data, não indicou a existência de débitos da Administração Direta do Município junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. O Município está autorizado a oferecer como contragarantia à garantia da União contas e receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

Quanto à capacidade de pagamento do empréstimo, o Município de Toledo (PR) foi classificado na categoria “B”, suficiente para receber a garantia da União, nos termos da Portaria ME nº 89, de 1997.

As conclusões do parecer da STN são as seguintes:

Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado, pelo MF, o cumprimento substancial das condicionalidades relacionadas no parágrafo 30 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

No referido parágrafo 30 são listados os requisitos para o primeiro desembolso, os quais devem ser cumpridos preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais:

(i) criação formal, por decreto, da Unidade Executiva do Programa (UEP), do Comitê Deliberativo e do Comitê Técnico; e

(ii) seleção do sistema gerencial e do controle financeiro-contábil.

A STN sugere que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromisso, verifique o cumprimento dessas exigências antes da assinatura do Contrato, inclusive mediante prévia manifestação do BID.

A PGFN manifestou-se através do Parecer PGFN/COF Nº 853/2008, que concluiu não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à concessão de garantia à operação de crédito em tela por parte da União.

A operação de crédito, como já enfatizado, foi credenciada pelo BACEN, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela STN, a operação de crédito pretendida deverá implicar uma taxa de juros em torno de 4,62% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções 48/2007, 40/2001 e 43/2001, todas do Senado Federal, são atendidas pelo Município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 30, DE 2008

Autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Toledo (PR) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América);

III – *opções de conversão*: o mutuário poderá exercer a “Opção de Conversão dos Desembolsos de Moeda” e/ou a “Opção de Conversão de Moeda dos Saldos Devedores”, sendo cobrada, a cada conversão, uma comissão equivalente a 25 pontos base (anualizada) sobre o montante convertido;

IV – *valor da contrapartida municipal*: US\$7.333.700,00 (sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América);

V – *desembolso*: prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de vigência do Contrato;

VI – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VII – *amortização do saldo devedor em dólares*: em até 41 parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas sempre no 15º dia dos meses de abril e outubro;

VIII – *amortização do saldo devedor em reais*: será fixada para cada desembolso convertido para reais, de acordo com as condições oferecidas pelo BID na “Cada de Cotação Indicativa da Conversão de

Desembolso ao Mutuário” e da “Cada de Notificação da Conversão de Desembolso”;

IX – *juros aplicáveis aos saldos devedores em dólares*: nos empréstimos do Mecanismo Unimonetário, o mutuário poderá optar pela Taxa de Juros Baseada na LIBOR ou pela Taxa de Juros Ajustável:

a) no caso da taxa de juros baseada na LIBOR, os juros serão exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar americano, mais (ou menos) uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e mais a margem (**spread**) atual para empréstimos do capital ordinário;

b) no caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre que será determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente (**spread**) para empréstimo do capital ordinário expressa em termos de uma porcentagem anual.

X – *juros aplicáveis aos saldos devedores em reais*: no caso de conversão de moeda, o BID indicará, por meio das Cartas de Notificação, a Taxa de Juros Base, que significa a taxa de juros equivalente no mercado de BRL à soma de taxa USD LIBOR para três meses, mais dez pontos base; e será determinada para cada Conversão em função da Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação, do Cronograma de Pagamentos, da Data de Conversão e do montante nominal de cada conversão;

XI – *comissão de crédito*: de até 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XII – *despesas com inspeção e supervisão gerais*: até 1% (um por cento) do financiamento, cabendo ressaltar que, no momento, esta taxa não está sendo cobrada.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Toledo (PR) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, satisfaça as seguintes demandas:

I – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do BID:

a) criação formal, por decreto, da Unidade Executiva do Programa (UEP), do Comitê Deliberativo e do Comitê Técnico; e

b) seleção do sistema gerencial e do controle financeiro-contábil;

II – formalize o respectivo contrato de contrагarantia.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 104, DE 2008
NAO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/06/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-IDELEI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-VAGO
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)
Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIRO SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRÉS (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO V
Dos Impostos dos Municípios**

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do **caput** deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 4º Cabe à lei complementar:

I – fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;

II – excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

**SEÇÃO VI
Da Repartição das Receitas Tributárias**

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

III – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuzer lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e provenientes de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, **a**, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso

em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi lido anteriormente o Parecer nº 533, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 30, de 2008 (MSF 104/2008), que autoriza o Município de Toledo (PR), a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Município de Toledo”, no âmbito do Pró-cidades.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo das Lideranças para apreciação das matérias constantes da pauta

Está, assim, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 12 de junho, quinta-feira, nos termos do acordo de Lideranças:

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e

quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62, da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinqüenta e dois mil, e cinqüenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães, favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 12.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Saco-leiro).

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N° 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apre-

sentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º

pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs – 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1–Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2–CCJ, de redação; e – 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4–CCJ.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o

Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004.)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e
– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e – de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 22, de 2003 (n° 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres n°s 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas n°s 1 a 12–CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas n°s 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12–CCJ, à Emenda n° 9–CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas n°s 5 e 10–CCJ; apresentando, ainda, as Emendas n°s 13 a 18–CDR.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob n° 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob n° 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 24, de 2005 (n° 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluir novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob n° 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolfo Tourinho.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 2005 (n° 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do **caput** do art. 5º e aos incisos I e III do **caput** do art. 8º da Lei n° 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento n° 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e – de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3–CI, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob n° 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1–CAS (Substitutivo), que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, de redação, que apresenta; e – de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3–CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que altera o inciso XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres–MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1–CE, que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investigação no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2–Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões – de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e – Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N° 53, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinqüenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002–CN.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as

mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER N° 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER N° 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

58

PARECER N° 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,

bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

59

REQUERIMENTO N° 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Ikhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

61

REQUERIMENTO N° 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder de cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63

REQUERIMENTO N° 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64

REQUERIMENTO N° 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO N° 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007–Complementar,

além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO N° 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO N° 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO N° 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO N° 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luce-

na e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO N° 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

73

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006–Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensa-

dos, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

74
REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

75
REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas, etc)

76
REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

77
REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

78
REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

79
REQUERIMENTO N° 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV).

80
REQUERIMENTO N° 413, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

81
REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82
REQUERIMENTO N° 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83

REQUERIMENTO N° 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84

REQUERIMENTO N° 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO N° 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO N° 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO N° 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).

88

REQUERIMENTO N° 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Retorno a palavra a V. Exª, Senador Gilberto Goellner. Darei o devido desconto.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Obrigado, Presidente Paim.

Proponho, portanto, um grande pacto entre o Governo Federal, todas as instituições ligadas ao meio ambiente, o Ministério do Ministro Mangabeira Unger, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Ibama, Procuradorias Federais, o Governo Estadual do Mato Grosso, o Programa MT Legal e outros Estados que acreditam também tenham seus programas, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, o Poder Legislativo Estadual, que fez e criou o Programa MT Legal (Mato Grosso Legal), o Ministério Público, as prefeituras de modo geral, as entidades representativas dos produtores rurais, os agentes econômicos que atuam na região, que adquirem produtos de toda a região amazônica, as ONGs e todos os que se preocupam com essa crise do meio ambiente e desejam que o País a supere.

Chega, então, de balela! O tempo das disputas já passou! Agora, é buscar soluções criativas, propostivas, e olhar para a frente. Precisamos cuidar do que conseguimos conservar até agora. Existem muitos

produtores que levam muito a sério o meio ambiente. Outros não obedecem à legislação.

Então, precisamos fazer o levantamento do grande ativo e do passivo e partir para cuidar daqui para frente. A forma das punições que hoje está impetrada em órgãos ambientais precisa ser repensada, porque eles não conseguem realizá-las a contento: apenas 2% a 5% das multas impetradas pelo Ibama, pela Sema, por desmatamentos ilegais são cobradas. Quem sabe convidando os produtores a fazerem a terceirização desses programas, do MT Legal e de outros programas, a exemplo de Lucas do Rio Verde, convidando-os a fazer a terceirização do levantamento aerofotogramétrico, do georeferenciamento de todos os imóveis rurais, seja possível ver o ativo e o passivo, o que existe de positivo em matéria de áreas de preservação permanente, de áreas de reserva legal, o que falta ser reposto em área de preservação, em área de reserva, em grandes parques e em unidades de conservação que o Governo precisa ainda determinar.

Mato Grosso hoje está engessado. O produtor não consegue se regularizar, porque não existem áreas de compensação, de reposição, como manda a lei. Existem, sim, áreas consolidadas há 20, 30, 40, 50, 100 anos, que já foram abertas assim, como aconteceu no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em todos os Estados brasileiros da orla, e isso precisa ser levado em conta. Então, o produtor quer uma segurança jurídica mínima e precisa tê-la tendo em vista a época em que aconteceram esses eventos, com a possibilidade, então, de chamar os produtores para a legalização desses cadastros.

E a grande proposta que apresentamos para que o Governo Federal leve aos Estados da região amazônica é a utilização dos recursos do PAS – Programa da Amazônia Sustentável – para fazer a terceirização desses levantamentos em todos esses Municípios dos imóveis, legalizando-se as áreas, pequenas áreas de assentamento que hoje não são legalizadas e estão ocupadas por alguns produtores que foram assentados e não possuem o título da terra, ou por outros que compraram terra de colonização, mas não possuem o título e não têm comprometimento. A partir da posse e de um título legal, traríamos todo mundo para a legalidade e para a responsabilidade social e ambiental.

É necessário um grande pacto federativo envolvendo todas essas entidades, assim como os órgãos ambientais e as ONGs que realmente estão cooperando para que a legalização de toda a área ambiental brasileira se confirme.

É preciso que todo mundo junto dê as mãos e faça algo que traga resultado, a fim de que as soluções encontradas daqui para frente sejam preservadas. A sociedade inteira e o meio ambiente exigem comportamentos maduros e, acima de tudo, construtivos.

Essa é a proposta que fazemos ao Governo Federal, aos órgãos ambientais. Vamos levá-la diretamente ao Ministro Minc e ao Ministro Mangabeira Unger para que, dispondo de recursos, ele coopere com o Incra para realizar todo esse levantamento do passivo e do ativo ambientais em toda a região do Amazonas. Essa seria uma boa oportunidade de se utilizarem recursos de forma coerente, concreta, construtiva, o que daria resultados, e não simplesmente contando com punições, com polícia. Isso também tem que continuar, a fiscalização tem que continuar, mas para resolver a situação como um todo precisamos da cooperação e da terceirização de serviços.

Como disse, o Incra sozinho levaria de vinte a cinqüenta anos para fazer isso aí, mas, com a participação da iniciativa privada, licitando, seria possível contar com grandes empresas para fazer esse levantamento. Teríamos a oportunidade de acelerar isso e obter resultados concretos para conciliar a sustentabilidade da atividade econômica e ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Cumprimento o Senador Gilberto Goellner pelo seu pronunciamento coerente como sempre, em uma linha construtiva e positiva para o bem das cidades, do nosso Estado e do País.

Senador Flexa Ribeiro, hoje, no meu pronunciamento no plenário, fiz uma pequena homenagem à cidade de Alto Alegre, cujos vereadores Cléber e Alex estão aqui presentes. E quero, mais uma vez, reafirmar que fiz o pronunciamento hoje em plenário mostrando o belíssimo investimento que vocês fizeram com uma pequena emenda deste Senador, no valor de R\$100 mil, oferecendo melhores condições para os agricultores da região poderem produzir e melhorar a sua qualidade de vida.

Meus cumprimentos a vocês.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras Senadoras, Srs. Senadores, quero primeiro agradecer ao Senador Paulo Duque por ter permitido comigo a ordem de usar da tribuna. Quero também parabenizar o Senador Gilberto Goellner pelo brilhante pronunciamento que acabou de fazer. V. Ex^a tem toda razão quando diz que temos

de buscar ações concretas que levem à regularização para resolver a questão ambiental na Amazônia.

Senador Paulo Paim, eu já estou cansado de vir à tribuna para bater na mesma tecla. Eu diria que é o samba de uma nota só, como se referem ao Senador Cristovam Buarque, que defende a educação de forma permanente. E, nós defendemos de forma permanente – não nos vão intimidar, não nos vão dobrar, – o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Não há como nos intimidar para que abandonemos essa posição.

As organizações ambientalistas vêm, repetidamente, tentando desmerecer um projeto que foi aprovado por esta Casa, por unanimidade. De forma incorreta, com meias verdades, insistem em desmerecer o projeto que foi feito não com o sentido, como se pretende divulgar pela mídia, de devastar a Amazônia, mas sim, no sentido de preservá-la.

Espero, Senador Paulo Paim, não precisar voltar aqui, até porque Senador Gilberto Goellner e Senador Paulo Duque, espero que o Ministro Carlos Minc aceite o convite para comparecer, no dia 24 de junho, na Comissão de Meio Ambiente para que lá possamos conversar, discutir e debater o futuro da Amazônia.

O futuro da Amazônia não vai ser decidido do gabinete de Brasília, como quer o Ministro, não será decidido na praia de Copacabana como quer o Ministro. O futuro da Amazônia vai ser decidido discutindo com os amazônidas. Vamos ter, Senador Goellner, a oportunidade de conversar com o Ministro Minc. Pedi que o Ministro me concedesse uma audiência, mas, lamentavelmente, não obtive resposta Senador Gollner.

Espero que amanhã eu possa estar com o Ministro Minc para conversarmos de forma transparente, desarmada, porque o que o Ministro quer eu também quero, a preservação da floresta.

Porém não sei se o Ministro quer o desenvolvimento da Amazônia, e disso não abro mão, vou lutar sempre pelo desenvolvimento da nossa região.

Senador Paulo Paim, Senador Gilberto Goellner, quero mostrar, mais uma vez, que o Projeto de Lei nº 6.424, de minha autoria, tem uma única página. E desafio que alguém venha dizer que o meu projeto de lei diminui a reserva legal da Amazônia de 80% para 50%. Não há uma única linha nesse sentido. Meu projeto tem três artigos, como já disse aqui da tribuna, e o último deles diz: "Essa lei entrará em vigor na data da sua publicação". Só tem mais dois artigos e nenhum deles fala em redução de reserva legal.

Lamentavelmente, essa distorção, Senador Paulo Paim, não pode continuar. Quero dizer, Senador Go-

ellner, que o Ministro Carlos Minc esteve na Câmara Federal e ainda não atendeu o convite do Senado. Lá na Câmara Federal, Senador Paulo Paim, conforme as notas taquigráficas, o Ministro Minc começa dizendo: "O pessoal do Rio aqui já me conhece há bastante tempo. Sou Deputado estadual há vinte anos; portanto, sou também parlamentar e prezo o Parlamento. O Parlamento é minha casa". São declarações do Ministro Minc.

E, em seguida, na mesma audiência pública, o Ministro Minc diz o seguinte, com relação a meu projeto:

Quero também contar com todos para medidas importantes. Por exemplo, trago também uma outra mensagem do presidente lula, que me fez portador dela. É a posição oficial do governo contrária ao projeto de lei que muda a reserva legal da amazônia (palmas), o projeto de lei que passa a reserva legal de 80% para 50%. Portanto, a área desmatada de 20% para 50%, discuti com o presidente.

Não é o meu projeto, Ministro Minc. Não é o Projeto de Lei 6.424. É preciso que V. Ex^a se intire melhor das questões do Ministério do Meio Ambiente antes de falar.

E continua:

Perguntei ao presidente, quando eu o informava que procuraria os nossos líderes e os presidentes das duas casas, se eu iria falar em nome do ministério ou se essa também era a posição do presidente do governo. O presidente respondeu-me: "ministro minc, esta é a minha posição, é a posição do governo. O governo é contrário à redução da reserva legal, de 80% para 50%. Se com 20% não estamos conseguindo segurar o desmatamento do bioma amazônia -por isso, estamos correndo com medidas positivas para o desenvolvimento sustentado, o zoneamento ecológico, o preço mínimo, a indústria limpa -, imaginem passando de 20% para 50%. Realmente é uma coisa absolutamente fora de controle. Transmitem aos deputados, ambientalistas, pesquisadores, a posição do governo, e espero também que das nossas bancadas, a respeito desse problema de redução (...)

Ora, senhores e senhoras, meus Senadores, minhas Senadoras, é mais uma intervenção do Executivo no Parlamento brasileiro. Já não bastam, Sena-

dor Paulo Paim, as medidas provisórias, vem agora o Ministro Minc, na Câmara Federal, se posicionar pela não aprovação de um projeto de lei como posição governamental.

E diz mais adiante que segundo o Presidente Lula, se o Congresso aprovar, ele veta. Só que ele esqueceu que o veto Presidencial tem de voltar ao Congresso Nacional para que, sim, o Parlamento dê a resposta final, a conclusão do processo legislativo da manutenção ou não do veto presidencial.

Mas, pasmem, senhoras e senhores, o mesmo Presidente que diz ao Ministro que não aceita a redução da reserva legal de 80% para 50% assinou um decreto – e acho que o Ministro não tem conhecimento, Senador Goellner – na minha cidade, em Belém do Pará, Decreto nº 6.469, de 30 de maio de 2008, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz o seguinte:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inc. IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 5º, inc. I, da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e do decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, decreta:

Art. 1º – fica adotada a recomendação nº 007, de 28 de maio de 2008, do conselho nacional de meio ambiente – Conama, que autoriza [prestem atenção, brasileiros e brasileiras, principalmente, os da Amazônia], que autoriza a redução, para fins de recomposição da área de reserva legal, para até 50% das propriedades situadas na zona I, conforme definido no zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre.

Art. 2º – este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, quem está reduzindo a reserva legal? É o Senador Flexa Ribeiro, pelo seu projeto, que já mostrei aqui que não faz referência à reserva legal, ou é o Presidente da República, que assina um decreto? O Ministro Minc estava presente à cerimônia, lá em Belém, e não deu uma palavra sequer sobre a redução da reserva legal. E diria até, corretamente, porque defendo e estou apresentando um projeto para que seja também obrigação de todos os Estados brasileiros e, principalmente, os da Amazônia, fazer o seu Zoneamento Econômico-Ecológico.

Se houvesse vontade política do Governo de preservar e desenvolver a Amazônia, a primeira coisa que ele teria de fazer era o Zoneamento Econômico-

ecológico. A segunda coisa, ou paralela a esta, a legalização fundiária da região. Aí, sim, o Governo estaria com intenção de fazer o desenvolvimento sustentado e a preservação da floresta.

O projeto que apresentei, Senador Paulo Paim, não derruba uma única árvore. Ele apenas permite que nas áreas já alteradas, nas áreas já “antropizadas”, modificadas da Amazônia, que representam 18% da nossa região, somente nessas áreas, possa ser feito reflorestamento, com espécies nativas ou exóticas até os 80%. Não permite o meu projeto que, na reserva legal, seja plantado cana, soja, pecuária. Essas atividades ficam restritas aos 20% permitidos hoje. Então, eu não posso...

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concederei um aparte a V. Ex^a.

Eu não posso hoje deixar de fazer este desabafo, mais uma vez, da tribuna.

Senador Paulo Paim, no dia em que houve a comemoração mundial do meio ambiente, o Ministro do STJ, Dr. Antônio Herman fez a seguinte declaração, também lá no Plenário da Câmara, que quero ler.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, na última quinta-feira, no Plenário da Câmara, o Ministro do STJ Antônio Herman defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 6424/5 [Projeto de minha autoria, Senador Paulo Paim, que o STJ está defendendo], que permite a reposição de áreas florestais em reservas legais com palmeiras que possam ser exploradas economicamente.

E mais embaixo vem a correção e a verdade que os ambientalistas querem esconder, ao dizer que o meu projeto – como foi matéria da IstoÉ – “Desastre Anunciado”, o que é uma inverdade, uma reportagem feita com a Sr^a Joanna Guinle, contra o Projeto 6424. Sabem quem é a Sr^a Joanna Guinle, que fala na revista IstoÉ, que diz que é “desastre anunciado”, uma inverdade dita aqui? Sabe quem é, Senador Paulo Paim? É a marqueteira do Greenpeace.

A Sr^a Joanna Guinle não é ambientalista. Ela é a pessoa de marketing do Greenpeace. Então, não tem fundamento, a não ser fazer propaganda enganosa, dar entrevista desse tipo para a revista IstoÉ.

E mais: lá na Câmara Federal, as entidades ambientalistas já fizeram isto e foi reafirmado: distribuíram uma carta aberta aos Deputados, na qual pedem a rejeição de várias matérias que tramitam no Congresso, que, segundo essas entidades, ameaçariam a biodiversidade. Entre elas, Senador Paulo Paim, está

o projeto que reduz a reserva legal da Amazônia, de 80% para 50%.

Brasil inteiro, é importante que preste atenção: PL 1207/07, que tramita em conjunto com o PL 6424/05, que é o meu projeto. Então, é uma demonstração de que a inverdade pode demorar a vir à tona, mas eles próprios estão reconhecendo que o meu projeto não reduz a reserva legal. –

E eles estão pedindo para que seja rejeitado um projeto que está apensado ao meu na Câmara Federal, que não tem nada a ver com o texto que foi aqui aprovado pelo Senado Federal.

Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permitir, eu queria conceder um aparte ao Senador Gilberto, mas eu tenho ainda, ao finalizar, uma lamentável notícia a dar para o povo do Pará, o povo da Amazônia e o povo do Brasil.

Senador Gilberto, com muita honra.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Muito agradecido, Senador Flexa Ribeiro. Realmente, o seu projeto é audacioso em termos de recomposição das áreas degradadas. É o contrário: é construtivo o seu projeto. O seu projeto não diminui a área de reserva; o seu projeto vai ser apoiado; o seu projeto deve ser aprovado. É um projeto inovador, mas que precisa, sim, ser acompanhado de uma estrutura de viabilidade para a recomposição desse reflorestamento, porque nem todos os produtores vão poder realizá-la no próprio local. Possivelmente, vão precisar realizar a reposição florestal em outra gleba que não seja aquela. Nem sempre é possível fazê-lo no próprio local. Então, eu lhe parabenizo. Infelizmente, tudo o que se fala de meio ambiente pode ser mal interpretado. E eu diria que o senhor é também um ambientalista. Quando o senhor fala “os ambientalistas”, eu digo que existe o ambientalista muito ideológico e existem os ambientalistas praticantes. E eu vejo que o senhor é um ambientalista construtivo. Estão eu parabenizo V. Ex^a por sua posição de esclarecer aqui a todo o Brasil as vantagens do seu projeto. Eu apenas gostaria de fazer um esclarecimento – quem sabe anteriormente em meu pronunciamento eu não o tenha feito. Dentro do Estado de Mato Grosso existem três biomas característicos. Apenas uma pequena parte é floresta. Mas, na visão da mídia nacional, e até de quem não conhece o Estado, até pelo próprio nome do Estado, “Mato Grosso”, pensa-se que lá tudo é mato, floresta. Isso não é verdadeiro. Brasília é uma região com um cerrado muito mais consistente, de origem, do que a do Estado de Mato Grosso. Lá, cerrado e pantanal fazem parte de mais de 70% de todo o bioma. Então, trago

aqui o projeto, que já foi anteriormente enviado para o Senador Jonas Pinheiro, de retirada de todo Estado da Amazônia. Eu acho que não há necessidade de tanto, não é o caso. Devemos delimitar, sim, o que é floresta. E o zoneamento sócio-econômico-ecológico que será aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado – e que já foi feito na versão aerofotogramétrica de 1/250.000 – vai ser discutido em mais de 12 lugares no Estado. Os Deputados discutirão junto com a população em todos os locais e vamos retirar dali, sim, um delineamento do que é floresta, do que é cerrado, do que é pantanal. Com isso, propomos que os demais Estados que compõem a Amazônia Legal, que é um termo fiscal e que está enganando o mundo e o Brasil, deverão ser, então... Nossa proposta é um projeto de lei que consolide o que é floresta. E, dentro desse bioma, existe uma legislação adequada para isso. Então, o Estado do Tocantins hoje é floresta. Menos de 10% é floresta. Da mesma forma, o Estado do Maranhão, o Piauí. Algumas fazem parte...

(Interrupção do som)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – ...Senador Flexa, sem mais tempo, eu gostaria que a gente discutisse aqui futuramente, inclusive com a presença da Ministra Marina – que agora faz parte novamente deste Congresso, do Senado –, que poderá ajudar a todos aqui a discutir esses grandes temas e esses grandes projetos para de preservação da floresta amazônica. Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu que agradeço, nobre Senador Gilberto Goellner, pelo enriquecimento do aparte de V. Ex^a, que incorporo ao meu pronunciamento. Concordo e disse isto no meu pronunciamento, Senador Paulo Paim: se houvesse intenção política de preservar e desenvolver a Amazônia, teríamos que começar pelo zoneamento econômico ecológico, fazer exatamente a separação do que é área de preservação do que é área de manejo e do que é área de atividade intensa.

O Ministro Mangabeira Unger,...

(Interrupção do som)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...ele que também está convidado para essa audiência na Comissão de Meio Ambiente, foi claro quando disse: “A melhor forma de preservar a Amazônia é desenvolver a região; é levar alternativa economicamente viável para os seus milhões de habitantes”. Disse mais o Ministro Mangabeira Unger: “A Amazônia não é só uma coleção de árvores, é também e, acima de tudo, um grupo de pessoas”.

E, Senador Expedito Júnior, disse mais o Ministro Mangabeira Unger: "Se essa gente não tiver oportunidades econômicas, o resultado prático será uma atividade econômica desorganizada, e atividade econômica desorganizada levará implacavelmente ao desmatamento. A única forma de preservar a Amazônia é ajudando a desenvolvê-la".

Palavras do Ministro Mangabeira Unger.

Disse mais o Ministro Mangabeira Unger: "O Ministério de Meio Ambiente carece de instrumentos, para lidar com todos os muitos problemas de transporte, energia, educação e indústria, que são necessários para formular e implementar um programa abrangente de desenvolvimento."

Não sou eu que estou dizendo isso. Quem diz isso é o Ministro Mangabeira Unger. Está correto o Ministro. Está correto o Ministro. Temos que ter um projeto. Temos que ter um instrumento. O Ministério de Meio Ambiente tem que trabalhar junto com o Ministério do Desenvolvimento. Meio ambiente não é oposição a desenvolvimento, nem desenvolvimento é oposição a meio ambiente. Os dois têm que trabalhar juntos. Por isso queremos desenvolvimento sustentável.

E o Presidente Lula – já concluo, Senador Paulo Paim – declarou quando esteve na Europa, em Roma: "Todo mundo acha que pode meter dedo na Amazônia".

Ele próprio reconhece que a Amazônia é brasileira e tem que ser soberana a ação do Brasil em relação à Região.

O próprio Presidente reconhece.

E para concluir aquela notícia que eu não gostaria de dar, Senador Expedito Júnior, e peço a transcrição nos Anais da Casa: "Indústria madeireira fecha as portas." Não é a primeira no Pará, não. Não é a primeira. Mas essa indústria a que se refere a reportagem, a Madenorte, é uma indústria de 35 anos, verticalizada. Exporta pisos, exporta molduras, exporta compensados. Um mil e trezentos funcionários. Uma escola para atender os filhos dos seus funcionários e que vai fechar – ela vai manter-se, mesmo com a indústria fechada, até o final do ano. Mas vai fechar. E isso é lamentável. Por que vai fechar? Está dito aqui!

"O grande problema, explica Guilherme Carvalho, diretor da Aimex continua a ser falta de matéria prima para manter as linhas de produção nas indústrias. O Governo continua mantendo um ritmo muito lento para a liberação dos planos de manejo. A situação volta a se complicar, agora, porque estamos entrando no verão."

Todos que conhecem a Amazônia sabe que lá nós temos seis meses de inverno e seis meses de verão e agora nós estamos entrando no verão, quando se precisa fazer estoques para as indústrias poderem funcionar e aí precisaria das licenças ambientais.

"As empresas já deveriam estar, agora, iniciando os trabalhos de campo para a extração da madeira, mas mais de 99%..."

(Interrupção do som. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou repetir Senador Expedito: "mas mais de 99% dos projetos ainda não foram aprovados.

Há o risco de perdermos mais essa safra. Noventa e nove por cento dos projetos de manejo estão sem...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, é só uma pergunta que quero fazer ao Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou preocupado, porque o Senador Paulo Duque está esperando para falar desde às 14 horas. Eu já dei vinte minutos para o Senador Flexa.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria somente de fazer uma pergunta ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou já responder à sua pergunta e já concluir.

Antes, quero só terminar a questão da Madenorte. Quero lastimar o fechamento e a perda – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que defende os trabalhadores – de 1.200 a 1.300 empregos diretos que serão perdidos em breve. O Município da Ilha do Marajó tem um dos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Os menores IDH do Brasil estão na Ilha de Marajó. No Município de Breves, vai ser fechada a Madenorte que gera 1.300 empregos.

O Secretário de Meio Ambiente do Pará aponta duas razões para o indeferimento do plano de manejo da Madenorte. A primeira é que a área da madeireira – uma delas – encontra-se dentro da Reserva Extrativista Renascer. Pasmem os senhores! Não vou ler tudo, porque já estou extrapolando o meu tempo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou já responder à sua pergunta e já concluir.

Antes, quero só terminar a questão da Madenorte. Quero lastimar o fechamento e a perda – Senador

Paulo Paim, V. Ex^a, que defende os trabalhadores – de 1.200 a 1.300 empregos diretos que serão perdidos em breve. O Município da Ilha do Marajó tem um dos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Os menores IDH do Brasil estão na Ilha de Marajó. No Município de Breves, vai ser fechada a Madenorte que gera 1.300 empregos.

O Secretário de Meio Ambiente do Pará aponta duas razões para o indeferimento do plano de manejo da Madenorte. A primeira é que a área da madeireira – uma delas – encontra-se dentro da Reserva Extrativista Renascer. Pasmem os senhores! Não vou ler tudo, porque já estou extrapolando o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São só quinze minutos do seu tempo normal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pasmem os senhores: os planos de manejo florestal em áreas onde serão criadas – serão criadas, não existem! – a Floresta Estadual do Amazônia, a Área de Proteção Ambiental Santa Maria de Prainha e mais ainda, o absurdo: e outras unidades de conservação. A Secretaria de Meio Ambiente não aprova os planos de manejo onde já há áreas de preservação, como é o caso da reserva extrativista, mas não aprova também os planos de manejo onde serão criadas no futuro novas reservas!

Vai engessar o Pará inteiro, vai fechar todo o setor produtivo, que representa o segundo segmento da economia do Pará, só sendo ultrapassado pelo setor mineral.

Senador Expedito, rapidamente ouço V. Ex^a, para não deixar o Senador Paulo Duque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu lhe dei o dobro de tempo de todos os outros oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E V. Ex^a tinha feito um pacto com o Senador Paulo Duque de falar dez minutos, para que S. Ex^a pudesse falar. E agora nós vamos ter mais um aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Paim, eu confesso que vai ser um minuto, não mais do que isso, até porque, hoje também... Eu estou sem almoço até agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Somos dois.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Passei o dia inteiro hoje na Comissão. V. Ex^a estava lá. Aliás, sem almoço, não; nós comemos um sanduíche.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nem sanduíche eu comi.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Mas eu gostaria de fazer uma pergunta. No seu Estado, no Pará, vocês devem ter feito também o pacto federativo. Praticamente, cem por cento das reclamações hoje que V. Ex^a traz à tribuna é de responsabilidade do Estado do Pará, porque quem emite hoje...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A licença ambiental é a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Então, há um grande problema com a Governadora e com a Secretaria do Meio Ambiente do Pará. Graças a Deus, nós temos em Rondônia o pacto federativo. V. Ex^a esteve em Rondônia, e o Mato Grosso também tem um pacto federativo. E lá em Rondônia, as coisas estão funcionando bem. Graças a Deus, o plano de manejo está saindo, as licenças operacionais também. Mas, infelizmente, eu estive no Pará e pude perceber a dificuldade. Há Município no Pará pelo qual a Governadora não pode passar; há Município no Pará ao qual a Governadora não pode estar presente, não pode fazer reunião, por conta do abandono...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) –que está – para concluir –, principalmente nessa questão do setor madeireiro do meio ambiente. Quem sempre defendeu o meio ambiente deste País, Senador Paulo Paim? V. Ex^a sabe o respeito por V. Ex^a nesta Casa. Mais do que o Partido dos Trabalhadores, eu não conheço e, infelizmente, exatamente onde governa a administração do PT, do Partido dos Trabalhadores, não funciona a Secretaria do Meio Ambiente Estadual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Expedito Junior e encerro meu pronunciamento fazendo um apelo à Governadora Ana Júlia para que ela reveja a posição da Secretaria de Meio Ambiente e possa dar consequência aos projetos, não aprovando a todos, mas dizendo que não aprova e por que não aprova.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Indústria madeireira fecha as portas

APÓS 35 ANOS

Madenorte anuncia fim das atividades no Estado por falta de matéria-prima

O anúncio feito neste final de semana pela diretoria da Madenorte Laminados e Compensados de que a empresa encerrá as atividades não pode ser considerado como um fato isolado, segundo alerta o diretor técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Guilherme Carvalho. Muitas outras indústrias associadas com perfil parecido com o da Madenorte estão em situação semelhante e podem vir a encerrar as operações antes do final do ano.

O grande problema, explica Carvalho, continua a ser a falta de matéria-prima para manter as linhas de produção nas indústrias. "O governo continua mantendo um ritmo muito lento para a liberação dos planos de manejo.

A situação volta a se complicar agora, porque estamos entrando no verão. As empresas já deveriam estar, agora, iniciando os trabalhos de campo para a extração da madeira, mas mais de 99% dos projetos ainda não foram aprovados. Há o risco de perdermos mais essa safra", avalia o diretor da Aimex.

Na última reunião entre representantes do setor madeireiro e o secretário de Estado de Meio Ambiente, Valmir Ortega, realizada em março o quadro apresentado pelo secretário foi, segundo Carvalho, preocupante. "Nos três primeiros meses deste ano o governo do Estado liberou projetos de manejo para extração de apenas 320 mil metros cúbicos de madeira em tona. Se esse ritmo for mantido até o final do ano, serão liberados pouco mais de 1,5 milhão de metros cúbicos de madeira em tona para exploração em 2008. Isso é menos do que os 3,5 milhões de metros cúbicos liberados ano passado e representa menos ainda quando se sabe que as indústrias locais consomem perto de 10 milhões de metros cúbicos de madeira em tona por ano", diz o diretor da Aimex.

Sem matéria-prima disponível e com condições de mercado desfavoráveis para a exportação - a apreciação do real é um dos principais problemas enfrentados pelo segmento destinado às vendas externas - a indústria de base florestal tem sofrido um sério revés. "A comparação entre o desempenho do setor

Comparação entre desempenho no 1º trimestre de 2007 e no de 2008 aponta redução de 13,5%

madeireiro no primeiro trimestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008 aponta para uma redução real de 13,5% no valor exportado em dólar pelas indústrias paraenses", afirma Carvalho.

Como resultado, Carvalho aponta a situação da Madenorte. "Uma empresa com 35 anos de existência na cidade de Breves está tendo que fechar as portas. A empresa já teve 1,3 mil funcionários e foi reduzindo a quantidade de trabalhadores até que se tornou anti-econômico manter o negócio. Com o fim da empresa acaba também a fundação, que garantia boa educação para cerca de 200 crianças, filhas de empregados da indústria. Essas crianças só terão aula até o final do ano e depois deverão ir para a rede pública", conta o diretor da Aimex.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Enquanto o Senador Paulo Duque vem à tribuna – já o convoco –, coloco em votação o **Requerimento nº 757, de 2008**, de autoria do Senador Inácio Arruda, lido anteriormente.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam queram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pelo nobre Senador.

Tem a palavra o Senador Paulo Duque.

Desde já a Presidência agradece a tolerância de V. Ex^a, que foi paciente e aguardou, no mínimo, quatro horas para usar a tribuna, estando regularmente inscrito.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, ilustre gaúcho que tão bem defende a sua terra, Srs. Senadores ainda presentes, imaginem que o vazio, às vezes eventuais, do plenário não me impressiona nunca.

É como se estivéssemos falando para milhões e milhões de brasileiros. Podem estar certos disso. Um dos grandes serviços que o Presidente José Sarney prestou ao Brasil foi implantar aqui, nesta Casa, a TV Senado. Olha, eu tenho recebido, em geral, de 1.500 a 1.600 e-mails por dia, dos mais diferentes recantos do nosso País. Não fiquem tristes quando aparentemente não são ouvidos. São sim, e por milhões e milhões de brasileiros de todos os Estados, de todo o País e do exterior também.

Procurem verificar o número de e-mails que davante – Senador Gilberto Goellner, que chegou há pouco tempo, mas já deve estar recebendo alguns; Senador Expedito, que é sempre assíduo na tribuna e Senador Flexa Ribeiro, que é veterano – recebem sempre aqui como resultado de sermos ouvidos. O Senado é ouvido.

A Hiléia Amazônica, já ouviram falar nisso? Desde que eu era universitário, na cidade do Rio de Janeiro, que não tem esse problema, mas, desde que eu era estudante de Direito que eu ouço falar da Hiléia Amazônica.

A cobiça que essa região brasileira desperta e sempre despertou, sobretudo nos grandes grupos econômicos, os disfarces utilizados por aqueles estrangeiros ambiciosos, grandes produtores, grandes industriais, grandes capitalistas, aliados a brasileiros também desse mesmo jaez, sempre cobiçaram a região amazônica, a denominada hiléia amazônica.

Inventou-se fazer uma instituição para proteger a chamada hiléia amazônica, que abrange esses Estados todos que foram debatidos aqui hoje. Onde foi isso? Na Unesco, com a anuência ou a ingenuidade do Ministro do Exterior da época. Estou falando aqui em meio século, Senador Expedito Júnior. V. Ex^a ainda nem tinha aparecido por aqui. Meio século! Naquela

época, a Unesco seria a grande administradora da hiléia amazônica. Escolheram até uma professora antropóloga, já falecida há muitos anos – a professora Heloísa Alberto Torres, que seria a coordenadora desse movimento, no Ministério das Relações Exteriores, da hiléia amazônica.

Acontece que o povo se levantou. Foi o povo que, no Rio de Janeiro, compareceu em peso às conferências no Clube Militar. Os militares sempre estiveram atentos, os bons militares, a maioria dos militares brasileiros, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sempre esteve atenta.

Nós, brasileiros, não temos culpa de a América espanhola ter sido fragmentada em doze ou treze países, e todos se admiraram da unidade da América portuguesa, que conseguiu sobreviver. O Brasil lutou muito para manter a sua unidade.

No momento, os suspeitos, na minha opinião, são esses milhares de ONGs que andam por aí. Para mim, ONG virou uma espécie de suspeição permanente. Virou mesmo. Estejam ou não ouvindo, esta é a minha palavra como Senador da República representando o Estado do Rio de Janeiro. Não temos florestas, temos praias lindíssimas, mas o Rio é sempre o Rio de Janeiro.

Eu nem ia falar nisso hoje. Meu assunto seria até bem outro, mas senti tanta sinceridade nos oradores, tanto patriotismo naqueles que estão representando milhares de brasileiros de Rondônia, do Pará, do Amazonas, do Acre, dos territórios, lá do Norte, de longe, mas que estão ouvindo, que resolvi dar o meu testemunho. A cobiça internacional sobre a Amazônia é muito antiga. Não pensem os estudantes de agora que isso começou nesses últimos anos. Não, isso vem de muitos anos! As gerações que antecederam os atuais jovens e universitários lutaram bem, muito, permanentemente, para a preservação da hiléia amazônica. Podem estar certos disso. E esses homens que beiram os 70, os 80 anos de idade, até mais, lutaram muito na sua mocidade para preservar o território brasileiro.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a autorizasse a inserção, nos Anais do Senado, de um artigo muito interessante que diz respeito ao nosso petróleo. Nos idos de 50, a mocidade era, de norte a sul, muito nacionalista, talvez por termos saído de uma guerra, a Segunda Guerra Mundial. A mocidade era muito interessada, não na maconha, não no funk, não no baile não sei de quê, mas nas causas públicas. Era diferente.

Eu tenho de passar uma experiência para cá. Lógico. Então, eu pediria a inserção do artigo. Não sei se é possível, se permite o Regimento Interno, que tem que ser reexaminado, reestudado. Título do artigo: **"Royalties: o futuro do Rio em jogo."**

O meu compromisso aqui é com o Rio de Janeiro, com o povo do Rio de Janeiro, com o Estado do

Rio de Janeiro. Esse é o meu compromisso. Jamais entrarei em jogadas, joguetes ou coisas que possam prejudicar o meu País. Às vezes, é preciso até arranhar a Constituição quando a causa é grande.

Ontem, falou-se em urgência de uma medida provisória. Negou-se urgência a uma medida provisória quando já havia uma demora de três séculos de injustiças. Trezentos anos de escravidão e diziam que não era urgente. Isso após duzentos anos de uma medida libertária: "Vamos fazer uma lei do ventre livre, pois um moleque desses não vai poder trabalhar. Para que vou alimentar mais esse." Ventre livre". Depois: "Ah, esse homem aí, esse negro tem 60 anos de idade. Vamos fazer uma lei qualquer aí, tipo sexagenários. Ele não pode mais trabalhar, para que vou alimentar esse homem?" Até que a pressão do Exército – o Exército é sempre patriota – fez com que uma deusa loura, gentil, em 13 de maio de 1888, disse: "Não, não tem mais escravidão no Brasil". Não tem mais escravidão formal, escravidão formal.

Por isso, Sr. Presidente, é que o Senado é uma Casa maravilhosa. O Brasil está aqui e, às vezes, é preciso abrir os olhos para entender que uma filigrana legislativa qualquer não pode se sobrepor a trezentos anos de espera. "Ah, mas não é urgente". Como não é urgente? Trezentos anos de sofrimento, trezentos anos de submissão, trezentos anos de ofensa, de humilhação e de chibata... Então não é urgente o projeto de V. Ex^a que foi votado ontem? Claro que é urgente.

E devo dizer a V. Ex^a que já recebi vários e-mails sobre o assunto de ontem para hoje.

Por isto, estou pedindo a V. Ex^a que transcreva o artigo que tem como título "Royalties: o futuro do Rio em jogo". E realmente está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero informar, sem violentar o seu tempo, que é regimental, que V. Ex^a será atendido e esse artigo será incorporado, na íntegra, ao seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a desde já.

Eu não poderia deixar de fazer esta referência a um jornal grande, poderoso, que tem grande influência na opinião pública e vou passar às mãos de V. Ex^a a matéria, que é de interesse do Rio de Janeiro e do Brasil.

Se eu fosse falar do Rio de Janeiro e do Brasil, acho que levaria mais uma hora e seria um castigo muito penoso que aplicaria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma satisfação ouvi-lo, Senador Paulo Duque. V. Ex^a sabe disso.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Só quero, pelo menos, dizer o seguinte: logo que cheguei ao Senado, em janeiro – passei muitos anos na Assembléia do Rio de Janeiro, como Deputado –, observei que a nossa Constituição, em seu art. 155, penaliza de tal

maneira o meu Estado, aplica um castigo tão grande ao meu Estado do Rio de Janeiro, que a minha primeira iniciativa foi esta aqui, Sr. Presidente Paulo Paim: propor alteração do art. 155 da Constituição Federal, para – veja V. Ex^a que é do Sul – permitir que o Estado de origem cobre o imposto chamado ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.

Isso significa o seguinte: o Estado do Paraná, por exemplo, que produz uma incontável potencialidade energética com Itaipu, não pode cobrar a energia que exporta; significa que o Estado do Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo hoje, não pode cobrar o imposto do ICMS na origem, especialmente em Campos, naquela região, etc.

Isso vem desde 1988, esse absurdo. Mas, naquela época, o Rio ainda não produzia muito petróleo. A Bahia produzia alguma coisa, o Rio Grande do Norte produzia alguma coisa, o Rio Grande do Sul, acho que não era produtor de petróleo, não sei. Naquela época, em 1988, quando se fez a Constituição atual.

Mas, de repente, as coisas mudaram. Eis aí. Tudo indica que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, São Paulo e, talvez, Santa Catarina, transformem o País, de repente, em um dos grandes produtores de petróleo do mundo, mas sem poder cobrar o imposto de ICMS na origem, onde é produzido, como é habitual em qualquer outro produto. V. Ex^a sabe disso. Por isso, esperei as quatro horas – esperei com prazer; aprendi muito aqui com o Senador Expedito, com o Senador Gilberto, com o Senador Flexa Ribeiro, cuja indignação absorvi e aprendi – para dizer a V. Ex^a que essa foi a primeira proposição que, como Senador, apresentei a esta Casa. E mais: Relator da Comissão de Justiça, com voto favorável do Senador Flexa Ribeiro a essa proposta. Então, V. Ex^a entende que eu tive uma dupla gentileza para com ele quando cedi meu tempo e minha vez de usar da tribuna.

Os assuntos, hoje, seriam vastos, Sr. Presidente, mas vou deixar para sexta-feira, que é um dia mais tranquilo, mais calmo. E não vou penalizar V. Ex^a com este meu discurso que, parece-me, é o último do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Teremos ainda o Senador Expedito Júnior.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a. Entrego ao funcionário competente este artigo que gostaria muito de ver publicado. É um artigo a favor do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Royalties: O futuro do Rio em jogos

MARCEL PEREIRA

Surge no Congresso Nacional, em torno da distribuição dos royalties do petróleo, uma nova proposta que agride de frente os interesses do Estado do Rio de Janeiro. Seu foco é: em nome do zelo por uma supostamente racional aplicação de recursos, o Rio de Janeiro deveria se sacrificar e abrir mão da parte que lhe compete. Mais uma vez o pedido é que o Rio se sacrifique pelo melhor do Brasil.

O senador Aloysio Mercadante, autor da proposta (artigo no GLOBO de 1º de junho), nega o que é verdade absoluta: o estado de São Paulo, a quem o nobre senador representa em Brasília, tem muitos interesses no processo de redistribuição. Atualmente, o Rio de Janeiro recebe 86% dos recursos de royalties. Uma redistribuição seria um jogo no qual só perderiam cariocas e fluminenses.

Até quando pedirão sacrifícios ao Rio de Janeiro? Por que São Paulo não abre mão de seu ICMS em prol dos estados consumidores de suas mercadorias? O ICMS do petróleo já é recolhido no destino, na bomba de gasolina do consumidor final.

Uma vez mais se espera a repetição de um sacrifício do Rio. Como em 1960, quando os únicos sacrificados pela transferência da capital federal para Brasília foram a cidade do Rio e os cidadãos cariocas. Foi-se a capital,

atrás dela seguiu o capital, humano e financeiro. Em seguida, em 1974, mais sacrifício: uma fusão extremamente mal planejada e mal concebida entre dois estados que mais pareciam água e azeite de tão distintos entre si — a Guanabara e o antigo Estado do Rio. Um processo propulsado voltado para o desmonte político da cidade que fazia oposição aos militares no poder.

De tão malfeito, as sequelas administrativas da desordem instaurada são sentidas até hoje. A saúde, por exemplo, é um caso típico. O Rio de Janeiro é diferente de outras capitais, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde a rede de hospitais no perímetro municipal é administrada pela prefeitura, e

nos municípios da periferia metropolitana é administrada pelo governo do estado. Após a fusão, a rede de hospitais estava toda no antigo Estado da Guanabara. Ela foi, então, sumariamente dividida entre as alçadas estadual e municipal. Isso impediu o desenvolvimento de uma rede de suporte aos municípios da periferia metropolitana, sobretudo na Baixada Fluminense. Essas prefeituras, ao invés de usufruirem de uma rede de hospitals, até os dias de

hoje investem em ambulâncias para conduzir seus pacientes à rede de hospitais do governo do estado, em ampla maioria localizados em nossa desamparada capital.

Pelo sacrifício feito pelo país, o Rio de Janeiro submergiu num processo de fuga de capitais e desaceleração econômica. O empobrecimento se acentuou a partir da década de 80, e a desordem e a violência urbanas inhibitoram novos investimentos. O ciclo de decadência levou à redução do fluxo de turistas. Os serviços públicos se mudaram para Brasília e as matrizes de empresas e bancos, para São Paulo. A cidade sofreu perda econômica trágica, com expressiva diminuição dos postos de trabalho.

A dinâmica é conhecida de sociólogos e econometristas: menos emprego, mais roubos e assaltos. Em seguida, por causa da violência, menos empregos ainda. Os números da violência demonstram a intensidade do agravamento. Em 1982, foram registrados pouco mais de 2.100 homicídios na cidade do Rio de Janeiro. Em 1991, foram registrados 7.518 homicídios. A taxa quadruplicou em uma

década. Os dados econômicos mostraram o tamanho da agonia sob a

qual sucumbiu a cidade do Rio. No intervalo entre 1996 e 2003, no ápice da crise econômica que atingiu o município, a renda da cidade encolheu 35%, numa catástrofe silenciosa. Quando agora surgem sinais de retomada, qual o pedido escutado? Que o Rio faça novo sacrifício...

É preciso ter mais cuidado, sim, com os excessos causados pela abundância de royalties especialmente concentrados em alguns poucos municípios. Uma disciplina fiscal mais rígida se faz necessária, para reequilibrar as forças econômicas dentro do Estado do Rio e redistribuir a concentração populacional que há em torno de áreas de baixa prospecção de empregos. O grande desastre do estado, hoje, é “ir além do petróleo” e dar um choque de empregos em sua Região Metropolitana. A decolagem passa, obrigatoriamente, pela alocação ótima de royalties dentro do próprio estado.

Esta é a hora de se abrir a “caixa de Pandora” do orçamento estadual para mostrar à população a que passos o estado caminha nesta direção. É uma excelente oportunidade para o governador Sérgio Cabral mostrar que seus planos de reerguimento do Rio vão além de bater duro na segurança pública.

MARCEL PEREIRA é diretor de pesquisas do Instituto Atlântico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a será atendido na forma regimental. O artigo será publicado.

Neste momento, antes de passar a palavra ao Senador Expedito Júnior, eu gostaria de, infelizmente, ler um *e-mail* que recebi do meu Estado do Rio Grande do Sul:

Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim,

Num conflito hoje, em Porto Alegre, numa manifestação contra a corrupção, houve um confrontamento entre a brigada militar e os movimentos sociais. Dezessete feridos e 12 trabalhadores presos. Esse foi o resultado da ação de confrontamento entre a brigada militar e os movimentos.

Infelizmente, o protesto contra a denúncia, a corrupção e o desvio do dinheiro público no Rio Grande do Sul chega a esse estágio.

Os conflitos iniciaram-se às 11h da manhã, quando trabalhadores, estudantes e sindicalistas iniciaram uma caminhada em direção ao Palácio Piratini, sede do Governo atual. A manifestação foi reprimida com balas de borracha, bombas e gás de pimenta. Mais tarde, quando tentaram reiniciar a marcha, os trabalhadores foram novamente impedidos de caminhar e agredidos.

Infelizmente, é um fato que eu tenho de registrar, porque recebi do meu Estado. Todos sabem que há, neste momento, um debate muito profundo sobre corrupção no meu Estado, com uma CPI instalada na Assembléia Legislativa. Os movimentos sociais estão fazendo manifestações em todo o Estado, inclusive em frente ao Palácio do Governo.

Feito o registro, passo a palavra ao Senador Expedito Júnior, pelo tempo de 10 minutos mais cinco, como dei para os outros oradores.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a oportunidade que V. Ex^a me proporciona de poder falar mais uma vez. Não estava inscrito, e V. Ex^a me abre oportunidade de, mais uma vez, com tristeza, tratar sobre um assunto do meu Estado.

Esta Casa, tivemos a possibilidade de aprovar aqui uma resolução, a Resolução 034, que dava a oportunidade ao Estado de Rondônia de rediscutir a dívida do Banco do nosso Estado, do Beron, o Banco do Estado de Rondônia. Infelizmente não foi acatada a decisão desta Casa pelo Governo Federal.

O Presidente da Casa, por intermédio da assessoria jurídica do Senado, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, para que fizesse com que o Governo Federal cumprisse a determinação, aprovada praticamente por unanimidade, dois votos contra que tivemos aqui, do Líder do Governo e me parece do Senador Mercadante.

Infelizmente, nós não tivemos condições de conseguir a liminar no Supremo. O Supremo entendeu que deveria ainda discutir sobre esse processo, mas que não cabia liminar. E eu respeito a decisão do Supremo. Não quero colocar em xeque, não quero colocar em dúvida a decisão tomada pelo Ministro Ricardo Lewandowski.

Mas, com tristeza, Sr. Presidente, vejo que as coisas para o meu Estado, as coisas para Rondônia, não acontecem. Temos a questão da transposição de servidores do quadro estadual para o quadro federal. É uma luta. Já foi aprovado por esta Casa, está na Câmara dos Deputados, já foi aprovado pela comissão criada para analisá-lo. E foi aprovado por essa comissão, veio ao Plenário da Casa. Infelizmente, encontra-se parado, dormindo nas gavetas do Presidente Arlindo Chinaglia. Essa questão do Beron é a mesma coisa: nós ganhamos, mas não conseguimos levar.

Com os convênios do meu Estado também não é diferente. Com muita luta, com muito sacrifício, nós conseguimos a construção das usinas para o meu Estado, o Complexo do Madeira: Jirau e Santo Antônio. Mas V. Ex^a bem sabe qual foi a nossa luta para conseguirmos o licenciamento dessas obras. E sabe todo o Brasil que vamos gerar energia para emprestar para o resto do País, para o resto do Brasil. Pouca dessa energia será gerada para o nosso Estado.

Sr. Presidente, ontem, entrei no *site* “rondoniaovivo” – um *site* do meu Estado –, que faz uma denúncia muito séria; uma denúncia que, se for verdadeira, é um escândalo nacional.

O *site* “rondoniaovivo” traz uma matéria – eu gostaria de ler alguns trechos – publicada no dia de

ontem: "Caso Beron – uma corrupção generalizada", por Domingos Borges da Silva. Ele conta aqui uma pedaço da história, Sr. Presidente, que nós vivemos no Estado de Rondônia com esse assunto, que está praticamente engasgado na garganta de mais de um milhão de brasileiros que moram em Rondônia.

Em fevereiro de 1995, o então Governador do Estado de Rondônia procurou uma empresa de Consultoria e Auditoria, sediada em São Paulo, e por ser supostamente de notória especialização a contratou para realizar um levantamento contábil-financeiro no Banco do Estado de Rondônia S.A. – Beron.

Não se sabe o volume de recursos envolvidos no pagamento da empresa.

A empresa tinha como principal sócio Gustavo Loyola (...).

Vejam bem, se isso for verdadeiro, a trama que fizeram com o Banco do Estado de Rondônia e o prejuízo causado aos cofres públicos do meu Estado.

Prossegue a matéria:

A empresa tinha como principal sócio Gustavo Loyola, que mais tarde se tornaria Presidente do Banco Central – Bacen. E, baseado nas informações obtidas através de sua empresa, decretaria, em julho do mesmo ano, intervenção no Banco do Estado de Rondônia S.A. – Beron.

Um dos sócios da empresa de Gustavo Loyola era nada mais nada menos que Maílson da Nóbrega, então Ministro da Fazenda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro que mais tarde veio a fazer parte do quadro societário da empresa de Gustavo de Loyola foi Gustavo Franco, que também presidiu o Banco Central.

Decretada a intervenção, logo os intervenientes criaram no Beron dois fundos de investimentos, um a curto prazo e outro com prazo de 60 (sessenta) dias.

Como fonte de investimentos, investidores utilizaram-se de Títulos da Dívida Pública ([ou seja, os famigerados] Precatórios), que eram caucionados por Certificados de Depósitos Bancários, que serviriam para serem comercializados no mercado financeiro.

Em outras palavras, o Beron recebeu títulos de valores duvidosos e emitia Certificados de Depósitos Bancários que possuíam credibilidade e valor nominal passível de serem comercializados no mercado financeiro.

Daí que a Agência do Beron em São Paulo foi envolvida no maior escândalo financeiro já visto na História do Brasil, que foi o dos Precatórios (...).

E, se não estou enganado, foi como Relator ou como Presidente que o Senador Romeu Tuma, por várias vezes, em vários pronunciamentos nossos nesta Casa, fez várias intervenções, inclusive denunciando o que aconteceu na época com o Estado de Rondônia.

Prossegue o artigo:

Os fundos de investimentos movimentaram bilhões de reais, através dos Certificados de Depósitos Bancários, os quais foram zerados após serem noticiados em sede de Ação Popular, à Justiça Federal.

Essas informações estão provadas e comprovadas nos autos da Ação Popular nº 1997.41.00.001436-7, processo que tramitou perante a Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia, e hoje se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde 25/04/2000 que recebeu o nº 2000.01.00043387-0.

Na ação popular está sendo questionado exatamente os atos de Gustavo Loyola que foram pela decretação de intervenção no Beron, como assim as sucessivas programações sem amparo legal.

Naquela ação, ajuizada em pleno andamento da intervenção decretada no Beron (21/05/1997), o autor popular chegou a afirmar, em relação à evolução do prejuízo do Beron, que: "ou os intervenientes do Banco Central do Brasil são magnânimos ou o Banco Central é um verdadeiro castelo de areia".

Por ocasião da auditoria realizada pelo empresa de Gustavo Loyola junto ao Beron e ao Rondonpoup, o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do Beron era um pouco mais de R\$21 milhões, ainda que os resultados da

autoria não espelhassem bem a realidade financeira da Instituição pois o principal devedor na época era o próprio Estado de Rondônia, acionista majoritário do Beron.

Na ação popular ficou provado ainda que, para deixar o Beron na situação encontrada pela empresa de auditoria de Gustavo Loyola, o Estado de Rondônia deixou de aportar ([ou seja, deixou de] depositar) no Beron os valores que eram devidos à União por conta do Imposto de Renda retido na fonte, o que, se houvesse aportado (depositado), não haveria a necessidade de decretação de intervenção no Beron.

Ora, Sr. Presidente, então, está claro. Se isso aqui for verdadeiro, esse é o maior escândalo já visto no nosso País e a maior injustiça que se faz ao meu Estado; a maior injustiça que se faz com Rondônia.

Por isso, desde que cheguei a esta Casa, estava adormecido aqui, nas gavetas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um pedido do Governador de Rondônia, Ivo Cassol, solicitando a revisão dessa dívida, porque não acha justo estar sangrando o povo do meu Estado e pagando uma dívida que Rondônia não deve.

Eu sempre digo nesta tribuna: não é justo para com o meu Estado essa dívida. Não queremos ser caloteiros. Não queremos dar calote no Governo Federal e muito menos no Banco Central. Nós queremos pagar aquilo que é devido. Aquilo que for devido, aquilo que for dívida de Rondônia nós estamos prontos para pagar e para assumir o nosso compromisso. Agora não é justo que se faça isso com o meu Estado. São em torno, Presidente, de 10 a 12 milhões todos os meses que poderiam permanecer no meu Estado para melhorar a qualidade de vida, a saúde pública, a educação, a segurança pública, a nossa agricultura, as nossas estradas. Mas, infelizmente, o dinheiro

está indo para o ralo; dinheiro esse que o povo do meu Estado arrecada com muita dificuldade. É um Estado pequeno, e esse dinheiro poderia estar sendo muito bem aplicado, principalmente numa gestão de um governador de sucesso, que é o Governador Ivo Cassol, de Rondônia.

Faço este registro e gostaria de pedir que V. Ex^a desse como lido o restante da denúncia que faço, que não é minha. Essa denúncia é do site Rondoniaovivo, uma denúncia muito séria. Com certeza, vamos fazer isto aqui chegar ao Supremo; vamos fazer com que a justiça seja feita com o meu Estado; vamos fazer com que a justiça seja feita com Rondônia.

Vou reunir-me com os Líderes desta Casa, com os Líderes de Oposição, com os Líderes da base aliada, para que nós possamos, Sr. Presidente, corrigir essa injustiça, essa distorção com o meu Estado.

Prometi em Rondônia que, se fosse eleito Senador da República, eu estaria 24 horas por dia defendendo o meu Estado; que sempre que tivesse condições eu falaria de Rondônia. E hoje tenho essa oportunidade, Sr. Presidente. V. Ex^a me conhece e sabe que desde o dia em que cheguei aqui procuro defender o povo do meu Estado e, acima de tudo, procuro defender Rondônia. Sou Senador do Brasil, mas fui eleito pelo Estado de Rondônia e é para lá que eu tenho que prestar conta do meu mandato. Eu sei das minhas obrigações como Senador, mas sei também das obrigações que tenho e dos compromissos que fiz com o povo do meu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que desse como lido o restante da denúncia que apresento, séria, publicada no site Rondoniaovivo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JUNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º, do Regimento Interno.)

CASO BERON - Uma corrupção generalizada -

Por: Domingos Borges da Silva

Em fevereiro de 1995, o então Governador do Estado de Rondônia, procurou uma empresa de Consultoria e Auditória, sediada em São Paulo e por ser supostamente de notória especialização, a contratou para realizar um levantamento contábil-financeiro no Banco do Estado de Rondônia S.A. - BERON.

Não se sabe o volume de recursos envolvidos no pagamento da empresa.

A empresa tinha como principal sócio, Gustavo Loiola que mais tarde se tornaria Presidente do Banco Central - BACEN e baseado nas informações obtidas através de sua empresa, decretaria em julho do mesmo ano decretaria Intervenção no Banco do Estado de Rondônia S.A. - BERON.

Um dos sócios da empresa de Gustavo Loiola era nada mais nada menos que Maílson da Nóbrega, então Ministro da Fazenda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outro que mais tarde veio a fazer parte do quadro societário da empresa de Gustavo Loiola foi Gustavo Franco, que também presidiu o Banco Central.

Decretado a intervenção, logo os Interventores criaram no BERON, dois fundos de investimentos, um a curto prazo e outro com prazo de 60 (sessenta) dias.

Como fonte de investimentos, investidores utilizaram-se de Títulos da Dívida Pública (Precatórios), que eram caucionados por Certificados de Depósitos Bancários, que serviriam para serem comercializados no mercado financeiro.

Em outras palavras, o BERON recebeu títulos de valores duvidosos e emitia Certificados de Depósitos Bancários que possuíam credibilidade e valor nominal passível de serem comercializados no mercado financeiro.

Daí que a Agência do BERON em São Paulo foi envolvida no maior escândalo financeiro já vista na História do Brasil, que foi dos Precatórios, onde milhões de reais foram desviados dos cofres públicos.

Os fundos de investimentos movimentaram bilthões de reais, através dos Certificados de Depósitos Bancários, os quais foram zerados após serem noticiados em sede de Ação Popular, à Justiça Federal.

Essas informações estão provadas e comprovadas nos Autos da Ação Popular nº 1997.41.00.001436-7, processo que tramitou perante da Justiça Federal Seção Judiciária de Rondônia e hoje se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde 25/04/2000 que recebeu o nº 2000.01.00.043387-0.

Na ação popular está sendo questionado exatamente os atos de Gustavo Loiola que foram pela decretação de intervenção no BERON, como assim as sucessivas prorrogações em amparo legal.

Naquela ação, ajuizada em pleno andamento da intervenção decretada no BERON (21/05/1997), o autor popular chegou a afirmar, em relação à evolução do prejuízo do BERON que: "ou os interventores do Banco Central do Brasil são magnânimos ou o Banco Central é um verdadeiro castelo de areia."

Por ocasião da auditoria realizada pela empresa de Gustavo Loiola junto ao BERON e RONDONPOUP, o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do BERON, era de um pouco mais de R\$ 21 milhões de reais, ainda que os resultados da auditoria não espelhasse bem a realidade financeira da Instituição pois o principal devedor na época era o próprio Estado de Rondônia, acionista majoritário do BERON.

Na ação popular ficou provado ainda que para deixar o BERON na situação encontrada pela empresa de auditória de Gustavo Loiola, o Estado de Rondônia deixou de aportar (depositar) no BERON, os valores que eram devidos à União por conta do Imposto de Renda redito na fonte, o que se houvesse aportado (depositado), não haveria necessidade de decretação de intervenção no BERON.

Em outras palavras, houve toda uma maquiagem financeira, para ensejar a decretação de intervenção pelo BACEN no BERON, já que a política do Banco Central era

estatizar todas as instituições bancárias estaduais do País, a qualquer custo.

Outra relevância diz respeito aos atos dos próprios Interventores nomeados pelo BACEN para intervirem no BERON.

Por ocasião da autoria realizada pela empresa de Gustavo Loiola, o passivo líquido a descoberto do BERON, relativamente aos seus devedores, pessoas físicas e jurídicas os maiores valores eram passíveis de liquidação (Pagamento).

Para avolumar o passivo líquido a descoberto (prejuízo) do BERON, os interventores começaram a captar recursos financeiros a juros extorsivos junto a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A., a passaram a emprestar para pessoas físicas e jurídicas que não possuíam capacidade financeira para honrar compromissos.

Diz-se da pessoa que não têm capacidade financeira para honrar compromissos, aquelas que obtêm empréstimos junto a Banco, mas o seu patrimônio é insuficiente para garantir o pagamento do débito e quando o valor não é para investimentos em patrimônio sólido.

O Pior ocorreu quando esses empréstimos foram realizados principalmente para políticos do Estado de Rondônia, cuja garantia era a emissão de uma simples Nota Promissória.

Houve uma verdadeira farra com os recursos do BERON, sendo que políticos do Estado avalizavam pessoas que não tinha qualquer patrimônio que garantisse os pagamentos dos débitos por elas contraídos e em muitos casos as garantias eram meras Notas Promissórias.

Das centenas de empréstimos, em valores superiores a R\$ 10 mil reais, concedidos a pessoas que não tinham condições financeiras para honrar compromissos, após o encerramento da intervenção, foram considerados "irrecuperável", "de difícil recuperação" "recuperável parcialmente" e "recuperável", aqueles que até hoje estão em processo de Execução.

Por conta dessas operações realizadas pelos Interventores do BACEN junto ao BERON, foi que seu prejuízo (passivo líquido a descoberto), foi elevado para R\$ 502,400 milhões em pouco mais de 3 (três) anos, período em que perdurou a intervenção.

Fato outro que agravou o prejuízo foram exatamente os empréstimos que o BERON, através de seus interventores tomavam junto a Caixa Econômica Federal à taxa de juros extorsivos e os valores eram emprestados à taxa de juros inferiores, ficando o BERON com o prejuízo da diferença de juros que tinha que pagar à Caixa Econômica.

Em outra ação popular, que também se encontra em grau de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (proc. nº 1999.41.00.000346-5), questiona-se exatamente os Contratos de Abertura de Crédito e de Refinanciamentos celebrados pela União, com o Estado de Rondônia, por conta dos prejuízos do BERON.

Nesta ação contém o Relatório Contábil Financeiro do BERON, onde está amplamente demonstrado, inclusive com a descrição de nome de pessoas físicas e jurídicas, principais devedoras da instituição, que foram contempladas com empréstimos fraudulentos, através dos Interventores do BACEN.

Meras suposições de que os então Interventores nomeados pelo Banco Central do Brasil, para intervirem no BERON não causaram prejuízo à instituição, é ledo engano pois há documentos que comprovam a má gestão junto ao BERON, e o BACEN aplicou-lhes pena de multa.

O Estado de Rondônia não pode ficar com um prejuízo monumental que não é seu e a JUSTIÇA não pode agir em detrimento do Estado e em benefícios de inescrupulosos.

CONTATO: db.silva1965@bol.com.br

Rondoniaovivo.com

Permitida reprodução desde que citada a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será V. Ex^a atendido na forma do Regimento Interno.

Infelizmente, Senador Expedido Júnior, tenho que voltar a falar do assunto do Rio Grande do Sul.

O Senador José Nery está acompanhando; o seu Partido está se movimentando também lá, mediante os fatos que estão acontecendo. E o relato que recebi há pouco, em telefonema do Presidente da Federação dos Metalúrgicos, é da maior gravidade. Diz que a violência contra os movimentos sociais é algo nunca visto, eu diria, no mínimo, no período democrático do País pós-ditadura.

Isso é da maior gravidade. Quero aqui deixar registrado o meu protesto. Tentarei entrar em contato com o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul no sentido de que os movimentos pacíficos tenham todo o direito de fazer as suas caminhadas, os seus protestos em nome da ética e do combate à corrupção. Então, deixo aqui registrada a nossa indignação. Tentarei fazer contato ainda hoje com o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Senador José Nery, vou passar a palavra a V. Ex^a, mas me permita ainda dizer que eu não misturo as coisas. Vai chegar aqui ao Congresso amanhã um pedido de empréstimo de mais de US\$1 bilhão junto ao Banco Mundial para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu não misturarei essas duas coisas. Eu vou pelear aqui dentro para que esse empréstimo seja aprovado. Esse empréstimo visa pagar parte da dívida do meu Estado com a União e, consequentemente, a partir disso, vão diminuir em um terço os juros que atualmente se pagam todo ano para o Poder Central. Agora, também não medirei esforços para que a Comissão de Assuntos Econômicos, como me foi solicitado pelo Senador Aloizio Mercadante, tenha todas as informações do que está acontecendo no Rio Grande do Sul, a partir da CPI instalada na Assembléia Legislativa.

Então, que não fique nenhuma dúvida quanto à nossa posição. Não vamos misturar a luta nossa em favor de que tudo seja esclarecido, doa a quem doer – eu já disse isso em outras oportunidades, mesmo quando me referia a denúncias feitas aqui em relação ao Governo Federal. Tenho a mesma posição em relação à gravidade dos fatos que estão acontecendo no Rio Grande do Sul. Vamos fazer de tudo. Da mesma forma que Amazonas, São Paulo e outros Estados pleitearam seus empréstimos e foram assegurados nessa linha, faremos a defesa do nosso Estado aqui. Tenho certeza de que essa é a posição dos três Senadores.

O povo gaúcho não pode pagar pela irresponsabilidade e pelo desvio de conduta de alguns.

Senador Flávio Arns, ouço V. Ex^a pela ordem. A seguir, vou conceder a palavra ao Senador José Nery.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até peço desculpas ao Senador José Nery, se V. Ex^a me permite, porque, como já mencionei em outras ocasiões, V. Ex^a é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e eu gostaria de destacar para o Brasil, rapidamente, em dois minutos, algumas iniciativas importantes que vêm acontecendo naquela Comissão, da qual o Senador José Nery também participou ativamente, na semana passada, com a presença do Presidente do Ipea, Dr. Márcio Pochmann. O economista, inclusive, fez uma abordagem muito interessante sobre o peso da carga tributária em classes sociais diferentes, mostrando como as pessoas economicamente mais carentes no Brasil vêm tendo uma carga tributária superior àquelas pessoas que recebem mais. Quer dizer, um peso maior da carga tributária em relação às pessoas com poder aquisitivo menor, quando deveria ser exatamente o contrário.

Quero destacar que a Comissão de Direitos Humanos, nesse debate todo, aceitou a sugestão de constituirmos um grupo de trabalho para aprofundarmos esse debate, essa reflexão, e por meio do próprio Ipea fazermos sugestões de legislação, de mudanças em uma Comissão que se denomina Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então isso é muito importante.

Eu gostaria de destacar que foram aprovados três projetos, na semana passada, em relação à pessoa com deficiência. E V. Ex^a, Sr. Presidente, há pouco ainda mencionou o trabalho para aprovação da Convenção da ONU a favor dos direitos da pessoa com deficiência. No Brasil, eu diria que o grande desafio é fazer com que a legislação seja cumprida.

Destaco que na semana passada foi aprovado um projeto de lei considerando as pessoas com visão monocular, ou seja, cegos de um olho e com visão no outro, como pessoas com deficiência. Algumas dessas pessoas querem participar de muitos concursos e não podem porque são consideradas deficientes. Por outro lado, quando há uma quota ou uma vaga para uma pessoa com deficiência, elas não são consideradas pessoas com deficiência.

O Supremo Tribunal Federal já tem uma decisão mostrando que a pessoa com deficiência auditiva unilateral, quer dizer, surda de um ouvido, é considerada

deficiente. Por uma questão de isonomia, isso também foi considerado em relação à visão monocular.

Quero parabenizar a Associação Brasileira dos Deficientes Portadores de Visão Monocular por essa conquista, porque é um projeto que vem da Câmara dos Deputados, foi aprovado na Comissão, vem ao Plenário e irá posteriormente à sanção do Sr. Presidente. Parabenizo também os deficientes auditivos, que tiveram o projeto aprovado para que possam comprar o veículo para locomoção sem pagar o IPI. Quer dizer, a pessoa com deficiência física já pode fazer isso, com deficiência visual, com deficiência mental ou intelectual e agora a pessoa com deficiência auditiva. Este projeto irá depois, na seqüência, para a Câmara dos Deputados.

E, finalmente, menciono o último projeto que foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, no qual se amplia a duração do seguro-desemprego quando o beneficiário for pai, mãe ou responsável por pessoa com deficiência. Então, dentro de uma política social, num momento de dificuldade, de perda de emprego, vai-se levar em consideração essa situação de ser pai, mãe ou responsável por uma pessoa com deficiência, ampliando esse período do seguro-desemprego.

Considerando que o Senador Inácio Arruda está presente ao lado de V. Ex^a, Senador José Nery, quero até parabenizá-lo também por todo o trabalho que vem fazendo na CPI das ONGs.

Eu destaquei na CPI das ONGs, ontem, que às vezes o próprio Governo diz que existem ONGs pilantras, que cometem falcatrucas. De fato existem, mas o argumento que se usa então: "Não vou passar recursos para a Santa Casa, não vou passar recursos para a Apae, não vou passar recursos para uma pastoral, não vou passar recursos para uma creche ou para uma entidade de idosos, porque a CPI das ONGs está acontecendo."

Só quero destacar o que destaquei na reunião ontem, dizendo que o grande objetivo da CPI é separar o joio do trigo. Há gente que faz um trabalho extraordinário no Brasil, a quem nós temos de agradecer, o Governo tem de agradecer, a sociedade tem de agradecer, o Judiciário tem de agradecer, porque é a cidadania que se constrói. E essas entidades vêm sendo colocadas, como a gente diz popularmente, no mesmo saco, no mesmo balaio. Essa é uma tremenda injustiça que se comete em nosso País, inclusive por parte do Governo Federal.

Estamos discutindo a LDO agora, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram justamente aprovadas emendas na Comissão de Direitos Humanos e na

Comissão de Assuntos Sociais para que possa haver recursos para essas entidades – emendas de texto, não de recursos, para dizer: "Se existe um lar de idosos que precisa arrumar a cozinha para dar uma vida mais digna para as pessoas que moram ali, que esses recursos vão para lá." Se essa entidade não fizesse o que faz, o poder público teria de fazer.

Então, queremos, na CPI das ONGs – imagino que também com o apoio do Senador Inácio Arruda, o Relator, e do Senador Raimundo Colombo, que faz um trabalho muito bom como Presidente –, separar o joio do trigo. Todo mundo quer transparência, mas deseja também que as boas entidades sejam cada vez mais valorizadas.

Parabenizo o Senador Inácio Arruda e o Senador José Nery, e V. Ex^a, sem dúvida, como de hábito, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria aproveitar este momento, já que estão aqui no plenário três Senadores da Comissão de Direitos Humanos. Ligou-me mais uma vez, agora, devido aos conflitos no Rio Grande do Sul, Milton Viário, que é Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado, e que falava, diz ele, em nome de todas as centrais e confederações, para que a Comissão de Direitos Humanos, que tem reunião amanhã de manhã, aprove um requerimento para que uma delegação da Comissão de Direitos Humanos vá ao Rio Grande do Sul, se não puder na sexta-feira, na semana que vem, acompanhar os conflitos, porque o espancamento dos trabalhadores, segundo os informes que recebi, nunca foi visto no período democrático no nosso País.

Então, já convoco a todos para, se possível, estarem amanhã na Comissão de Direitos Humanos para que possamos aprovar esse requerimento que vai permitir, naturalmente, que eu esteja lá. E vou convidar os outros dois Senadores gaúchos, pelos quais tenho muito respeito, que são o Senador Simon e o Senador Zambiasi.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador José Nery, como orador inscrito, pelo tempo de dez minutos, com mais cinco, se necessário, e, em seguida, ao Senador Inácio Arruda.

E, desde já, mais uma vez, cumprimento o Senador Flávio Arns pela sua fala, sempre em defesa dos mais necessitados. E cumprimento também, aqui conhecido neste momento, o Deputado Raul Jungmann.

Deputado Raul Jungmann, lembro sempre que tive a felicidade, quando V. Ex^a era Ministro da Reforma Agrária, de estar no seu ministério, onde V. Ex^a

adotou a política de cota para negros e índios. Seja bem-vindo ao Senado.

Senador José Nery, por favor.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, as primeiras palavras que desejo dirigir aqui são da mais absoluta solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, ao Senador Paulo Paim e aos demais colegas Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.

Quero lamentar aqui o fato de esse Estado, marcado por importantes lutas democráticas e pela cidadania em nosso País, atualmente, estar entregue à sua própria sorte. Não à sorte daqueles que querem um estado voltado para atender aos mais legítimos interesses da população, com uma boa aplicação dos recursos públicos, mas um estado que, apesar de próspero e com um povo grandioso e valoroso, ao que temos conhecimento, está sob uma gestão que tem sido marcada pelo desequilíbrio das contas públicas e principalmente pela negação dos direitos de grande parcela da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, permita-me só prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Nesse sentido, movimentos sociais do Rio Grande do Sul e partidos políticos em prol da luta popular realizam manifestação para cobrar esclarecimento sobre os fatos que dão conta de um estado de corrupção generalizada que fez com que a Governadora de Estado, Sr^a Yeda Crusius, pedisse de volta todo seu secretariado, todos os cargos de Secretário de Estado, que foram colocados à disposição para uma completa reformulação nos comandos do Estado do Rio Grande do Sul.

Isso por si só demonstra a fragilidade, demonstra o grau de comprometimento das estruturas do Estado com algo que é inaceitável: o uso de dinheiro público, como amplamente denunciado, para falcatrusas. Mas, no momento em que os movimentos sociais se mobilizam para exigir esclarecimento dos fatos, como o Senador Paulo Paim acaba de comunicar ao Plenário e ao País, essas manifestações são violentamente reprimidas pela polícia do Estado do Rio Grande do Sul. É lamentável que isso ocorra, mas, ao mesmo tempo, há uma exigência, feita não apenas pelo Senador Paim mas por todos que aqui, no sentido de que cessem as agressões àqueles que lutam pelo direito do povo, que lutam para que os recursos públicos não sejam consumidos no ralo da corrupção.

Então, o Governo do Rio Grande do Sul deve explicação sobre os fatos amplamente denunciados. Mais que isso: o nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, protocolou na Assembléia Legislativa um pedido de *impeachment*, de impedimento da governadora por considerar insustentáveis os fatos que vêm sendo denunciados amplamente.

Portanto, a nossa solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Desde já, Senador Paulo Paim, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, como V. Ex^a já anunciou, haverá um requerimento para que a Comissão possa promover diligências ao Estado do Rio Grande do Sul e verificar o que de fato está acontecendo, explicações para os desmandos, mas principalmente a explicação quanto ao tratamento policialesco de criminalização dos movimentos que, em luta, apenas querem que o Estado esteja voltado, como deve ser o papel de cada um dos Estados da Federação, da União, no sentido de garantir condições dignas de vida ao povo. E a primeira tarefa do Governo para que isso possa ocorrer é se organizar e priorizar os interesses sociais, não permitindo a corrupção.

Então a minha solidariedade e, tenho certeza, a solidariedade do Senado, como um todo, Senador Paulo Paim, ao seu requerimento, a sua iniciativa e às cobranças que V. Ex^a acabou da Mesa da Presidência.

Sr. Presidente, queria enaltecer e assinalar o importante movimento ocorrido na semana passada aqui no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, que foi o lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo que, pelo conjunto das entidades representativas de um expressivo grupo de Parlamentares, conseguiu visitar, dialogar, conversar com a maioria dos Deputados Federais e com a maioria dos líderes partidários, faltando concluir e realizar reuniões com alguns líderes, o que será levado a cabo na próxima semana, para tratar da aprovação da PEC 438, a chamada PEC do Trabalho Escravo.

Esse movimento nacional pelo fim da escravidão contemporânea, com a expropriação das terras em que for constada a prática de trabalho escravo, como prevê a PEC 438, consegue, Senador Paulo Paim, a adesão cada vez mais expressiva de setores da sociedade brasileira.

No Estado do Pará, por exemplo, nesta semana, tivemos a adesão de várias escolas de ensino médio, de professores, estudantes, entidades. Um fato também me chamou a atenção, faço questão de registrar: a Câmara Municipal de Belém, a nossa capital, está integrada à campanha nacional pela aprovação da PEC 438 e, por determinação da Mesa Diretora da Câmara

Municipal – presidida pelo Vereador Zeca Pirão, tendo como 1º Secretário o Vereador Carlos Augusto Barboza que, atendendo à solicitação da Vereadora Marinor Brito, do PSOL de Belém – resolveu, como Poder Legislativo, coletar assinaturas para o abaixo-assinado que corre pelo País para solicitar aos membros do Congresso Nacional, em especial aos senhores e senhoras Deputadas, urgência para a aprovação da PEC do Trabalho Escravo.

Registro esse fato porque considero fundamental que as demais Câmaras Municipais do nosso País, em especial da Amazônia, venham a se integrar a este movimento nacional para que o nosso País possa adotar medida que tem um sentido fundamental de agravar a punição àqueles que, no dia de hoje, ainda promovem o chamado trabalho escravo contemporâneo.

Sr. Presidente, outro assunto que eu gostaria de mencionar está relacionado a um tema que dominou os debates nesta semana e, em especial, no dia de hoje, na sessão especial do Congresso dedicada à Comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente e nos debates e pronunciamentos que ocorreram durante toda a tarde, celebrando, denunciando e cobrando medidas efetivas para que possamos ter um processo de desenvolvimento equilibrado, socialmente justo e ambientalmente correto. Refiro-me a mais um desastre ambiental ou crime ambiental ocorrido no Município de Barcarena, no Pará, onde estão sediadas as grandes empresas do complexo do alumínio da Vale do Rio Doce e da produção de caulim. E, com certeza, são responsáveis pela poluição do Rio Pará, na proximidade desse grande parque industrial, onde há registro de mortandade de peixes e da interdição da água dos rios para consumo humano, para banho ou para lazer, visto que na região de Barcarena estão várias praias de água doce (de rios).

Ontem, cerca de 300 moradores de Barcarena, entre pequenos comerciantes, artesãos, pescadores e agricultores que sobrevivem das atividades do rio, da água, ou estão de alguma forma inseridos naquele contexto social ao redor do complexo industrial de Barcarena, reuniram-se em um protesto em frente à Prefeitura para exigir esclarecimento sobre a poluição e o acidente ocorrido. Até o momento, as autoridades ambientais do Estado e do Município não foram capazes de identificar quem cometeu o crime ambiental de poluir o rio e os prejuízos à comunidade, que vêm sendo denunciados desde a última semana.

Nesse sentido, quero pedir a inserção nos *Anais* do Senado da reportagem publicada no jornal *O Liberal* de hoje, pedindo o fim da interdição das praias.

Acrescento que pedem, como é o conteúdo da matéria, a identificação dos responsáveis e a punição rigorosa daqueles que estão envolvidos em mais um crime ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já adianto que V. Ex^a será atendido na forma regimental em todas as suas postulações.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Igualmente, para inserção nos *Anais* da Casa, há um tema também relacionado ao meio ambiente.

Trata-se de uma nota de solidariedade dos movimentos sociais, ambientalistas, cidadãos e cidadãs de várias entidades populares e democráticas do Município de Fortaleza, capital do Ceará, uma nota de solidariedade ao ambientalista, professor universitário e consultor do *Greenpeace*, o ex-Deputado Federal João Alfredo Telles Melo. Um brilhante dirigente popular, dirigente partidário e um militante das causas ambientais que está sendo processado pela Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza em razão de artigo publicado nos jornais do Estado, no qual denuncia crimes ambientais, sobretudo aqueles que demonstram o avanço da especulação imobiliária sobre áreas de preservação ambiental, sobre o manguezal do Rio Cocó, e sobre áreas que deveriam merecer do Poder Público toda a proteção, todo o cuidado. Jamais, de forma alguma, o Poder Público deveria se omitir diante das várias denúncias que o movimento social ambientalista tem feito sem obter a resposta adequada dos organismos municipais.

Nesse sentido, solicito a inserção nos *Anais* do Senado do artigo escrito pelo professor e ambientalista João Alfredo Telles Melo, bem como da nota de solidariedade das entidades, a partir da decisão da Secretaria de Meio Ambiente de processá-lo em razão das afirmações e das cobranças que o seu artigo ensejou.

Portanto, ao fazer esse requerimento verbal, espero o acolhimento de V. Ex^a e a certeza de que a solidariedade ao ex-Deputado João Alfredo, cuja militância e compromisso não poderiam ser respondidos com o ataque de uma ação judicial que visa, na verdade, intimidar quem de fato se dedica à defesa do meio ambiente, à defesa da vida e à defesa dos direitos mais importantes da sociedade e do povo de Fortaleza.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ NERY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

[Principal](#) [Notícias](#) [Câmara entra na campanha contra o trabalho escravo](#)

Câmara entra na campanha contra o trabalho escravo

A partir desta segunda-feira, 9, a Câmara de Municipal de Belém está integrada à campanha da frente estadual pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438, que versa sobre o trabalho escravo, que defende a punição daqueles que cometem esse tipo de crime contra os direitos humanos.

A iniciativa partiu da vereadora Marinor Brito (PSOL), que, com o aval do 1º secretário da Casa, vereador Carlos Augusto Barbosa (DEM), disponibilizou uma banca, no hall de entrada da Câmara, para funcionar como um posto de coleta das assinaturas em favor da aprovação da PEC, em tramitação no Congresso Nacional.

Durante a sessão ordinária, a vereadora líder do PSOL aproveitou o horário das lideranças para pedir a contribuição dos vereadores no abaixo-assinado que será enviado a Brasília pedindo a aprovação da matéria. A parlamentar informou que serão necessárias, no mínimo, um milhão de assinaturas.

Marinor ressaltou, ainda, que a Câmara tem obrigação de se transformar em um "fórum de assinaturas", já que o trabalho escravo, com sua presença cotidiana em locais como as carvoarias e as propriedades rurais onde as elites ditam as regras, é "uma mazela danosa ao Pará e aos direitos humanos".

A PEC do trabalho escravo propõe confisco de propriedades, sem direito à indenização, para casos de exploração de mão-de-obra análoga à escravidão.

[\[Voltar\]](#)

SOS Cocó: lutas, vitórias e perspectivas

João Alfredo Telles Melo*

Depois de mais de vinte anos de seu nascimento, quando, desde então, alcançou vitórias importantes, como a criação do parque Adahil Barreto e do parque ecológico do Cocó, o ressurgimento do Movimento SOS Cocó recoloca, nesse momento, o debate acerca da relação da cidade com o seu maltratado entorno natural, numa época em que os piores presságios se confirmaram pelos relatórios sobre o aquecimento global.

As vitórias mais recentes foram a decisão da Justiça de mandar parar a Av. Juarez Barroso e a proposta de referendo sobre a construção da Torre do Iguatemi. Sobre a avenida, travamos um debate público com a secretaria municipal do meio ambiente (que afirmava ser a obra ecologicamente correta), representamos ao Ministério Público, porque sabíamos que o empreendimento adentrava o manguezal do Rio Cocó. Além disso, a não consulta ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e o fato de estar na zona de amortecimento do Parque do Cocó convenceram a Juíza da 5ª. Vara da Fazenda Pública, de que era preciso embargar a obra e realizar o estudo de impacto ambiental. A convocação de um referendo para a Torre também é uma vitória nossa, posto que mostra a mudança de postura da prefeitura, que havia licenciado a obra. Aliás, a prefeitura tem buscado, a um só tempo, justificar o ato de ter concedido a licença e apelar à sociedade para revogar o seu próprio ato. Nada disso, com certeza, teria acontecido, se o movimento não tivesse levantado a questão.

Em nosso entendimento, não é a legislação que é permissiva, mas sim a Secretaria do Meio Ambiente,

pois a LICENÇA AMBIENTAL da Torre do Iguatemi foi dada CONTRA O DIREITO. Em pelo menos três aspectos, a licença violou a legislação: A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO que estabelece que o licenciamento de obras localizadas ou lindéiras em áreas de proteção dos recursos hídricos dependerá da aprovação prévia do Conselho Municipal do Meio Ambiente e posterior aprovação do órgão municipal competente. Ao que se saiba, NUNCA o Conselho foi ouvido sobre o empreendimento do Iguatemi; a RESOLUÇÃO CONAMA 13/90, que determina que, num raio de 10 km das unidades de conservação (u.c), qualquer atividade que possa afetar a biota será obrigatoriamente licenciada pelo órgão responsável pela administração daquela u.c.; além da necessidade do estudo de impacto ambiental (art. 46, da LEI FEDERAL 9985/2000).

Portanto, se a licença foi concedida ilegalmente, a prefeitura poderia (e pode, ainda) fazer o seu cancelamento, a sua revogação. A Lei Federal 6938/81, em seu art. 9º, estabelece, como instrumento dessa política: IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; e a Resolução 237/97 do CONAMA, em seu art. 19, diz que o "o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais".

Por tudo isso, o MAIS COERENTE seria, por parte da municipalidade, ACATAR A DECISÃO JUDICIAL e SUSPENDER as obras da AV. JUAREZ BARROSO e

CANCELAR A LICENÇA AMBIENTAL concedida à TORRE DO IGUATEMI. Pelas mesmas razões, o MOVIMENTO SOS COCÓ deve continuar sua luta pela suspensão de ambas as obras, tanto nas ruas, como judicialmente, ao lado do Ministério Público do Meio Ambiente. Nesse sentido, o REFERENDO deveria vir após o ato da prefeitura revogando a licença concedida. Com isso, a consulta popular guardaria uma coerência muito grande, referendando o cancelamento daquela licença. No entanto, se o referendo vier a ser convocado para dizer SIM ou NÃO à licença ambiental concedida pela prefeitura para o IGUATEMI, deveremos fazer campanha pelo NÃO. Não pelas mesmas justificativas da prefeitura, mas porque entendemos que a licença foi autorizada contra o meio ambiente e o direito ambiental, o que não nos impede de continuar lutando, pela sua revogação.

Finalmente, seria da maior importância que o Movimento possa vir a apresentar, por meio de UMA LEI DE INICIATIVA POPULAR, uma proposta para a criação de uma Zona de Amortecimento non aedificandi para o entorno do Parque do Cocó, para que não reste mais dúvidas jurídicas ou legais da necessidade de sua proteção. Proteger o Rio Cocó, todo o seu manguezal e todas as suas unidades de conservação seria o melhor presente que se poderia dar a nossa cidade, nesta semana do meio ambiente.

* Consultor do Greenpeace, professor de Direito Ambiental.

Artigo que motivou a ação, publicado no Jornal O Povo de 12 de junho de 2007.

Barcarena quer fim de interdição de praias

O Ministério Público do Estado (MPE) do Pará quer que a Prefeitura de Barcarena e o governo estadual prestem assistência aos moradores do município prejudicados pela interdição das praias do Caripi e Itupanema. As autoridades ambientais ainda não apontaram os causadores da poluição, uma necessidade para ações judiciais. Até agora, só os pobres estão sofrendo os efeitos da interdição, disse o promotor Antônio Lopes.

Ontem, cerca de 300 moradores, entre comerciantes, artesãos e pescadores - que sobrevivem de atividades relacionadas às praias - fizeram um protesto em frente à Prefeitura de Barcarena. Eles criticam a falta de informações sobre os causadores do acidente am-

biental que provocou a interdição dos balneários.

O acidente foi constatado há cerca de 20 dias, quando começaram a aparecer peixes mortos, de várias espécies, nas praias do Caripi e Itupanema. Até agora, as únicas informações divulgadas pelas Secretarias Estadual (Sema) e Municipal (Semma) de Meio Ambiente são de que foram encontrados produtos químicos e coliformes fecais.

Os órgãos prometeram aos moradores que apresentarão os laudos técnicos na próxima sexta-feira. Na mesma data, a partir das 10 horas, na praia do Caripi, o promotor Antônio Lopes pretende se reunir com a comunidade e representantes da prefeitura e do governo estadual.

Os comerciantes querem indenização pelos dias parados, mas o promotor explica que ainda não é possível exigir reparação pelo acidente porque falta identificar os responsáveis. Mas enquanto os laudos não saem, é necessária uma ação emergencial, acredita, para prestar assistência social.

O presidente da Associação dos Barraqueiros de Barcarena, Laércio Oliveira, e a secretária da Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla (Abao), Antônia da Silva, relatam casos de pessoas passando fome porque o acidente afastou os freqüentadores e os compradores do pescado. Sem vender nada, eles não têm como se sustentar, dizem.

As lideranças também relatam casos de pessoas com

problemas de saúde que, acreditam, podem estar relacionados à contaminação do rio. A própria presidente da Abao, Ivanete Pinheiro, está há mais de uma semana com vômito e diarréia.

A estimativa é que cerca de 600 pessoas estão prejudicadas diretamente pelo acidente ambiental. Somente na praia do Caripi estão cerca de 300 famílias que vivem dos bares, lojas e venda de peixe, segundo cálculo de Laércio Oliveira. "Na sexta-feira, esperamos colocar tudo em pratos limpos", diz o comerciante, para quem a demora na identificação dos culpados prejudica ainda mais os moradores porque impede a cobrança de reparo tanto econômico quanto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, Senador José Nery, na forma regimental. O artigo e as outras considerações de V. Ex^a serão inseridos nos Anais da Casa.

Passo a palavra neste momento ao nobre Senador Inácio Arruda, para proferir seu pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos acompanhamos hoje um daqueles dias agitados no Senado da República, com muitas manchetes e muitas insinuações a respeito da gestão pública em nosso País.

Às vezes as pessoas assacam denúncias sem informação nenhuma ou sem sustentação nenhuma e transformam isso em manchete. Depois você tem que correr para compensar o prejuízo. Se você não for

ao Judiciário para denunciar ou abrir um processo de calúnia e difamação, você não consegue se recompor ou pelo menos punir aquele que utiliza, às vezes, uma concessão pública para transformar em manchete uma notícia falsa, inverídica etc.

Temos assistido a isso aqui no Senado. Hoje, aconteceu isso na reunião da Comissão de Infra-Estrutura. Passamos o dia inteiro ouvindo uma denúncia absolutamente vazia, sem nenhuma sustentação – prova zero –, mas que foi sustentada para transformá-la em manchetes recorrentes num jogo meramente oposicionista. Acho que isso não ajuda o nosso País.

Venho à tribuna do Senado para rechaçar também uma denúncia desse tipo, articulada pela Oposição lá em um município distante da capital cearense, em Santana do Acaraú, dirigido pelo nosso companheiro

Antônio de Pádua Arcanjo, prefeito eleito. Depois de um grande tumulto na cidade, conseguiu a sua reeleição num enfrentamento político muito acirrado, porque é uma cidade pequena. Ali o acirramento é muito grande, como de resto no País inteiro.

De repente, entre 5.561 municípios do Brasil, Santana do Acaraú foi alvo de uma matéria lançada por um repórter que chegou fortuitamente na cidade, articulado com a Oposição. Chegou lá com a Oposição!

Chegaram a montar uma cena. Foram a uma localidade chamada Malhada, um distrito pequeno, onde existe um conjunto de crianças cujos pais não desejavam que elas fossem transferidas para uma escola municipal ou estadual de ensino fundamental.

A Associação Comunitária construiu uma escola, que é mantida pela prefeitura. Foram lá, montaram uma cena. Usaram o nome da companhia energética do Estado, a Coelce, para montar uma cena dizendo que o Programa Luz para Todos ia ser explicado e que eles precisavam do espaço da escola. Transferiram as cadeiras da escola para uma casinha de taipa.

De repente, chegou um repórter com uma câmera de televisão – infelizmente, eu tenho que dizer isso aqui – de uma das empresas mais conceituadas na mídia brasileira para fazer um programa naquele município. Era uma reportagem para o programa “Fantástico”.

Então, faz-se ali uma montagem, participa-se de uma montagem patrocinada pela Oposição. A Oposição vai lá, leva o repórter, faz a montagem; o repórter sabe que foi feita uma montagem, mas, mesmo assim, entra no jogo da montagem para produzir um programa nacional, para tentar enlamear um município pequenino como é Santana do Acaraú, onde se trabalha firmemente para que aquela população cresça e desenvolva-se, na base da calúnia, da mentira, da injúria. Isso é imperdoável, inaceitável.

E aí se levanta suspeição sobre tudo, cria-se, inventa-se para lançar aquela gestão – digamos assim – na lama. É uma atitude que não podemos aceitar de um repórter, seja de que emissora for; no caso concreto, era da Rede Globo de Televisão.

Sinceramente, é preciso haver um mínimo de respeito no País. Um repórter não pode ficar em uma cidade e ser usado pela Oposição. Eu acho que a direção da Rede Globo devia chamar esse repórter, devia examinar a atitude desse repórter. O Sr. Faustini devia ser chamado para prestar contas e explicar o motivo por que foi se articular com a Oposição para fazer uma montagem, usando a empresa de energia do Estado do Ceará, usando a Oposição, usando a população

para fazer uma matéria e tentar enlamear uma administração pública no Estado do Ceará.

Acho que o repórter bateu no canto errado, porque bateu no canto que tem resposta. Essa turma lá de Santana não fica calada, não fica mesmo. Ali se responde às acusações, ali se mostram as coisas. Ali há uma administração justa, correta.

Levantou-se suspeição sobre tudo: sobre licitações, sobre empresas que participaram da licitação, sobre obras que não existiam. Talvez a gente tenha de dizer a esse repórter o seguinte: “Sr. Faustini, vamos lá com a gente. O senhor não foi com a Oposição? O senhor não participou de uma armação? Pois vamos lá, juntamente com aqueles que estão participando daquela administração, que é popular, é uma administração democrática, é uma administração que derrotou a Direita naquele Município, uma Direita atroz”.

Então, nós estamos dispostos a chamar o repórter para ir lá: “Vamos lá, voltemos lá; nós vamos estar presentes; nós vamos ajudar o senhor a conhecer o que é uma administração pública, para que não saia lançando manchetes com falsidade. Isso nós não aceitamos em hipótese nenhuma”.

O prefeito da cidade foi ouvido, mas é aquela coisa assim... Na última hora, o prefeito sabendo que estava sendo feita a armação, nós dissemos ao prefeito: “Exija ser ouvido”. Ele foi ouvido, o que só serviu para dizerem: “Ouvimos até o prefeito”, mas não deram nenhuma explicação correta, justa.

Então, nós não podemos aceitar isso, mesmo porque essa gestão tem sido auditada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, tem sido marcada por uma transparência total. Não há uma licitação para a qual não se chame uma Oposição da Câmara de Vereadores.

Chegou-se a insinuar na matéria que a morte da esposa de um vereador, que ocorreu em 2004, um assassinato, teria relação com a administração, coisa absolutamente estúpida e inaceitável. A reportagem fez uma ilação. Quando foi exatamente o contrário: a morte da esposa do Vereador Francisco Carneiro foi armada pelo esquema anterior que governava a cidade, abertamente.

E as pessoas que cometeram o assassinato foram localizadas, foram presas, são conhecidas. Os fatos são conhecidos. Mas, quando se quer enlamear a imagem de uma gestão pública, faz-se esse tipo de insinuação falsa, mentirosa, caluniosa. Só há um meio de repará-la: ir à Justiça para exigir uma reparação pública e – quem sabe – pecuniária também, porque, às vezes, as pessoas só sentem quando atingem o

próprio bolso. Talvez seja preciso que o seu Faustini tenha de responder na Justiça as calúnias que assacou contra a administração pública do Município de Santana do Acaraú.

É muito difícil, Senador Paulo Paim, eu vir à tribuna para defender a administração. Muito difícil. Eu defendo a política. Eu defendo a tese mais avançada, mais progressista de como dar passadas nesse sentido e enfrento o debate com as posições conservadores. Mas, diante de uma situação como essa, nós não nos calamos. Não temos receio nenhum. Nós não nos calamos diante da injúria, da calúnia, da mentira assacada por quem quer que seja.

Por isso queremos manifestar essa opinião da tribuna do Senado da República. É inaceitável. Prestamos a nossa solidariedade ao povo lá de Santana do Acaraú, no Estado do Ceará, ao Prefeito e à sua administração, que têm o nosso apoio, que temos defendido. Sabemos o que é que está por trás disso aqui. Quer dizer, antecipa-se uma disputa eleitoral numa cidade e busca-se fazer o jogo da Oposição.

Lamentavelmente, uma reportagem como essa do Programa Fantástico, da Rede Globo, presta-se a esse tipo de atitude. Sinceramente, é absolutamente inaceitável. Seja de onde for, parta de onde partir, nós não estamos para aceitar esse tipo de calúnia, injúria, difamação e vamos denunciá-la, aqui na tribuna do Senado, onde nós podemos denunciar, especialmente lá em Santana do Acaraú, onde nós vamos esclarecer à população o tipo de armação, as armadilhas que sempre nós enfrentamos. Mas, digamos assim, que aquele tipo de oposição de direita, bem coronelística, natural da política brasileira, não é um problema de Nordeste, não. Tem lá em São Paulo também, tem no Brasil todo. Esse tipo de política nós sabemos enfrentar. Mas eles não tinham chegado ainda neste refinamento de usar a própria Rede Globo e o programa Fantástico para fazer um tipo de matéria suja, caluniosa, como a que foi feita em Santana do Acaraú.

Por isso, nós vamos estar atentos. Usaram a mentira, fizeram armação em uma escola comunitária, depois fizeram outra armação em relação às licitações. Depois, outra armação em relação a uma escola cujos

livros foram danificados, entregues à escola já estragados, extraviados. A escola foi dada como municipal, quando nem municipal era, nem dirigido pelo Município é. Mas a ilação fica no ar.

Então, nós queremos dizer que esse tipo de coisa nós vamos responder onde pudermos, falando, agindo e discutindo com o povo, para que não nos deixemos jamais intimidar pelo fato de ter sido um grande veículo de comunicação que foi usado para fazer esse tipo de calúnia, suja e injuriosa.

Nós não aceitamos e vamos enfrentá-las em qualquer terreno, especialmente denunciando esse tipo de reportagem e esse repórter na Justiça, para que ele possa também responder como ele foi se envolver numa armação patrocinada pela oposição no Município de Santana do Acaraú.

Então, quero prestar, mais uma vez, a minha solidariedade ao povo de Santana, para que não se deixe jamais se intimidar por uma oposição que usa desse refinamento para tentar valer suas posições. O nosso Prefeito de Santana tem a nossa solidariedade, assim como a Câmara de Vereadores, o povo e as lideranças. Vamos estar cada vez mais fortalecidos. Às vezes, uma atitude como essa pode cair naquela expressão popular: o tiro pode sair pela culatra. Eu acho que essa atitude é uma dessas que vão sair pela culatra. Antes de intimidar o povo de Santana, esse tipo de atitude vai unir e fortalecer o povo, para poder enfrentar a batalha política com mais altivez, com mais garra e com mais disposição e derrotar essa direita fascista do Município de Santana do Acaraú, que tem essa pertulância de utilizar um veículo de comunicação, que é uma concessão pública do Estado brasileiro, para tentar utilizá-lo como porta-voz da oposição, esse tipo de oposição que age com a calúnia, com a mentira e com a falsidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno)

Nilma Souza Silva

Assunto: ENC: vamos divulgar essa nota do Prefeito de Santana do Acaraú

Sen: Inacio Amorim

A VERDADE EM SANTANA DO ACARAÚ

Venho a público informar a verdade dos fatos em Santana do Acaraú diferente do que foi veiculado no último domingo, no Programa Fantástico.

1. Foi afirmado que R\$ 1,7 milhão foram parar nas mãos de empresas de fachada. Em primeiro lugar é preciso informar que todas as obras para as quais os recursos foram destinados tiveram suas execuções concluídas ou estão em execução. A própria Prefeitura solicitou ao Tribunal de Contas dos Municípios rigorosa fiscalização. Em Santana do Acaraú todas as licitações são marcadas pela transparência. Sempre convidamos oficialmente o Ministério Público e vereadores, além da sociedade civil para participarem do ato de abertura das propostas apresentadas pelas empresas.

2. Na reportagem, foram citadas apenas três empresas participando das licitações. A verdade é que a quantidade é bem maior. Em 2005 foram realizadas 6 (seis) licitações, com a participação de 17 (dezessete) empresas, tendo 4 (quatro) empresas diferenciadas como vencedoras. Já em 2006 foram realizadas 7 (sete) licitações, participando 21 (vinte e uma) empresas, quando 5 (cinco) venceram. Em 2007 foram 13 (treze) licitações. Participaram 36 (trinta e seis) empresas. Dez empresas distintas venceram o certame. Com tanta participação, os números e fatos mostram que não há beneficiamento de qualquer empresa.

3. Em 2003, tínhamos divergências políticas com o então prefeito,

José Aldenir Farias. Articulei um forte movimento de solidariedade e proteção ao vereador Francisco Carneiro e família, que teve sua esposa vítima de um atentado. Crime que aconteceu quando o vereador presidia a CPI que investigava o uso de verbas públicas da administração José Aldenir Farias.

4. Na área da educação, a verdade é que a escola comunitária da localidade de Malhada dos Bois foi construída pela própria comunidade. Mas quem mantém o funcionamento da escola é a Prefeitura, que com professores, material e merenda escolar evita que alunos sejam obrigados a estudarem em outras localidades distantes. No caso da Escola Nazaré Severiano, mesmo não pertencendo a rede pública municipal, sugerimos à direção da escola que adotasse providências para apurar responsabilidade sobre o destino indevido dos livros. Para orgulho da população de Santana, em 2005 e 2007 a nossa administração foi reconhecida pelo Sebrae como modelo empreender em compras governamentais de merenda escolar, com o prêmio Prefeito Empreendedor.

Vamos, com firmeza, trabalhar ainda mais para aplicar cada centavo dos recursos públicos em obras e serviços que garantam a melhoria da qualidade de vida da nossa Santana.

Antonio de Pádua Arcanjo
Prefeito de Santana do Acaraú

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Leomar Quintanilha, para que possa fazer o seu pronunciamento.

Também convidamos todos, Senador Leomar Quintanilha, para, amanhã, na parte da tarde, participarem da audiência pública, proposta por V. Ex^a, na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a violência contra o idoso, Parabéns a V. Ex^a. Estarei lá com V. Ex^a nessa audiência pública, pela parte da tarde, já que, pela manhã, teremos debate de pauta na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria preliminarmente de, em meu nome e em nome da minha família, sensibilizados, agradecer, de forma penhorada, as manifestações de condolências, de dor pelo passamento da minha querida mãe, Lili Quintanilha, ocorrido no último dia 4. Os nossos colegas foram extremamente solidários, manifestando esse sentimento de apoio e de solidariedade, em um instante de muito sofrimento e de muita dor que se abate sobre a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, o Senado aprovou, por unanimidade, o voto de pesar que todos nós votamos com muito carinho, em respeito a sua família e a V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Esse é mais um motivo para revelarmos a nossa gratidão pelo nível de colegas que temos nesta Casa. Na verdade, o sentimento de perda nosso é muito grande, por termos a convicção de que o País perde uma grande brasileira, uma mulher exemplar, guerreira, educadora, combativa, intimorata, e, seguramente, o seu legado é a grande herança que nós teremos de nos espelharmos no exemplo edificante de uma mulher honrada, obreira, destemida, obstinada, que faz com que todos nós nos sintamos gratificados em Deus nos ter permitido conviver com ela nesses tempos e de podermos dela absorver esse extraordinário exemplo de vida.

Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, hoje que o Senado comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Tivemos a honra de receber entre nós hoje a figura ilustre do indiano Rajendra Pachauri, Presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Ele ganhou o Nobel da Paz junto com o ex-Vice-Presidente americano Al Gore, em reconhecimento pelos esforços que realizam para ampliar os conhecimentos sobre as mudanças climáticas e para que o mundo adote medidas capazes de neutralizar tais mudanças.

O apelo ambiental cresce dia após dia. Nós somos de uma geração que até bem pouco tempo não respeitávamos os mananciais. Entendíamos ser muito fácil fazer uma povoação à beira dos rios e não devolvíamos aos rios, aos córregos, aos riachos aquela atitude benfazeja de permitirmos usufruir desse insumo

tão importante que é a água. E nós transformamos em verdadeiros esgotos a céu aberto inúmeros mananciais do nosso País. Olhem o exemplo do Tietê, em São Paulo; o exemplo do Meia Ponte, em Goiânia, e de tantos outros ribeirões. Hoje nós estamos percebendo o mal que a eles causamos e estamos querendo reverter essa situação.

Nós ainda somos um País que pode se vangloriar de ter uma reserva de suas matas nativas das maiores do Planeta. Seguramente, Sr. Presidente, nenhum país tem 64% das suas florestas nativas preservadas como tem o Brasil, apesar de estarmos experimentando aqui, ainda que de forma isolada, ataques criminosos à nossa floresta, com cortes rasos, com intenções as mais diversas. E o Governo, com o apoio do Senado e com o apoio da Câmara, tem procurado construir um modelo regulatório que impeça, que iniba esse tipo de ação predatória em nossas florestas.

E há também um esforço muito grande por parte das instituições, de estudiosos, de técnicos e de pessoas que têm uma compreensão mais ampla desse tema de procurar, num esforço conjunto, conscientizar a população da importância que cada cidadão tem na preservação ambiental no meio em que vive. Nós, efetivamente, só conseguiremos um estágio ideal de convivência das atividades desenvolvimentistas quando elas ocorrerem em harmonia com as atividades preservacionistas. O desenvolvimento tem de caminhar ao lado, de forma conjunta, com a preservação ambiental. Estou seguro de que, em todos os esforços que temos feito, inclusive nesta Casa e na Comissão do Meio Ambiente do Senado, que tenho a honra de presidir, estamos procurando dar a nossa contribuição para que isso efetivamente ocorra.

Aliás, o Senado tem saído na frente com medidas efetivas no seu próprio bojo, no seu próprio interior, adotando práticas que devem ser acompanhadas pelo Parlamento dos Estados e dos Municípios brasileiros. São práticas exemplares que buscam reduzir sobretudo o consumo de energia elétrica e de água, promover a economia de material de expediente e a reutilização de material, entre tantas outras ações, num trabalho de conscientização do quadro de servidores desta Casa, que tem, efetivamente, num programa chamado Senado Verde, servido de exemplo extraordinário e que deve ser acompanhado pelo parlamento dos demais Estados e dos Municípios brasileiros.

Então, nós temos, sim, razões de sobra para comemorar, no Brasil, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós podemos, sim, oferecer extraordinárias condições físicas, edafoclimáticas – que o País tem – para contribuir para mitigar a fome de outros países, preservando o meio ambiente; para buscar oferecer ao mundo energia alternativa essencial ao desenvolvimento da humanidade a partir das biomassas, sobretudo com relação à produção de álcool, etanol e biodiesel, sem comprometer a produção de alimentos; energia limpa e renovável.

Estou seguro de que o Brasil haverá de continuar nesse programa, podendo dar a sua grande contribuição ao desenvolvimento do País, ao desenvolvimento da humanidade.

Então, nós temos efetivamente razões de sobra para dar continuidade a esse programa, a esse conjunto de ações que vem sendo desenvolvido nesta Casa, com vistas à conscientização geral de preservação do ambiente em que vivemos.

Por isso, Sr. Presidente, para ser breve, mas para não me furtar neste dia tão importante do Senado, em que o Senado comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, trago este registro de que a consciência está efetivamente tomando conta de todos nós, brasileiros, e que nós haveremos de superar as dificuldades e os conflitos e a divergência de idéias que ainda persistem em nosso meio, para encontrar o modelo ideal, o modelo adequado de desenvolvimento com preservação ambiental.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Quintanilha, esta Presidência, mais uma vez, quer deixar registrada toda nossa solidariedade a V. Ex^a e a seus familiares pela perda da sua mãe. Pode ter certeza de que ela, lá de cima, está abençoando todos nós pela pessoa e pela figura que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Sérgio Guerra, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Stephanes critica conceito da Amazônia Legal”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 15 de maio de 2008.

A matéria destaca que um dia depois da saída de Marina Silva do governo, o ministro Reinholt Stephanes da Agricultura, criticou o conceito da Amazônia Legal, por abranger municípios de Mato Grosso e Tocantins, cujo principal bioma é o cerrado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Stephanes critica conceito da Amazônia Legal

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia depois da saída de Marina Silva do governo, o ministro Reinholt Stephanes (Agricultura) criticou o conceito da Amazônia Legal, por abranger municípios de Mato Grosso e Tocantins, cujo principal bioma é o cerrado.

“O conceito Amazônia Legal passou a ser usado até se pintar de verde todo [o Estado de] Mato Grosso, todo o Tocantins e parte do Maranhão. Aí, criou-se uma confusão”, afirmou.

Fazem parte da Amazônia

Legal: Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e oeste do Maranhão. Essa classificação é usada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para fazer o monitoramento por satélite da floresta.

Segundo a **Folha** apurou, a declaração marca antagonismo com a equipe da ex-ministra do Meio Ambiente. Pouco mais de um mês antes de sair do governo, Marina baixou portaria em que aumentou o número de cidades do bioma amazônico.

O conceito do bioma amazô-

nico —e não da Amazônia Legal, como deu a entender o ministro da Agricultura— foi usado pelo Banco Central em fevereiro deste ano na definição de novas exigências para que produtores rurais com propriedades na Amazônia possam ter acesso a crédito rural em bancos públicos e privados.

Ná resolução, o Banco Central torna obrigatório para pecuaristas e agricultores do bioma amazônico a apresentação de uma série de novos documentos, entre os quais o certificado de posse de propriedade

e a comprovação da existência de reserva ambiental.

Em decorrência da portaria do Meio Ambiente, novas cidades de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão também foram incluídas na lista de futuras restrições ao crédito. Essas exigências passam a vigorar a partir de 1º de julho. Ao se manifestar sobre a saída de Marina, Stephanes disse que as divergências com ela eram técnicas e se restringiam à negociações dentro do governo, não tendo influenciado o relacionamento entre ambos. (LUCIANA OTONI)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Política indigenista é incoerente”, diz governador de RR”, publicada pelo jornal **O Estado de S Paulo** em sua edição de 30 de maio 2008.

A reportagem destaca que o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), classificou a política indigenista do governo Lula de “inconsequente, incoerente e irresponsável”, em palestra para militares no Clube da Aeronáutica, no Rio. Para ele, o governo

‘Política indigenista é incoerente’, diz governador de RR

Para Anchieta, governo ‘esvazia fronteiras’ e arrisca soberania e ‘índio não precisa de terra’

Fabiana Cimieri

RIO

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), classificou ontem a política indigenista do governo Lula de “inconsequente, incoerente e irresponsável”, em palestra para militares no Clube da Aeronáutica, no Rio. Para ele, o governo federal não tem condições de garantir a cidadania dos índios e cede a pressões internacionais para demarcar áreas de reserva junto à fronteira.

“Essa política equivocada de demarcação de áreas indígenas esvaziando as fronteiras é um risco à soberania nacional. Índio não precisa de terra e sim de condições de vida.” O governador, disse que dos 2.212 quilômetros quadrados de fronteira entre Roraima, Guiana e Venezuela, apenas 350 quilômetros quadrados não se encontram em terras indígenas.

Segundo ele, há centenas de ONGs internacionais na região. “A Funai é um órgão para servir às ONGs e luta pela demarcação para justificar sua existência. Porque quem está levando saúde e educação aos índios é o governo de Roraima, apesar de ser obrigação do governo federal.”

Anchieta negou que defendia apenas os empresários do Estado, mas insistiu em que a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua compromete a vida de famílias que estão lá há décadas. A reserva tem 1,7 milhão de hectares e inclui área de fronteira. Foi reconhecida em 1998, no governo FHC, e homologada em 2005. Arrozeiros que terão de sair da área são os que mais resistem e propõem uma demarcação em ilhas, que preserve os centros de não-índios.

Para Anchieta, o laudo antropológico que autorizou a demarcação é “fraudulento e mentiroso”. Ele já entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Serra do Sol, que ainda não foi julgada. Em abril, obteve liminar suspendendo a operação da Polícia Federal que retiraria os não-índios. O governador argumentou que a operação poderia criar um clima de violência na região.

“BODE EXPIATÓRIO”

Ontem, Anchieta disse que os índios “estão sendo usados como bode expiatório”. E ironizou, afirmando que é “coincidência” que as áreas de reserva estejam sobrepostas às de riquezas minerais. “Estou tentando evitar uma tragédia para nosso Estado. O que essas ONGs mais querem é ter um cadáver indígena para dizer que o País não cuida dos seus índios.”

Disse ainda ter tido acesso à prestação de contas de uma das principais ONGs que lutam pela demarcação da Serra do Sol, o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Segundo ele, a ONG recebeu R\$ 14 milhões da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nos últimos dois anos e gastou R\$ 12 milhões apenas com folha de pagamento e encargos.

Em São Paulo, o coordenador do CIR, Dionito José de Souza, reagiu: “O governo de Roraima é antiíndigena porque considera os índios brasileiros como estrangeiros, o que ele diz são inverdades para manipular a sociedade.” Sobre a verba, explicou que o CIR emprega 450 funcionários por meio da Funasa. “Tudo é legal, temos prestações de contas, o Tribunal de Contas da União nos fiscaliza e se houvesse alguma irregularidade não teríamos esse repasse que temos desde 1996.”

O líder dos arrozeiros, Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima (RR), também estava na palestra no Rio. Ele disse que acatará a decisão do STF. “Vamos ter que acatar, mas temos que tomar uma atitude. Nós nos sentiremos pessoas sem pátria”, disse. “Se o STF der área contínua, eles vão nos varrer do mapa? Vamos resistir com o quê? Vamos protestar.” ■

COLABOROU ROBERTO ALMEIDA

não tem condições de garantir a cidadania dos índios e cede a pressões internacionais para demarcar áreas de reserva junto à fronteira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SERGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, “NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO”, publicada pela revista *Isto É* em sua edição de 12 de março de 2008.

A matéria destaca que documentos mostram que Ministros do Governo Lula usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores. A matéria destaca ainda que entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período de apagão aéreo, o pessoal da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, que deveria fiscalizar as companhias

aéreas, utilizou 19.071 requisições de transporte aéreo não remunerado para fins particulares, de preferência nos fins de semana.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO

EXCLUSIVO

Documentos mostram que ministros usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores

Por SÉRGIO PARDELLAS

A companhia aérea preferida por parte dos ministros do governo Lula tem três letras, melhorou recentemente a frota e seus pilotos são muito bem treinados. Mas esses ministros não viajam nem de TAM nem de Gol. Usam e abusam das viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial (GTE) da Força Aérea Brasileira (FAB). É isso o que revelam documentos confidenciais obtidos por *ISTOÉ* sobre a movimentação de autoridades do primeiro escalão nos anos de 2006 e 2007. Os relatórios mostram que, no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana. Na linguagem empregada nos papéis da Aeronáutica, são os chamados “deslocamentos para residência permanente”, que deviam se constituir numa exceção, não numa regra, como se constata no levantamento.

Os planos de vôos dos seis tipos de avião da FAB disponíveis para as autoridades – Learjet, Learjet Vip, Brasília, Legacy, Embraer 145 e Xingu – também contemplaram viagens em feriados e datas comemorativas, dias em que não costuma haver

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MCO(T)	SBBR/SBBQ	C-97	1000	HBV	
01	01	2007	MCO	SBBQ/SBBR	C-97	1315	HBV	Ministro Hélio Costa
DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MES(T)	SBBR/SBSP	VU-55	0650	HBV	
01	01	2007	MES	SBSP/SBBR	VU-55	0925	HBV	Sr. Marcos Proença Sr. Wanderley Nunes Sr. Gustavo Petta
								A serviço

DRIBLE NA LEGISLAÇÃO Os relatórios de vôo mostram que o chamado “deslocamento para residência permanente” virou prática comum, e que foi considerada atividade profissional acompanhar a posse de Lula em 1º de janeiro de 2007

expediente em Brasília. Isso ocorreu durante as celebrações do Natal, Ano-Novo e Carnaval. Há ainda registros de verdadeiros vôos charters, com assessores, parentes, amigos e parlamentares do mesmo Estado do ministro pegando carona na sexta-feira para voltar para casa, retornando a Brasília no início da semana.

Um dos exemplos do uso indiscriminado dos aviões da FAB pelo primeiro escalão do governo, cujos trajetos, ao custo médio de R\$ 25 mil, dependendo do modelo do jato, são pagos com o dinheiro do contribuinte, foi a ida dos ministros para a posse presidencial em 1º de janeiro de 2007 em Brasília. O escrutínio das urnas já apontava, em outubro de 2006, a renovação por mais quatro anos do mandato de Lula. Todos os ministros e candidatos a integrantes da futura equipe de governo já tinham conhecimento da data da posse pelo menos com dois meses de antecedência. Mesmo assim, ministros como Tarso

Genro, então das Relações Institucionais, Dilma Rousseff, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento, Orlando Silva, do Esporte, Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Hélio Costa, das Comunicações, preferiram se deslocar para Brasília desfrutando do conforto e da comodidade dos jatos da FAB a reservar com antecedência seus respectivos assentos nos aviões de carreira.

Os ministros Thomaz Bastos e Orlando Silva foram de São Paulo a Brasília no mesmo avião, um Learjet VIP que também acomodou numa de suas aconchegantes poltronas o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta. A aeronave saiu da base aérea paulista às 9h25. A bordo de outro jatinho, Tarso Genro embarcou de Porto Alegre para Brasília às 8h50. Hélio Costa saiu de Barbacena, sua terra natal. Enquanto Dilma e Paulo Bernardo partiram de Salvador, onde passaram o Réveillon, com destino à capital federal a bordo do Legacy da FAB.

Em todos os casos, o motivo alegado para o uso dos jatinhos da FAB foi o de que os ministros estavam “a serviço”.

Gilberto Gil, ministro da Cultura, deu a mesma justificativa quando se valeu da mordomia dos jatos Learjet, Brasília e Embraer 145 para voar sem preocupação com filas e atrasos pelo circuito Rio de Janeiro e Salvador entre os dias 15 e 19 de fevereiro do ano passado. Ou seja, Gil recorreu aos serviços da FAB em pleno Carnaval, festa da qual é notório protagonista ao subir em seu trio elétrico – o chamado Expresso 2222 – e inflamar a multidão pelas ruas de Salvador. Ele fez o trecho Brasília-Salvador em 15 de fevereiro e, três dias depois, seguiu para o Rio, levando de carona o então ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o governador da Bahia, Jaques Wagner, e suas respectivas mulheres, Sheila dos Mares Guia e Fátima Mendonça. Procurado por ISTOÉ, ele disse que faz uso desse transporte apenas em viagens oficiais,

TODOS A BORDO DOS AVIÕES DA FAB DE JANEIRO
A DEZEMBRO DE 2006, AS AERONAVES
DISPONÍVEIS PARA OS MINISTROS
PERCORRERAM 1.351 TRECHOS (IDAS E VOLTAS)



É o recordista em viagens para casa. Dos 13 meses analisados, ele utilizou o avião da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar a BH. Média de 3,2 por mês

CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
05	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1450	HBV	Ministro Patrus Ananias Sr. Roridan Duarte
05	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1655	HBV	
08	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	1750	HBV	
12	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1520	HBV	Ministro Patrus Ananias Sra. Vera Maria Ananias
12	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1715	HBV	
15	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	0720	HBV	

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias áreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É uma união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâneos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

Tarsó Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

16	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VU-35	1805 P	Ministro Tarso Fernando Herz Genro Sra. Sandra Sra. Vera Spolidoro Sr. Ronaldo Teixeira Sr. Luiz Fernando	Deslocamento para residência permanente
16	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VU-35	2145 P		
23	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VC-99	1630 P	Ministro Tarso Fernando Herz Genro Sra. Vera Spolidoro Sr. Ronaldo Teixeira	Deslocamento para residência permanente
23	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VC-99	2045 P		
25	03	2007	MJU(T)	SBBR/SBPA	VC-99	1225 P		
CONFIDENCIAL Casa Civil da Presidência da República								
29	03	2007	MCC	SBBR/SBPA	VC-99	1845 P	Ministra Dilma Rousseff Sr. Guilherme Sr. Henrique Fontana Sr. Anderson Domeles	Deslocamento para residência permanente
20	04	2007	MCC	SBBR/SBPA	C-99	1825 P	Ministra Dilma Rousseff	Deslocamento para residência permanente

São Paulo nove vezes, sempre na sexta-feira, com retorno no domingo ou na segunda. Uma das idas de Marta para São Paulo ocorreu no dia 4 de maio de 2007, uma sexta-feira, às 13h40. A assessoria da ministra diz que ela cumpre suas agendas voando em aeronaves da FAB e em aviões comerciais, dependendo do compromisso a ser cumprido e da disponibilidade de aeronaves. E que Marta está amparada pelo decreto que disciplinou a utilização dos jatos em 2002. Já Tarso Genro foi mais econô-

mico: utilizou o avião da FAB em 17 fins de semana para ir e voltar para Porto Alegre em um ano, o equivalente a uma média de 1,3 vôo por mês.

A ministra Dilma, nos 13 meses pesquisados, escolheu os jatos oficiais, em detrimento dos aviões comerciais, em 37 ocasiões. Na maioria das vezes, voou a serviço. Mas, em quatro fins de semana, lançou mão da mordomia para ir e voltar para Porto Alegre. Segundo sua assessoria, um dos vôos de Dilma para sua cidade natal a bordo da aeronave da FAB, o

do dia 25 de maio de 2007, foi necessário por “incompatibilidade de agenda”, uma vez que a ministra, nesse dia, teve de despachar até as 20h no Palácio do Planalto. Outra viagem – a do dia 28 de julho de 2006 – teve como finalidade, segundo a assessoria da Casa Civil, o cumprimento de uma agenda na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

No total, as viagens de ministros com os jatos da FAB cresceram entre 2006 e 2007. De janeiro a dezembro de 2006, as aeronaves disponíveis para

A FARRA DA ANAC MAIS DE 20 MIL PASSAGENS DE GRAÇA

Ao longo de 2007, enquanto milhões de passageiros do transporte aéreo enfrentaram filas e atrasos nos aeroportos, não se via um único dirigente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos aeroportos. Onde estavam eles? Com freqüência espantosa, viajavam de graça, com passagens cedidas pelas empresas que deveriam

fiscalizar. Entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período do apagão aéreo, o pessoal da Anac utilizou 19.071 “requisições de transporte aéreo não remunerado”, segundo levantamento da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A antiga diretoria da Anac fez a festa com passagens gratuitas para fins particulares, de preferência nos fins de semana.

O então diretor-presidente da Anac, Milton Zuanazzi, realizou 64 viagens, 17 delas em fins de semana, sendo 15 para sua cidade de origem, Porto Alegre. Nenhuma das 64 viagens foi para cumprir fiscalização do setor aéreo. Zuanazzi apresentou 51 memorandos de requisição de transporte à comissão para justificar suas andanças, mas em 21 não há código da missão. Ele feriu portaria

05 04 2007 SRI SBBR/SBBH C-97 1635 P

Ministro Walfredo dos Mares Guia

Sr. Marcelo Deda

Esposa do Sr. Marcelo Deda

Sr. Wellington Dias

Esposa do Sr. Wellington

03 filhos do Sr. Wellington

Sr. Nelson Jobim

Esposa do Sr. Nelson Jobim

Deslocamento
para residência
permanente

04 05 2007 MTU SBBR/SBSP VU-35 1340 P

Ministra Marta Suplicy

Deslocamento
para residência
permanente

“VÔO CHARTER” Os documentos confidenciais comprovam que, em várias oportunidades, ministros ofereceram as mordomias da FAB para amigos, parentes e assessores, com direito a viagem de ida e volta

os ministros percorreram 1.351 trechos (idas e voltas). No mesmo período de 2007, os jatos fizeram 1.618 viagens. O uso dos jatinhos oficiais por ministros de Estado não é uma prática irregular. Baixado em 22 de maio de 2002, o Decreto nº 4.244 estabelece uma ordem de prioridades para a utilização de aeronaves da FAB. Segundo o documento, editado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a primeira situação a ser atendida se refere a “motivo de segurança e emergência médica”. A segunda prioridade são “as viagens a serviço”. Por último, podem ser atendidos deslocamentos para o local de residência permanente. Dribla-se o espírito do decreto de uma maneira simples: transforma-se em viagem de serviço o que é, na verdade, um des-

locamento para casa. É óbvio que, se essa não fosse a última prioridade, a frota da FAB não teria como atender a volta para casa em todos os fins de semana de todos os 34 ministros. O que espanta é o abuso. Trata-se de uma exceção que virou rotina. “Se os ministros invertem a prioridade, é uma linha a ser analisada pela Comissão de Ética Pública”, afirma um dos membros do colegiado, que preserva seu anonimato, pois pode julgar o caso no futuro. Apesar disso, a assessoria do ministro Patrus Ananias não vê nada demais. “O ministro tem residência permanente em Belo Horizonte e se desloca em aviões da FAB”, confirma a assessoria.

Quando viajam a serviço, os ministros têm duas possibilidades: ou voam de avião de carreira ou utilizam uma

das seis aeronaves da FAB. Na primeira opção, a passagem também é custeada pelo governo, mas os ministros se obrigam a conviver com os brasileiros que fazem check-in. A preferência pela segunda opção, em boa parte dos casos, pode ser facilmente explicada pelo fato de que, ao viajarem em aviões da FAB, os ministros não se submetem ao desconforto do caos aéreo. Não têm que perder horas em terminais de aeroporto ou a bordo de aviões aguardando a ordem para levantar vôo. **As aeronaves da FAB têm a prerrogativa de pedir prioridade em pousos e decolagens.** Se a mordomia existe, por que não marcar um compromisso na sexta-feira, de preferência longe de Brasília e perto de casa? Quem, neste País, abre mão de prerrogativas?

do Comando da Aeronáutica sobre missões de fiscalização do setor aéreo. A Comissão de Ética Pública aprovou o parecer do relator por unanimidade e **aplicou “censura ética” a Zuanazzi, por violação do Código de Conduta da Alta Administração Pública.** Procurado por ISTOÉ, Zuanazzi não retornou dois telefonemas. O ex-diretor da Anac Leur Lomanto percorreu 62 trechos de viagem no período investigado, oito em fins de semana e 15 para Salvador, onde reside. Dos 26 memorandos de

requisição de viagens encaminhados, 11 não tinham informação sobre o código da missão. Nenhuma das viagens foi utilizada para missões de fiscalização. Também foi aplicada censura ética a Lomanto, que não quis falar sobre a punição da Comissão.

Outro ex-diretor da Anac, Josef Barat, usou passagens gratuitas em 37 trechos de viagens, alguns em fins de semana e pelo menos 19 para São Paulo, cidade onde mora. Ele apresentou 17 memorandos, mas em

cinco não consta o preenchimento do código da suposta missão. Nenhum trecho de viagem foi utilizado para fiscalização do setor aéreo. A comissão se debruça agora sobre dezenas de viagens da ex-diretora Denise Abreu. Segundo integrantes da Comissão, foram encontradas também viagens suspeitas de não estarem relacionadas com as funções da Anac, como bilhetes para São Paulo, local de sua residência.

HUGO MARQUES

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci é acusado de fraudar licitação do ‘molho de tomate’”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 15 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que o Ministério Público Estadual de São Paulo acusou na Justiça o ex-ministro da Fazenda do governo Lula, deputado Antonio Palocci (PT-SP), por favorecer um grupo de empresários do setor de alimentos contratados sem licitação

pela Prefeitura de Ribeirão Preto, que o petista dirigiu entre 2000 e 2002.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

10 | NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2008
O ESTADO DE S.PAULO

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Palocci é acusado de fraudar licitação do ‘molho de tomate’

Ministério Público pede condenação de ministro na esfera civil

Fausto Macedo
Ricardo Brandt

O Ministério Público Estadual acusou na Justiça o ex-ministro da Fazenda do governo Lula, deputado Antonio Palocci (PT-SP), de favorecer um grupo de empresários do setor de alimentos contratados sem licitação

pela Prefeitura de Ribeirão Preto, que o petista dirigiu entre 2000 e 2002.

Nove contratos da gestão Palocci estão sob suspeita. A promotoria calcula um prejuízo de R\$ 2,19 milhões aos cofres municipais, em valor não corrigido. O Ministério Público alega que as licitações foram direciona-

das a partir da exigência de inclusão de molho de tomate refogado com ervilhas como componente obrigatório de algumas listas. Poucos são os fabricantes desse produto.

Em ação civil, baseada em 33 volumes de documentos, 5 promotores de Justiça sustentam que Palocci teria conduzido es-

quema de fraudes “que tiveram por escopo o direcionamento das compras”. A ação foi protocolada na Vara da Fazenda Pública do Fórum de Ribeirão. Deputados não têm foro especial quando o processo é de natureza civil.

A ação pede condenação do ex-ministro à sanções da Lei da

Improbidade Administrativa – feitos filiados ao Partido dos Trabalhadores”.

“Apurou-se que vários artifícios foram utilizados para o favorecimento de tais empresas, que quase sempre concorriam entre si, longe de qualquer ameaça de concorrência de outros fornecedores”, afirma a promotoria.

“O réu era o prefeito, de modo que todas as contratações e todos os pagamentos eram de sua responsabilidade”, diz o texto.

“Era o autorizador das despesas públicas e responsável por todos os procedimentos e contratos da administração.” Segundo a ação, a partir do início do governo Palocci “foram introduzidas alterações nos sistemas de compras de gêneros alimentícios que possibilitaram o favorecimento das fornecedoras”. ■

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 12, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 420, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 420, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra
(Sobrestando a pauta a partir de: 11.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.06.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 421, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 421, de 2008, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de: 14.04.2008)

Prazo final (prorrogado): 27.06.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 423, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 423, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e treze milhões, setecentos e cinqüenta e dois mil e cinqüenta e sete reais, para os fins que especifica.

Parecer nº 6, de 2008-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator Deputado José Guimarães,

favorável à Medida Provisória e pela inadmissibilidade das Emendas nºs. 1 a 12.

Relator revisor: Senador João Tenório
(Sobrestando a pauta a partir de: 19.05.2008)

Prazo final (prorrogado): 15.08.2008

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2008

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

(Sobrestando a pauta a partir de: 09.05.2008)

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 38, DE 2004
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 50, DE 2006
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 86, DE 2007
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 57, DE 2005
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 103-B, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Parecer sob nº 548, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com abstenção do Senador Jefferson Péres.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26 DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 532, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator: Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

27
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

28
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

29
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do **caput**, do art. 5º e aos incisos I e III do **caput**, do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (iguala a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação).

Pareceres sob nos 856 e 857, de 2007, das Comissões

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 624, de 2006), Relator: Senador Renato Casagrande, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Eliseu Resende, favorável, com as Emendas nos 1 a 3-Cl, de redação, que apresenta.

30
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

31

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do **caput**, do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

34

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que altera o inciso XIII do **caput**, do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

35

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

36

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

38

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

39

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

40

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

41

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **“ad hoc”**: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Duque.

43

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 107, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2007 (nº 6.782/2006, na Casa de origem), que altera o art. 143 e acrescenta o art. 143-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e altera o art. 274 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de instituir requisito para investigação no cargo de Oficial de Justiça.

Parecer sob nº 187, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
DO SENADO Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

50

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinqüenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera

o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

55

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Ikhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

56

PARECER Nº 530, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 530, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

57

PARECER Nº 531, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 531, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora: Senadora Serys Ikhessarenko, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental

(FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

58

PARECER N° 532, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 532, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro, concluindo que a Indicação nº 1, de 2006, do Senador Aloizio Mercadante, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificação desta Indicação, seja encaminhada à Comissão Mista Especial que trata das mudanças climáticas no Brasil.

59

REQUERIMENTO N° 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Stheissenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

60

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

61

REQUERIMENTO N° 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

62

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

63

REQUERIMENTO N° 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Azeredo.

64

REQUERIMENTO N° 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Cli-

máticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

65

REQUERIMENTO N° 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

66

REQUERIMENTO N° 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

67

REQUERIMENTO N° 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

68

REQUERIMENTO N° 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação con-

junta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

69

REQUERIMENTO N° 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

70

REQUERIMENTO N° 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

71

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

72

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

**73
REQUERIMENTO N° 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

**74
REQUERIMENTO N° 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

**75
REQUERIMENTO N° 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

**76
REQUERIMENTO N° 352, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

**77
REQUERIMENTO N° 358, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

**78
REQUERIMENTO N° 368, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

**79
REQUERIMENTO N° 385, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)

**80
REQUERIMENTO N° 413, DE 2008**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 413, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Humberto Gomes de Barros, por ter tomado posse, no dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 473, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

**81
REQUERIMENTO N° 417, DE 2008**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

82

REQUERIMENTO N° 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

83

REQUERIMENTO N° 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).

84

REQUERIMENTO N° 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).

85

REQUERIMENTO N° 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

86

REQUERIMENTO N° 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).

87

REQUERIMENTO N° 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária)

88

REQUERIMENTO N° 599, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 599, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor e congratulações ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, o Almirante-de-Esquadra Alvaro Augusto Dias Monteiro, pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 36 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga*** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho*** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro*** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello*** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

Número de membros: 8

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marina Silva (PT) ⁽⁹⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)

PTB (4)

João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.

PDT

Osmar Dias	1. Jefferson Praia (8)
------------	------------------------

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
9. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (8)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (6)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
 Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n.º 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n.º 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de

28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque (8)

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,11)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹³⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
11. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
12. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
13. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
14. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (13)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (11)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (5)	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).

11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
 2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (10)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maoria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (11)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maoria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão. Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007

MEMBROS**PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

Atualização: 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

ÍNDICE

SENADO FEDERAL

SESSÕES.....	1
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA Nº 101 às 14:00h.	
AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES	
RESULTADO DA ORDEM DO DIA.....	30
PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQÜENTES... ..	31
AGENDA PARA O MÊS ATUAL	35
PROJETOS TRAMITANDO EM REGIME DE URGÊNCIA.....	43
PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS SOMENTE PERANTE A COMISSÃO.....	45
PROJETOS EM FASE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PERANTE A MESA.....	46
PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA.....	47
PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE AS COMISSÕES.....	48
PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.....	51
PROJETOS EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.....	55
COMEMORAÇÕES ESPECIAIS.....	56
PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA OPORTUNAMENTE.....	61
COMPOSIÇÃO	
POR ESTADO.....	108
POR PARTIDO.....	109
POR NOME.....	110
MESA.....	111
LIDERANÇAS.....	112
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	113
COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	117
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	121
CORREGEDORIA PARLAMENTAR.....	173
PROCURADORIA PARLAMENTAR.....	174
CONSELHOS e ÓRGÃOS.....	175
CONSELHOS e ÓRGÃOS na WEB.....	http://www.senado.gov.br/sf/ATIVIDADE/Conselho/

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁵ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercousul

CONGRESSO NACIONAL

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja, nos termos do OF/LID/Nº 115/2008, de 16.04.2008, lido na Sessão do SF de 17.04.2008.

⁵ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001

gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 212 PÁGINAS